

RAFAEL AIELLO-FERNANDES

**“DA ENTRADA DE SERVIÇO AO ELEVADOR
SOCIAL”: RACISMO E SOFRIMENTO**

PUC CAMPINAS

2013

RAFAEL AIELLO-FERNANDES

**“DA ENTRADA DE SERVIÇO AO ELEVADOR
SOCIAL”: RACISMO E SOFRIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora:
Profa. Livre Docente
Tânia Maria José Aiello-Vaisberg

PUC CAMPINAS

2013

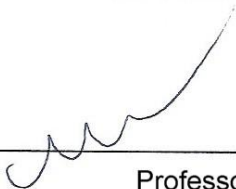
RAFAEL AIELLO-FERNANDES

**“DA ENTRADA DE SERVIÇO AO ELEVADOR
SOCIAL”: RACISMO E SOFRIMENTO**

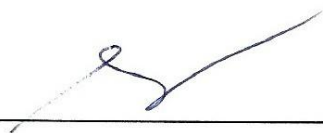
BANCA EXAMINADORA



Presidente Profa. Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg



Professor Titular Egberto Ribeiro Turato - UNICAMP



Professora Doutora Vera Engler Cury - PUC Campinas

PUC CAMPINAS

2013

Dedicatória

Ao meu irmão André, por sua generosidade,
empatia e compaixão na arte de viver.

Agradecimentos

Agradeço inicialmente o apoio e a inspiração de minha orientadora, Tânia Maria José Aiello Vaisberg, pelas interlocuções instigantes e pelo estímulo na busca de um olhar crítico, diferenciado e humano.

Sou igualmente grato aos membros da banca de qualificação, que com seu notório conhecimento e profunda experiência agregam significativo valor ao presente trabalho e à minha formação como pesquisador.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Campinas, reservo a gratidão pelo compartilhamento do saber e por todo o incentivo ao longo da jornada.

Deixo aos colegas do grupo de pesquisa generosos agradecimentos pela riqueza do convívio, pela troca de conhecimento e experiências, e pela parceria constante.

O suporte e o acolhimento dos funcionários da Secretaria do Programa também foram essenciais durante todo o percurso, e aqui registro o meu muito obrigado a eles.

Destaco, ainda, o CNPq pela viabilização deste trabalho, a partir da concessão de bolsa que me permitiu dedicação integral e exclusiva às atividades de pesquisa.

Não se pode esquecer a generosa contribuição daqueles que participaram das entrevistas a partir das quais foram selecionadas as duas aqui estudadas, mediante uso de nomes fictícios e trabalhadas no sentido de dificultar identificação e auto-identificação, por razões éticas.

Agradeço à jornalista Thais Regina Aiello, minha mãe, pelo trabalho de revisão e formatação do texto, bem como pela produção gráfica dos exemplares. Cabe também registrar o nome da designer Aya Nakai, que se encarregou do trabalho gráfico que ilustra a capa, bem como o de Elizabeth Araújo, por seu suporte com aspectos práticos e administrativos.

Por fim, agradeço aos familiares e aos amigos por todo incentivo, carinho e apoio.

Resumo

AIELLO-FERNANDES, Rafael. “Da Entrada de Serviço ao Elevador Social”: Racismo e Sofrimento. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2013. 138p.

O presente trabalho investiga os efeitos do racismo na experiência emocional de negros brasileiros, que conheceram relativa ascensão social. Justifica-se duplamente, tanto por visar trazer subsídios teóricos e práticos para uma clínica dos sofrimentos sociais, como por buscar contribuir para aumentar a visibilidade social do fenômeno. Organiza-se como pesquisa empírica com o método psicanalítico, a partir de duas entrevistas individuais, registradas sob forma de Relatos de Entrevistas e de Textos de Impactos Transferenciais. A interpretação dos registros permitiu a produção de dois campos de sentido afetivo-emocional: “aprisionado pela aparência” e “com talento, esforço e competência”. O primeiro organiza-se a partir da percepção de que características físicas, notadamente a cor da pele, causam impacto instantâneo nas pessoas, gerando reações imediatas de julgamento e avaliação que apreendem, classificam, discriminam, inferiorizam e humilham. O segundo campo se define pela crença de que o desenvolvimento de aptidões pessoais pode ser um caminho para obtenção de reconhecimento e respeito. O quadro geral indica que o racismo é uma realidade presente na experiência emocional da personalidade coletiva estudada, gerando impactos importantes em sua subjetividade e modo de ser. Concorda, portanto, com a literatura que vem apontando que a sociedade brasileira não está livre do racismo. Mostra também que a ascensão social não implica o fim da discriminação, pois a personalidade coletiva considerada não é atingida prioritariamente por sua condição social de pobreza, de classe ou de precariedade econômica, mas por seus traços e aparência física.

Palavras-chave: negros, racismo, sofrimento, experiência emocional, pesquisa psicanalítica, pesquisa qualitativa

Abstract

AIELLO-FERNANDES, Rafael. *“From the backdoor to the social lift”: Racism and Suffering*. 2013. Dissertation (Masters in Psychology as Profession and Science) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2013.

This study investigates the effects of racism in the emotional experience of black Brazilians, who have known some upward mobility. Doubly justified, this work contributes to both bringing up theoretical and practical information on social suffering clinic and helping increase the visibility of the social phenomenon. The study is organized as empirical research by means of the psychoanalytic method, based on two interviews, recorded as "reports of interviews" and "transferential impacts". The interpretation of those registers has enabled the production of two fields of affective-emotional sense, "trapped by appearance" and "talent, effort and expertise." The former is organized from the perception that physical characteristics, especially skin color, have instant impact on people, generating immediate reactions of judgment and evaluation that capture, classify, discriminate, put the person down and humiliate. The second field is defined by the belief that the development of personal skills can be a way to obtain recognition and respect. The overall picture indicates that racism is a present reality in the emotional experience of collective personhood under study, generating major impacts on their subjectivity and way of being. Therefore, it endorses the specific literature that points out that Brazilian society is not free of racism. It also shows that social mobility does not mean the end of discrimination, since the personhood collectively considered is not primarily affected by their social condition of poverty, social class or economic insecurity, but by their features and physical appearance.

Palavras-chave: blacks, racism, suffering, emotional experience, psychoanalytic research, qualitative research

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
Capítulo 1: O racismo como problema de pesquisa no Brasil	03
Capítulo 2: Fundamentação teórica: interlocutores	20
Capítulo 3: O Racismo e a Psicologia	28
Capítulo 4: Estratégias Metodológicas	47
Capítulo 5: Relatos de Entrevista e Impactos Transferenciais	74
Capítulo 6: Campos de sentido afetivo-emocional: reflexões e interlocuções	102
Capítulo 7: Considerações finais	114
Referências Bibliográficas	117
Anexo I: Parecer da Plataforma Brasil	125
Anexo II: Defesa de Dissertação	127

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação articula-se ao redor de uma pesquisa empírica realizada com método psicanalítico, cujo objetivo é estudar os efeitos e os impactos do racismo na experiência emocional de negros brasileiros que conheceram relativa ascensão social. Trata-se de um estudo exploratório, que visa produzir conhecimento sobre a dramática do viver, considerando-a como emergente de campos de sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos, concebidos como ambientes intersubjetivamente produzidos, em contextos sociais, econômicos, culturais, históricos e geopolíticos.

O trabalho está organizado em sete capítulos. O primeiro deles, **O racismo como problema de pesquisa no Brasil**, apresenta um panorama da discussão sobre racismo no país no século XX. Justifica-se por expor a singularidade da questão no contexto nacional e por explicitar a relevância científica e social de estudos sobre o tema. Serve, ainda, como quadro geral para compreender a pesquisa que realizamos.

No segundo capítulo, intitulado **Fundamentação teórica: interlocutores**, expomos fundamentos teóricos que nos auxiliaram em nossa pesquisa. Estes permitiram formular um modo de estudo que compreenda a dimensão da experiência emocional e da subjetividade levando em consideração as complexidades do fenômeno do racismo, entendido como uma realidade social, política e historicamente construída.

O terceiro capítulo, **O racismo e a Psicologia**, divide-se em duas partes. A primeira consiste em uma apreciação inicial dos artigos de estudos psicológicos brasileiros que abordam o racismo. A segunda realiza um reconhecimento preliminar do modo como racismo e psicologia se articulam no contexto das pesquisas em língua inglesa.

Estratégias metodológicas, o quarto capítulo, é constituído de três partes. A primeira apresenta nossa fundamentação metodológica e os pressupostos de que partimos na pesquisa empírica com o método psicanalítico. A segunda trata dos conceitos básicos utilizados neste trabalho:

experiência emocional e campo de sentido afetivo-emocional. A terceira parte descreve os procedimentos investigativos empregados, distinguindo procedimentos investigativos de configuração, registro e interpretação do acontecer inter-humano estudado.

O quinto capítulo, **Relatos de Entrevista e Textos de Impactos Transferenciais**, é composto por dois Relatos de Entrevista e dois Textos de Impactos Transferenciais, que correspondem ao material de registro empírico da pesquisa. Os Relatos derivam de transformações das transcrições de áudio originais, retrabalhadas com vistas a permitir sua publicação. Os textos de Impactos Transferenciais correspondem a depoimentos do pesquisador sobre as ressonâncias emocionais que os encontros com os participantes suscitaram.

Campos de sentido afetivo-emocional: reflexões e interlocuções, o sexto capítulo, está dividido em duas partes. A primeira apresenta e define os campos de sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos, que subjazem aos dramas narrados pelos participantes em suas experiências emocionais com o racismo, a saber “Aprisionado pela aparência” e “Com talento, esforço e competência”. A segunda reúne reflexões e interlocuções teóricas que nossos achados suscitam, amparadas nas contribuições fanonianas que, aqui, desempenham papel preponderante. .

Finalmente, o sétimo e último capítulo, **Considerações finais**, traz um breve apanhado do percurso e tece comentários sobre o valor de pesquisas que possam trazer subsídios para o desenvolvimento de uma clínica dos sofrimentos sociais, além de contribuir para aumentar a visibilidade do fenômeno estudado.

Capítulo 1

O RACISMO COMO PROBLEMA DE PESQUISA NO BRASIL

A problemática do racismo contra negros no Brasil se configura como um campo complexo, que historicamente mobilizou reflexões por parte das ciências humanas e dos movimentos sociais de afrodescendentes. Com o reconhecimento oficial de que o país não está livre do problema do preconceito racial, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (Hofsbauer, 2006; Godinho, 2009), os debates em torno da questão intensificaram-se, demandando a atenção da comunidade acadêmica, do poder público e da sociedade civil como um todo. É dentro deste contexto que este projeto intenta dar sua contribuição, buscando, na utilização de estratégias metodológicas psicanalíticas, um recurso investigativo para o estudo deste fenômeno.

Para tanto, consideramos fundamental entender que o racismo se constitui como uma realidade multifacetada, que envolve fatores históricos, sociais, econômicos, geopolíticos, institucionais, culturais e psicológicos, estreitamente ligados à expansão ultramarina da civilização europeia a partir do século XV e à formação de sociedades coloniais, primeiramente nas Américas e Caribe e, posteriormente, na África e na Ásia. Sua abordagem, portanto, requer uma adequada consideração de tal complexidade, o que nos leva à necessidade de dialogarmos com outros campos de conhecimento, a fim de bem colocarmos o problema.

Assim, faz-se necessário compreender, ainda que sucintamente, a constituição do racismo como um objeto de estudos no Brasil, de modo a indicar a relevância do tema, bem como demonstrar a especificidade da abordagem que pretendemos elaborar. Podemos desde já salientar que acreditamos que a psicanálise, enquanto saber que focaliza os sentidos afetivo-emocionais da experiência emocional humana, se apresenta como um método de pesquisa apto a colaborar para a produção de conhecimento sobre esse tema. Partindo de uma perspectiva que reconhece que o ser humano não pode ser compreendido fora do contexto das condições concretas de sua vida

(Bleger, 1963), defendemos o desenvolvimento de estratégias investigativas que, a partir da especificidade do método psicanalítico, possam propiciar a criação de enfoques com potencial heurístico para analisar situações variadas, colaborando para elucidar diferentes aspectos de questões de interesse social. Dessa forma, buscamos participar da construção de um conceito ampliado de clínica, apto a contribuir para a proposição teórica e prática de enquadres diferenciados.

Cabe destacar que as principais disciplinas que estudaram a questão do racismo no país foram a sociologia e a antropologia, que passaram a se debruçar sistematicamente sobre o problema a partir da década de 1930 (Guimarães, 2004). É importante salientar, no entanto, que nos encontramos em um campo de estudos que, em seu processo de constituição, passou por diferentes fases e dificuldades, e não seguiu uma linha contínua, mas um caminho acidentado no qual teve que se deparar com grande variedade de obstáculos que, ainda hoje, apresenta uma pluralidade de pontos de vista, não necessariamente consensuais. Essa condição, a nosso ver, tem como aspecto positivo a possibilidade de que o desenvolvimento de novas abordagens conceituais sobre o assunto possa lançar luz sobre aspectos ainda pouco explorados, contribuindo assim para o debate coletivo.

Tendo em vista destacar a singularidade da questão do racismo no Brasil, cabe salientar que o país recebeu o maior contingente de africanos escravizados nas Américas (Alencastro, 2010), tendo sido, além disso, o último no continente a declarar a abolição da escravidão, em 1888. Desde o século XIX, com a independência de Portugal, o lugar do negro na nação se transformou em uma preocupação da elite e dos intelectuais ligados a ela, agravando-se progressivamente em função da iminente emancipação dos escravos e pela introdução no país de teorias do racismo científico provenientes da Europa (Azevedo, 1987; Scharwcz, 1993; Skidmore, 1993). No contexto internacional em se desenvolviam as ciências biológicas e no qual eram extremamente valorizados conceitos como evolução, materialismo, progresso e positivismo, houve um florescimento de reflexões sociodarwinistas sobre as diferenças humanas que buscavam explicar biologicamente, por meio

do conceito de raça, as características – religiosas, psicológicas, morais, cognitivas e sociais – dos diferentes povos do planeta (Guimarães, 2008).

Concomitantemente, a expansão colonial europeia sobre a Ásia e, principalmente, sobre a África permitiu que tais teorias fossem aplicadas para explicar o desenvolvimento civilizatório diferencial da humanidade em uma interpretação que a classificava em raças hierarquizadas, com o homem branco no topo como símbolo e ápice da civilização, oferecendo assim uma justificativa ideológica para a conquista e o domínio colonial, entendido como “missão civilizadora” e obrigação moral de levar o “progresso” aos povos “atrasados” (Cesáire, 1995).

Em contato com tais teorizações, os estudiosos brasileiros do fim do século XIX e início do XX não estavam, portanto, preocupados em focalizar o racismo como um problema de estudo, mas sim em delimitar as características gerais da população brasileira com o objetivo de diagnosticar entraves ao processo de industrialização e modernização do país, especialmente após a promulgação da República, em 1889. Sendo o Brasil, já naquela época, percebido como um país mestiço (Schwartz, 1993,1994), tanto nacional quanto internacionalmente, impunha-se o questionamento sobre a possibilidade de se construir uma nação nos trópicos que fosse apta ao progresso, a partir da heterogeneidade e do cruzamento dos grupos populacionais que a haviam conformado historicamente, o que incluía membros de raças consideradas “inferiores”, como negros e índios.

Foi especialmente nas escolas de Medicina e Direito, mas também nos institutos históricos e museus etnográficos, que tal discussão se desenvolveu, com o negro sendo visto basicamente como um fator de atraso ao progresso nacional. Disso decorreram tanto visões pessimistas, que desconfiavam da possibilidade de construir um país viável, quanto posturas mais otimistas, que enxergavam uma saída para o “problema negro” no projeto de “embranquecer” o Brasil, demográfica e culturalmente, por meio da imigração de mão de obra europeia (Guimarães, 2012).

Com isso, tinha-se o objetivo de viabilizar a construção do Brasil como uma nação “civilizada” e, para tanto, os intelectuais da época, apesar de aceitarem os pressupostos de superioridade branca advindos das teorias racistas, modificaram dois de seus postulados fundamentais – a diferença inata e intransponível entre as raças e a concepção de que a mistura com as raças “inferiores” necessariamente causariam a degenerescência do elemento branco. Assumiu-se, ao contrário, a posição de que, no Brasil, o sangue branco estava purificando, diluindo e eliminando o negro, e que o país caminhava para se transformar em uma nação predominantemente branca. Ou seja, propagou-se a ideia de que a mistura racial estava levando, inexoravelmente, ao embranquecimento da nação (Guimarães, 1999; Hofsbauer, 2003; Scharwcz, 1993, 1994; Skidmore, 1993).

Posteriormente, na década de 1930, a obra de Gilberto Freyre (1933/2006), escrita quando as antigas teorias do racismo científico já estavam sendo superadas por interpretações mais centradas na cultura do que na biologia, forneceu as bases para uma nova interpretação do Brasil, dando um valor extremamente positivo à mestiçagem. Inspirado pelos ensinamentos da antropologia cultural de Franz Boas, Freyre (1933/2006) argumentou que a miscigenação das populações que constituíram o Brasil teria impedido que o racismo se formasse no país e, em decorrência disso, a nação teria organizado harmonicamente as relações entre as diferentes populações que a constituíram.

Na obra citada, apesar de não se negar a existência de conflitos históricos, estes são entendidos como tendo sido fundamentalmente amaciados pela mítica “plasticidade” do colonizador português, desde sempre livre de preconceito de raça e capaz de uma habilidade extraordinária de “contemporização” das diferenças. A escravidão brasileira teria sido, por assim dizer, “branda”, e não teria legado uma herança de conflito para a nação. Em função disso, não existiriam impedimentos raciais para a ascensão social de negros e mulatos, mas apenas barreiras de classe, e mesmo essas não seriam muito rígidas, com o Brasil se caracterizando historicamente por uma peculiar mobilidade social. Com tudo isso, enfim, a população brasileira se encaminhava para se tornar uma meta-raça miscigenada, uma síntese original

dos elementos demográficos que a formaram. Em suma, Freyre (1933/2006) forneceu as bases para a interpretação de que o Brasil era uma “democracia racial”, onde o preconceito de raça não existiria.

A metodologia e as principais conclusões de sua obra foram posteriormente questionadas, a começar pela suposta brandura da escravidão no Brasil, calcada em generalizações abusivas acerca da vida na casa grande e da relação dos senhores com os escravos domésticos, realidade que não espelhava a da maioria dos africanos escravizados, trabalhadores das plantações (Ianni, 1978; Gorender, 2000,2010). Também houve questionamento quanto à sua interpretação da miscigenação, que preservava uma hierarquização entre as populações do país e mantinha intocadas as bases da teoria do embranquecimento, como veremos adiante (d’Adesky, 2001; Guimarães, 1999; Skidmore, 1993).

De todo modo, é importante apontar que a interpretação de Freyre (1933/2006) sobre o Brasil se tornou dominante à época e nas décadas posteriores, de modo que a ideia de democracia racial dela derivada vigorou como um quase consenso até pelo menos meados da década de 1970. Com o Golpe de Estado de 1930 e a posterior instauração da ditadura do Estado Novo, ocorre o advento de uma nova política cultural estatal, que passa a valorizar a cultura mestiça como representação oficial da nação, o que deu ainda mais força à tese de que o Brasil não sofria com o racismo.

Buscava-se, naquela época, a criação de um Estado forte, nacionalista e regulador das tensões sociais, tanto as políticas e econômicas quanto as culturais. Com isso, objetivou-se instituir uma nova cultura nacional homogênea, que integrasse a multiplicidade étnica introduzida no Brasil pela imigração europeia com as heranças lusas, indígenas e africanas do período colonial e imperial (Costa, 2001; Guimarães, 2012). Era necessário, naquele momento, compatibilizar as mudanças ocorridas desde o início do século XX, de modo que uma série de intelectuais ligados ao poder público passou a colocar em prática políticas culturais que visavam instituir, ou inventar, uma autêntica identidade brasileira, idealizando, a partir da supressão das pluralidades, um “povo” novo e uno. No discurso oficial, “o mestiço vira

nacional”, o que é acompanhado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais de procedência africana, simbolicamente clareados (Scwhartz,2012). Por exemplo, práticas musicais como o samba, até então marginalizadas, são entronizadas. A capoeira e o candomblé, considerados antes assunto de polícia, passam a ser aceitos oficialmente. A feijoada se torna prato nacional. Parecia, portanto, que o Brasil havia conseguido escapar do racismo, tornando-se um país onde as populações se misturavam sem confrontos, por meio da miscigenação cultural.

Tal imagem do país como uma democracia racial foi forte o suficiente para atrair a atenção internacional quando, após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota dos regimes nazifascistas e o trauma do holocausto fortemente impresso na memória coletiva, tornou-se urgente compreender os efeitos e as causas do racismo, com o objetivo de combatê-lo em âmbito mundial. Ficou claro, naquele momento, que a discriminação racial poderia ter consequências catastróficas, e que a luta contra ela era uma condição essencial para a implantação de regimes democráticos, nos quais os direitos básicos da cidadania fossem garantidos a todos (Godinho, 2009).

Diante desse quadro, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – decidiu, em 1951, patrocinar estudos no Brasil, tido à época como um modelo de tolerância racial. O objetivo era usar o caso nacional como exemplo a ser seguido em âmbito global (Maio, 1999; Guimarães, 2004). Os resultados de tal empreitada, no entanto, foram dúbios. Os estudos realizados contaram com uma pluralidade de pesquisadores de diversas partes do país, e também com a participação de cientistas sociais norte-americanos, ligados à Escola de Chicago. De modo geral, estes últimos concluíram não existir racismo no Brasil, havendo apenas preconceito de classe. Tal interpretação se baseou, principalmente, no fato desses pesquisadores tentarem interpretar a realidade brasileira a partir dos critérios de discriminação racial então vigentes nos Estados Unidos, o que obscureceu a compreensão das especificidades do racismo brasileiro (Guimarães, 1999, 2008).

Já entre os estudiosos nacionais, as interpretações foram divergentes. Alguns, ligados ao que ficou conhecido como Escola Baiana, mantiveram a interpretação de que o racismo não existia enquanto tal no país, e também subscreveram a tese de que havia apenas barreiras de classe (Dzidzienyo, 1971). Outros, com especial destaque para Florestan Fernandes (1965; 1972), chegaram a conclusões diferentes, especialmente após ouvir com seriedade as queixas sobre o “preconceito de cor” do movimento negro da época¹, afirmando que o país, contrariamente à imagem corrente, sofria com o problema do racismo (Guimarães, 2008; Skidmore, 1993). Sua inovação teórica foi, principalmente, modificar o foco de análise de interpretações mais culturalistas para a questão da desigualdade social, tendo como pano de fundo o processo de modernização do país e a passagem de uma sociedade escravista de castas para uma sociedade capitalista de classes. Analisando a obra de Fernandes, diz Schwarcz (2012):

O conjunto das pesquisas apontava, portanto, para novas facetas da ‘miscigenação brasileira’. Sobrevivia como legado histórico um sistema enraizado de hierarquização social que introduzia gradações de prestígio com base em critérios como classe social, educação formal, localização regional, gênero e origem familiar e em todo um *carrefour* de cores e tons. Quase como uma referência nativa, o ‘preconceito de cor’ fazia as vezes das raças, tornando ainda mais escorregadios os argumentos e mecanismos de compreensão da discriminação. Chamado por Fernandes de ‘metamorfose do escravo’, o processo brasileiro de exclusão social desenvolveu-se a ponto de empregar termos como preto ou negro – que formalmente remetem à cor da pele – em lugar da noção de classe subalterna, um movimento que com frequência apaga o conflito e a diferença. (Schwarcz, 2012, p.72)

¹ O presente texto optou por focar prioritariamente a discussão científica sobre a questão do racismo no Brasil, mas deve-se ter em mente que, paralelamente, se desenvolve a mobilização de diversos movimentos sociais negros. Para uma visão geral dos mesmos, da proclamação da República ao início do século XXI, ver Domingues (2007). Para uma visão mais extensa sobre o assunto, ver Pereira (2013).

Deste modo, Fernandes (1972) pode teorizar a especificidade do racismo brasileiro como um “preconceito de ter preconceito”, ou seja, um modo de discriminar que se funda em uma “ambiguidade axiológica”, na qual há uma cisão entre, de um lado, os valores ideais que imputam ao preconceito um caráter moral degradante e, de outro, os atos de discriminação realmente operados na ação concreta e direta, levando a um ajustamento de “falsa consciência” naquele que perpetua o racismo. Além disso, tendo em vista que o racismo nunca foi regulado por lei no Brasil, suas expressões se dariam mais em esferas de interação privada. Segundo Fernandes (1972):

O “preconceito de cor” é condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratica do que para quem seja sua vítima. A liberdade de praticar os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos, porém, é tida como intocável, desde que se mantenha o decoro e suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas (mantendo-se como algo “íntimo”; que subsiste no “recesso do lar”; ou se associa a “imposições” decorrentes do modo de ser dos agentes ou do seu estilo de vida, pelos quais eles “têm o dever de zelar”). (Fernandes, 1972, p. 24)

Como pode ser visto na citação acima pela expressão “antigos ajustamentos discriminatórios”, Fernandes (1972) entendeu o racismo brasileiro como uma forma de perpetuação do passado no presente, ou seja, a continuação de modos de sociabilidade herdados de uma cultura escravista e baseada em divisões de status, que seriam superados no processo de modernização (Guimarães, 2008). Tal interpretação seria depois questionada, como veremos, pela compreensão de que o racismo exerce uma função de reprodução de desigualdades no presente e nas interações sociais atuais, não sendo apenas um resquício do passado. Apesar disso, sua obra é fundamental para o estudo do racismo no Brasil, valendo ressaltar que foi o primeiro autor a questionar a ideia de democracia racial, nomeando-a como um mito, o que tem ressonâncias até hoje na discussão sobre o racismo no país. De todo modo, o que nos interessa assinalar agora é que o Projeto UNESCO deu um impulso

que ajudou a institucionalizar uma sociologia das relações raciais no Brasil, abrindo, com isso, uma nova linha de estudos que passou a problematizar o racismo no país e a trabalhar seriamente com a compreensão de que o Brasil sofria com o problema racial.

Não obstante, tais investigações encontraram dificuldades em serem assimiladas em um debate de âmbito nacional, pois a ideia de uma democracia racial servira a diversos governos como uma bandeira política, que permitia tanto construir uma imagem favorável do país no exterior quanto apaziguar conflitos internos. Com a instauração da ditadura militar, tal situação chegou a extremos dramáticos, pois o autoritarismo político de então simplesmente impediu que se discutisse o assunto, especialmente após o recrudescimento do regime em 1968. A Esquerda, por sua vez, também não se debruçava sobre o tema, por se manter firme em uma leitura economicista da sociedade, que considerava questões como o racismo irrelevantes em relação ao tema maior da luta de classes. Nesse contexto, acadêmicos e ativistas dos movimentos negros não tiveram espaço para colocar suas questões (Andrews, 1997; Dzidzienyo, 1971; Guimarães, 2004; Skidmore, 1991).

Foi somente a partir da segunda metade da década de 1970, e com especial intensidade durante o processo de redemocratização, que o debate pode ser retomado. Uma nova geração de estudiosos e a reorganização do movimento negro – com a criação do Movimento Negro Unificado – pouco a pouco tornaram o assunto um tema de maior destaque na opinião pública (Andrews, 1997; Guimarães, 2001, 2012). Novos estudos, especialmente aqueles realizados por Hasenbalg (1977) e, já na década de 1980, por Hasenbalg e Silva (1988), mostraram, a partir de novos dados demográficos e de novas metodologias de análise, que a população negra no Brasil se encontrava em situação de maior vulnerabilidade social do que outros extratos da sociedade. Concluiu-se, com base no controle de outras variáveis, que as desigualdades sociais expressas em diversas áreas, como educação, saúde, mercado de trabalho e renda, entre outras, deveriam ser atribuídas à discriminação racial, e não poderiam ser reduzidas apenas a problemas de classe (Barreto, 2008). Além disso, Hasenbalg (1977) propôs a ideia de um ciclo de desvantagens cumulativas, que impedia a ascensão social dos não

brancos e que não poderia ser compreendida apenas como uma persistência do passado escravocrata, mas como um modo atual de reprodução das desigualdades. Como resultado desse novo contexto, a discussão sobre o problema racial no país começou a se fortalecer, o que levou à criminalização do racismo na constituição de 1988 (Godinho, 2009).

Paralelamente ao contexto nacional, em âmbito mundial os debates sobre o racismo se desenvolveram em várias frentes, como nos movimentos por direitos civis nos Estados Unidos, nos processos de descolonização da África e nas lutas contra o regime do apartheid sul-africano. Quando, portanto, as discussões reapareceram no Brasil, entrelaçaram-se com essas evoluções internacionais. Durante todo esse período, a Organização das Nações Unidas – ONU, através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, ou de outras instituições, nunca deixou de discutir o assunto e apontá-lo como um problema extremamente difícil de solucionar. Isso implicou diversas reorientações em suas políticas, bem como a organização de reuniões internacionais para a discussão dos avanços e dificuldades na luta internacional contra o racismo (Godinho, 2009).

Foi no bojo das preparações para um destes encontros, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em 2001 na cidade de Durban, na África do Sul, que os movimentos negros e os intelectuais brasileiros conseguiram o reconhecimento oficial do Governo Federal quanto ao fato do Brasil sofrer com o problema do racismo (Godinho, 2009; Hofsbauer, 2003). É importante salientar que, apesar das mudanças políticas e legislativas ocorridas no final dos anos de 1980, foi somente nessa época que o poder público manifestou a disposição de, efetivamente, criar mecanismos de “discriminação positiva”, com o intuito de combater a desigualdade racial. Esse acontecimento impulsionou a adoção de políticas de ação afirmativa, como a polêmica questão das cotas para estudantes negros nas universidades. Propiciou, ainda, novo destaque ao tema na sociedade civil e também na produção acadêmica.

De fato, da década de 1980 para cá, novos estudos puderam confirmar a hipótese de desigualdade social entre negros e brancos em diversas áreas da

sociedade, estando os primeiros desproporcionalmente representados entre os pobres. Pode-se também comprovar que mesmo a ascensão social dos negros não extinguiu a desigualdade de tratamento entre os grupos, o que mais uma vez confirma a hipótese de que outros fatores, além da classe social, estão em jogo (Barreto, 2008; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009). Tudo isso fortaleceu a compreensão de que o país realmente não está livre do problema do racismo e afirmou a promoção de igualdade racial como objeto de intervenção governamental.

Não obstante, encontramos-nos em um campo ainda cercado de polêmicas. Um dos fatores que mobiliza grande discussão é o fato dos estudos sobre desigualdade racial agruparem as categorias “pardo” e “preto” dos censos oficiais sob a rubrica “negro”. Analiticamente, justifica-se essa opção pelo argumento de que estes grupos formam claramente um conjunto que pode ser oposto ao grupo “branco” nas análises estatísticas (Barreto, 2008). Alguns autores, especialmente aqueles que se opõe mais firmemente às ações afirmativas em nome de políticas exclusivamente universalistas, a exemplo de Maggie & Fry (2004) e Maggie (2008), atacam essa opção, ainda que não neguem a existência do racismo no país.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 1995, abrangendo todo o território nacional, buscou compreender como o brasileiro avalia e se posiciona em relação à existência de preconceito racial. Constatou-se que 89% dos brasileiros afirmam haver preconceito de cor contra negros no país, embora só 10% admitam tê-lo. No entanto, 87% dos entrevistados revelaram preconceito ao enunciar ou concordar com ditos racistas (Turra e Venturini, 1998). Ao comentar os resultados dessa pesquisa e de outras realizadas com o mesmo objetivo, Schwarcz (2012) aponta que todas chegam a resultados convergentes. Ou seja, não se nega que exista racismo no Brasil, mas ele é sempre relegado a um “outro” genérico, que engloba outras pessoas, outras localidades geográficas ou períodos históricos do passado.

Como destacamos anteriormente, coube à sociologia e à antropologia – faremos considerações sobre a psicologia e a psicanálise adiante – maior destaque nas investigações sobre o racismo, a partir do período em que este

passou a ser um objeto de estudo no país, ou seja, aproximadamente durante e após a década de 1930, uma vez que antes deste período não podemos falar propriamente de estudos sobre o racismo, e sim de aplicações das teorias racistas. Em suas respectivas abordagens, ambas chamaram a atenção para as especificidades da questão no contexto brasileiro. É amplamente aceito atualmente que não existe racismo em si, mas diversas formas de expressão deste fenômeno, em estreita vinculação com contextos específicos. Sabe-se, também, que “raça” não existe como realidade biológica, mas apenas como construção social, o que não impede que produza grandes impactos no mundo físico e na organização das sociedades (Guimarães, 1999).

No entanto, verifica-se ainda grande dificuldade em caracterizar o racismo no país e entender seu funcionamento. De fato, as discussões ainda se encontram em pleno desenvolvimento, sendo que um dos grandes desafios das ciências sociais e humanas no Brasil contemporâneo é compreender como se configuram exatamente nossas classificações raciais, de que forma se concretiza e se reproduz o racismo nas diversas instâncias da vida social e quais seriam seus efeitos sobre a subjetividade. Trata-se, enfim, de compreender como se produz, reproduz e se expressa nosso racismo (Barreto, 2008; Guimarães, 2008).

O que se pode dizer com clareza é que o racismo no Brasil se diferencia dos modelos que dominaram países como os Estados Unidos e a África do Sul durante o século XX, pautados em uma classificação racial binária – negro e branco – e em uma regra de descendência que estabelece claramente as fronteiras desse sistema classificatório, com o cônjuge inferiorizado socialmente transmitindo seu status racial para os filhos. Predominou, nesses países, portanto, um racismo abertamente diferenciador, que traçou limites claros entre os grupos, nomeados abertamente como “raças” (Guimarães, 2012). Além disso, até o advento do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e o fim do regime do apartheid na África do Sul, havia segregação sancionada por dispositivos legais e operada pelo Estado. No Brasil, ao contrário, prevaleceu um sistema de classificação que comporta diferentes designações para cor de pele e que, desde a década de 1930, prescindiu do

uso explícito do conceito de “raça.” Além disso, nunca houve segregação racial legal, mas o predomínio da ideia, como vimos, de uma democracia racial.

Contudo, essa visão perdeu muito de sua posição de prestígio nas últimas décadas. De fato, desde as críticas pioneiras de Florestan Fernandes, podemos registrar um crescente questionamento à concepção de democracia racial. Seja pelo movimento negro, seja por intelectuais, foi denunciada, em um movimento que se fortaleceu ao longo das décadas de 1970 e 1980 até os dias atuais, como uma ideologia que, na verdade, serviu historicamente para esconder e perpetuar o racismo brasileiro (Guimarães, 2006). Tal interpretação não é, entretanto, consensual. Podemos citar como exemplo Schwarz (2012), que considera um erro reduzir a ideia de democracia racial a uma ideologia ou ilusão e chama a atenção para o caráter estruturante dos mitos para as sociedades, e particularmente do mito da democracia racial como um ideal de sociabilidade que deve ser preservado. Reitera, porém, que no Brasil a inclusão cultural do negro foi, sobretudo, retórica e não se traduziu em uma valorização concreta das populações negras e mestiças, nem se reverteu em cidadania plena para elas, como pode ser visto pelos índices de desigualdade social. Segundo essa autora, o racismo brasileiro operaria, portanto, como uma combinação de processos de inclusão e exclusão.

Outros autores, a exemplo de d’Adesky (2001) e Guimarães (1999), criticaram mais frontalmente a ideia da democracia racial, argumentando que a miscigenação que ela apregoa esconde, na verdade, uma hierarquia que claramente privilegia o elemento branco. De fato, d’Adesky (2001) caracteriza o racismo brasileiro como tendo peculiaridades, tanto em seus fundamentos quanto em suas manifestações. Para serem elucidadas, elas demandam a análise do ideal do branqueamento. Ao trabalhar sobre a distinção entre racismos diferencialistas, que estabelecem barreiras rígidas e intransponíveis entre as “raças”, opondo-se a qualquer mistura², e os racismos universalistas, que estabelecem a ideia de “raças” adiantadas e atrasadas, postulando que

² Esse tipo de racismo pode ser exemplificado pelos modelos que dominaram tanto os Estados Unidos até o movimento pelos direitos civis, quanto a África do Sul durante o apartheid, regime que delimitava espaços segregados para as “raças” na sociedade

essas últimas podem evoluir ou serem guiadas pelas “superiores”³, esse autor caracteriza o modelo brasileiro como uma forma de racismo universalista e assimilacionista.

Ao criticar a concepção de miscigenação de Freyre (1933/2006) por não considerar adequadamente as dissimetrias de poder entre os grupos e o papel da violência nos processos de mistura, como a violência sexual sobre a mulher negra no período colonial, d’Adesky indica que tal contexto só poderia levar a uma mestiçagem que privilegia o polo branco. Esse permanece como ideal normativo da miscigenação que, por sua vez, se apoia em um racismo profundamente heteróforo em relação ao negro (e também ao índio), muito embora se apresente como um antirracismo. Dessa forma, a lógica que domina a mestiçagem revela seu paradoxo ao não alterar as bases do ideal de branqueamento:

Tal é o paradoxo da ideia do branqueamento. Em nome de uma visão supra-racial que pretende favorecer os intercâmbios, os cruzamentos, as misturas e maximizar as semelhanças, ele somente privilegia, enquanto modo ideológico de organização social, um grupo humano específico (branco), caracterizado simultaneamente por sua centralidade, sua superioridade e sua permanência no tempo. Os outros grupos humanos (negros, índios, etc.) supõem uma relação de desigualdade com o tipo humano branco idealizado, diante do qual se classificam racialmente, culturalmente, esteticamente, etc. (...) O racismo apresenta-se, então, como a configuração de superioridades intelectuais e civilizatórias do Ocidente em relação às culturas de origem africana ou indígena. E mesmo quando é reconhecida a contribuição dessas culturas à matriz nacional brasileira, a cultura ocidental coloca-se, automaticamente, como a melhor. (d’Adesky, 2001, p 69-70)

³ Ou exterminadas, caso se recusem a seguir as prescrições dos mais “evoluídos”. Esse tipo de racismo dominou os empreendimentos de ocupação estrangeira colonial, justificados como “missão civilizadora”.

Desse modo, a síntese metarracial proposta por Freyre, ao privilegiar o tipo branco ou, secundariamente, o moreno mestiço, exige do negro uma ruptura com sua descendência, história e tradições para que possa ser assimilado ao modelo, que por sua vez se apresenta como universalista e inclusivo. Como forma de combate a esse racismo universalista, d'Adesky propõe um antirracismo diferencialista que reivindique o reconhecimento público do valor igualitário intrínseco da cultura afro-brasileira, visando a um pluralismo realmente multicultural, que escape das hierarquizações entre as culturas.

Guimarães (1999) chega a concepções semelhantes no que se refere a uma caracterização do racismo brasileiro como universalista, assimilacionista e heteróforo em relação ao negro. Também sustentando que o ideário da democracia racial mantém intactas as bases da teoria do branqueamento, esse autor chama a atenção para como a linguagem de cor e classe no país foram historicamente utilizadas de modo racializado. Permite, assim, compreender a distinção entre os modos de atuação de racismos como o norte-americano – que fundamenta a diferenciação racial principalmente por meio de critérios de descendência e hereditariedade, e o brasileiro, que estabelece um complexo sistema classificatório de marcas físicas, incluindo não apenas a pigmentação da pele, mas também o formato do nariz, a espessura do cabelo, etc., o que permite criar várias categorias intermediárias entre branco e negro e pensar a mistura racial como processo.

Nesse contexto, a noção de “raça” enquanto categoria fechada é substituída pela percepção da cor, vista como característica objetiva e natural. Retomando os trabalhos de Florestan Fernandes, o autor sustenta que é o “preconceito de cor” a forma histórica particular de discriminação que oprime os negros brasileiros. Argumenta, no entanto, não haver nada espontâneo, natural ou evidente nos traços fenotípicos ou na cor que permita erigí-los como marcadores de diferença social. Ou seja, a classificação de pessoas em cores não existe independentemente das relações sociais que possibilitam que “cor” se torne um critério de diferenciação. A lógica que dá sentido a essa diferenciação – não verbalizada, porém presente – é a ideia de “raça”. Conclui daí que, no Brasil, “cor” funciona como uma imagem figurada de “raça”:

Em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas só têm cor no interior de ideologias raciais. (Guimarães, 1999, p 47)

A partir disso, o autor analisa de que forma, ao longo da história do país, formou-se uma cromatologia hierárquica na qual a cor, o status e a classe se tornam realidades inter-relacionadas, com o “branco” significando valores sociais privilegiados como europeidade, domínio do idioma e religião cristã, e o negro vindo a representar o polo menos prestigiado e mais subalternizado.

No que se refere à psicologia e, mais especificamente, à psicanálise, não encontramos estudos históricos que nos permitam ter uma visão ampla de sua atuação no período em apreço, ou seja, de meados do século XIX até os tempos atuais, quer em um primeiro momento, no qual o saber psicológico era utilizado por profissionais de outras áreas de atuação, quer após a institucionalização da profissão. Parecem faltar estudos rigorosos que possibilitem uma compreensão na longa duração de como os saberes psicológicos se situaram em relação à problemática no Brasil, o que produziram e quais enfoques utilizaram. Tal abordagem tem como requisito métodos historiográficos adequados, que permitam interpretar os textos e as eventuais ausências e silêncios da psicologia em relação ao assunto, bem como sua articulação ao contexto social e político mais amplo⁴.

Já existem trabalhos que nos mostram como, do período da Primeira República até a década de 1930, a psicologia e a psicanálise estiveram presentes em discussões sobre “raça” (Chaves, 2003; Gutman, 2007; Masiero,

⁴ Durante o trabalho final de redação da presente dissertação encontramos o recente artigo *Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais* (Santos et al, 2012) que faz uma primeira investigação nesse sentido. Os autores discriminam três momentos do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais: o primeiro no final do século XIX e início do século XX, caracterizado pela consolidação da Escola Nina Rodrigues, que investiga características psicológicas dos escravos e ex-escravos e fornece elementos para a configuração do negro como sujeito psicológico; o segundo momento é o período de 1930 até 1950, caracterizado pelo debate da construção sociocultural das diferenças e da desconstrução do determinismo biológico das raças. Após um hiato de cerca de quarenta anos, um terceiro período, na década de 1990, se define pelos estudos sobre branqueamento e branquitude. Consideramos as indicações desse artigo, por breve que ele seja, essenciais para o desenvolvimento de uma compreensão do papel histórico da psicologia nos estudos sobre racismo no Brasil.

2005; Plotkin, 2009). Eles são valiosos, e somos da opinião que devem ser ampliados, de maneira a enriquecer o debate e o conhecimento sobre o que a psicologia produziu nessa área. No entanto, como dissemos, parecem faltar estudos mais amplos e sistemáticos, que estabeleçam periodizações históricas e possibilitem uma visão de conjunto.

No entanto, é crível afirmar que, ao contrário de outras ciências sociais, como as citadas anteriormente, não existe na psicologia brasileira uma tradição forte de trabalho e pesquisa sobre o racismo. Tal hipótese, porém, clama por investigações que a confirmem ou neguem. Em relação a um período mais recente, que equivale a aproximadamente do início do século XXI até os dias atuais, podemos perceber um crescimento na produção acadêmica das ciências psicológicas sobre o racismo. Até onde pudemos constatar, no entanto, faltam ainda trabalhos de revisão bibliográfica sobre o estado da arte atual desta produção científica, que analisem os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados para estudar o assunto. Discutiremos mais sobre essa questão adiante, quando sistematizarmos os nossos achados na área.

Capítulo 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INTERCOLUTORES

Tendo em consideração todo o quadro descrito no capítulo anterior, referente à problemática do racismo no Brasil, bem como nosso objetivo de pesquisa, ou seja, estudar os impactos emocionais das dramáticas suscitadas pelo racismo na experiência de vida de negros brasileiros, acreditamos ser importante buscar fundamentos teóricos que nos auxiliem na nossa pesquisa. No caso, interessa-nos formular um modo de estudo que possa oferecer subsídios para a compreensão da experiência emocional e da subjetividade, levando em conta as complexidades do fenômeno do racismo, entendido como uma realidade social e política historicamente construída.

As reflexões realizadas em torno do conceito de colonialidade podem oferecer valiosos elementos para nossa temática. Inicialmente proposto pelo sociólogo Aníbal Quijano (2000, 2000a), esse conceito foi posteriormente desenvolvido e expandido pelo grupo Modernidad/Colonialidad, para indicar uma matriz de poder que não se limita à organização sociopolítica do período colonial, mas que configura padrões de exploração e controle que se mantêm até hoje.

Desse modo, a colonialidade pode ser subdividida em mecanismos de poder que supõe uma diferenciação racial entre as populações, articulada com o controle das relações de produção – a colonialidade do poder; uma dimensão epistemológica de controle do conhecimento – a colonialidade do saber; e os impactos que estas formas de dominação exercem sobre a experiência vivida dos sujeitos subalternizados e racializados – a colonialidade do ser. As duas últimas dimensões foram especialmente formuladas por Walter Mignolo (2002, 2010) e Nelson Maldonado-Torres (2007, 2008). A concepção de que a colonialidade persiste como uma matriz de poder ainda atuante na contemporaneidade indica a necessidade de se realizar uma descolonização

política, epistêmica e existencial, para a construção de um mundo no qual a diferença e a diversidade humana encontrem expressão.

Portanto, a colonialidade – do poder, do saber e do ser – possui vários níveis complexos e entrelaçados, que envolvem o controle da economia, da autoridade, de recursos naturais, de gênero e sexualidade, de conhecimento e da subjetividade (Mignolo, 2010), articulando-se em rede e se sustentando em uma racionalidade específica: a visão eurocêntrica do mundo, fundamentada em dois mitos principais. O primeiro corresponde a uma ideia/imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa, com todos os povos não europeus – classificados como não brancos – codificados em um jogo de categorias binárias, no qual ocupam uma posição subalterna em relação à autorrepresentação do ideal civilizatório eurocêntrico: primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno.

O segundo mito é o que interpreta essas diferenças hierarquizadas como fatos da natureza e não como resultado de uma história de poder, que inclui em sua interpretação o caráter violento da expansão ultramarina e da formação de sociedades coloniais – como o genocídio da população autóctone das Américas e o tráfico e escravidão de africanos. Enfim, esse dois mitos podem ser reconhecidos no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo que permanecem, muitas vezes, como bases não problematizadas de diversas categorias utilizadas pelas ciências sociais e humanas (Quijano, 2000, 2000a).

De todo modo, o que nos interessa destacar aqui é que essa matriz de poder colonial teve e tem grande impacto na formação das subjetividades contemporâneas. Mais concretamente, durante o período de formação das sociedades coloniais, os colonizadores exerceram diversas operações de controle da dimensão intersubjetiva do contato entre dominadores e dominados. Restringindo nossa apreciação às Américas, podemos assinalar que, em primeira instância, expropriaram dos povos colonizados os elementos culturais que eram mais aproveitáveis para o desenvolvimento do capitalismo no centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram como puderam as formas de

produção de conhecimento, os padrões de produção de sentido, o universo simbólico e os modos da expressão da subjetividade dos povos colonizados. Além disso, forçaram esses últimos a aprender parcialmente a cultura dos colonizadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da produção material e tecnológica, seja no da produção subjetiva. Tudo isso, em longo prazo, implicou uma colonização das perspectivas cognitivas, dos imaginários e do universo das relações intersubjetivas (Quijano, 2000). Instala-se aqui, plenamente, a colonialidade do saber e do ser (Mignolo, 2010; Maldonado-Torres 2007, 2008). Porém, vale ressaltar, nada disso implicou a passividade dos povos colonizados, pois a resistência a esses processos de dominação ocorreu durante todo o período colonial e ocorre ainda hoje por parte daqueles que foram inferiorizados pela visão colonialista do mundo, em projetos e processos de descolonização (Mignolo, 2010).

Enfim, depois do período colonial, a integração destes povos violentados às sociedades independentes nas Américas se deu de modo hierárquico e visando sua subordinação, considerando que os projetos de construção das nações latino-americanas foi pensado e conduzido, principalmente, pelos descendentes de europeus, que detinham o poder político e econômico e se autotransformavam brancos. Somou-se a isso o prestígio das teorias do racismo científico provenientes da Europa e dos Estados Unidos, que preconizavam a inferioridade dos povos de cor, colocando-os em uma posição inferior na escala evolutiva e vendo-os como não plenamente humanos. Obviamente isso se deu de modo particular e com nuances próprias em cada uma das ex-colônias, com grande influência das heranças culturais e políticas legadas pelas respectivas metrópoles – Portugal, Espanha, França, Inglaterra. Configuraram-se, assim, racismos com características próprias em cada localidade, ainda que tendo uma base comum na concepção de que o branco seria inerente e naturalmente superior. Ou seja, mesmo após o fim do período colonial, a colonialidade, enquanto matriz de poder, perpetua-se como forma de organização destas sociedades.

Não cabe aqui destacar os diferentes modos de racismo nas diversas formações sociais, pois queremos apenas assinalar a importância de se estudar o aspecto da colonialidade do ser e os impactos subjetivos do racismo

em um contexto específico, a realidade brasileira contemporânea. Para tanto, acreditamos ser necessário ter em mente toda a complexidade da questão, que buscamos apresentar sucintamente nas páginas precedentes.

A obra do psiquiatra martinicano Frantz Fanon (1952, 1961) é considerada fundamental para a concepção de colonialidade do ser, por ser pioneira em problematizar consistente e profundamente os efeitos do racismo e da colonização sobre a subjetividade. Ao mesmo tempo, este autor busca situar sua obra em um horizonte descolonizador, apontando a importância de se reconhecer a diferença humana para a construção de uma nova ordem material, simbólica e subjetiva que abarque todo o espectro da história humana, em suas conquistas e fracassos, para que possamos criar uma nova forma de humanismo, pós-colonial e pós-eurocêntrico (Maldonado-Torres, 2007, 2008). É em diálogo com esta obra, articulando-a com os princípios de uma psicanálise intersubjetiva concreta, inspirada em José Bleger (1963) e no modo como esta pode ser pensada a partir do pensamento winnicottiano, que desenvolveremos nosso trabalho.

Para tanto, como já indicado, consideramos preciosa a contribuição de Frantz Fanon (1952). Em sua obra *Pele Negra, Mascaras Brancas* (1952), este autor chama atenção para a necessidade de se realizar um sociodiagnóstico do problema do racismo, argumentando que ele não pode ser entendido fora de suas conexões com as realidades econômicas e políticas e de sua relação com a temporalidade. Partindo da psicanálise, afirma que, à originalidade de Freud em relação ao saber de seu tempo, ou seja, à tomada de consideração da dimensão ontogenética na explicação das psicopatologias, é necessário, para estudar o problema do racismo, levar em consideração também sua sociogênese. Com isso, Fanon (1952) abre a possibilidade de se estudar os impactos das expressões existenciais da colonialidade na experiência vivida, articulando-as com a realidade social. A partir disso, analisa diversos aspectos da experiência emocional em um contexto no qual o racismo antinegro gera efeitos devastadores de despersonalização, subalternização e invisibilização do corpo e da identidade negras, causando um complexo de inferioridade ligado ao lugar em que o negro foi colocado na modernidade pela violência do

escravismo, da expansão imperial das nações colonizadoras e das ideologias justificadoras da dominação dos povos de cor.

Tal compreensão permite a Fanon (1952) analisar como as relações de poder se expressam nas dimensões mais sutis e pessoais da existência da vítima de racismo, desde a linguagem e as relações amorosas até os sonhos e a relação com os outros. Apresenta, a nosso ver, particular importância, o quinto capítulo da obra, intitulado *A experiência vivida do Negro*, onde, fazendo um itinerário de sua própria experiência pessoal, mostra como o racismo o atacou em sua própria estrutura ontológica, perturbando sua relação com o próprio corpo e com a própria racionalidade. Fica claro, aí, como o processo de psicopatologização, que afeta aquele que é vítima de racismo, liga-se a um contexto amplo, pois o autor mostra como as “lendas, histórias, a história e, sobretudo a historicidade”, bem como estereótipos e mitos imputados como essência do povo negro pelos discursos coloniais – a antropofagia, o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, a mentalidade primitiva, etc. – atacam-lhe as estruturas mais íntimas do existir.

Consideramos fecundo articular essas proposições de Fanon (1952) com o referencial de uma psicanálise intersubjetiva concreta, inspirada na obra de José Bleger (1958; 1963). Acreditamos que este último, a partir de sua leitura de Georges Politzer (1928), faz justiça à necessidade de retorno à concretude da experiência na psicanálise, compreendendo toda manifestação humana como conduta, ou seja, em sua totalidade significativa, que tem sempre um caráter vincular. A crítica de Politzer (1928) aos fundamentos da psicanálise, retomada por Bleger (1958; 1963), centrou-se justamente em denunciar os procedimentos intelectuais – realismo, abstracionismo, formalismo⁵ – que transformam os acontecimentos dramáticos da vida dos sujeitos em coisas, em processos despersonalizados, convertidos em entidades metafísicas e objetificadas na forma de um aparelho psíquico

⁵ “El realismo da la posibilidad de transformar la realidad concreta en procesos internos; una vez conseguida la ‘realización’ queda reemplazada la historia de personas por historias de cosas; se ‘quita la multiplicidad dramática de los individuos y se la reemplaza por la multiplicidad impersonal de fenómenos’. Esta es la obra de la abstracción que implicada por el realismo, implica a su vez el formalismo. La abstracción elimina el sujeto e toma los hechos psicológicos en sí mismos, en forma impersonal. El formalismo se cumple en la asimilación del hecho, vaciado de su contenido, a categorías generales”. (Bleger, 1958, p. 35)

concebido em termos energéticos e pulsionais. Contra tal concepção, Politzer (1928) preconizou um retorno ao concreto das descobertas freudianas, chamando a atenção para a importância de se estudar o “fato psicológico em primeira pessoa”, ou seja, o drama.

Ao retomar essas considerações e compreender as manifestações humanas como condutas dramáticas concretas, consideramos que Bleger (1958; 1963) proporciona um modo de estudar a experiência vivida do racismo em um registro que faz justiça à sua materialidade e à vinculação com condições sociopolíticas. De acordo com Bleger (1963/1989), a conduta corresponde a manifestações humanas que se expressam, sempre e simultaneamente, em três áreas: mental, corporal e de atuação no mundo externo. A qualificação de uma conduta como pertencente a alguma destas três áreas é dada, então, pela predominância de alguma delas em dado momento. No que se refere à amplitude do fenômeno a ser estudado, a conduta pode ser compreendida em três âmbitos: do indivíduo, do grupo e de instituições, como práticas ou normas. Finalmente, a conduta humana deve ser considerada como emergente de contextos ou conjunturas. Segundo a ótica blegeriana, cabe distinguir três subestruturas nos campos da conduta: o ambiente ou subcampo geográfico, que corresponde, praticamente, ao que pode ser percebido por um observador relativamente externo ao acontecer em pauta; o subcampo psicológico, que abrange as experiências vividas; e, finalmente, o campo da consciência, que consiste nas experiências conscientemente percebidas num certo momento. Além disso, a conduta deve ser sempre vista como vinculada a contextos econômicos mais amplos.

Articulamos essas reflexões com as formulações de Fábio Herrmann (1979; 2004) de que a psicanálise consiste, essencialmente, em um método de investigação sobre processos concretos e encarnados de produção de sentidos emocionais, e defendemos que a dimensão metodológica da psicanálise tem primazia sobre a doutrinária. Ou seja, utilizamos a psicanálise essencialmente enquanto método investigativo, e não como corpo teórico rígido e já estabelecido definitivamente, buscando explorar seu potencial heurístico para a produção de estudos interpretativos e compreensivos sobre o substrato afetivo-emocional subjacente às manifestações humanas, sem aderirmos às

formulações metapsicológicas. Em suma, com Politzer (1928) e Bleger (1963), compreendemos que o pressuposto fundamental, sobre o qual o método psicanalítico se assenta, é o de que toda conduta humana é atravessada por múltiplos sentidos, que emergem a partir das experiências concretas de vida das pessoas e coletivos humanos. Buscamos, assim, teorizar de modo maximamente próximo ao acontecer humano, considerando para tanto ser essencial nos mantermos próximos da experiência vivida.

Cabe desde já ressaltar, no entanto, que não faremos uma análise fenomenológica descritiva da experiência vivida, que vise prioritariamente reconstruir a experiência tal como vivenciada subjetivamente pelo participante da pesquisa. Partindo de uma compreensão embasada na metodologia psicanalítica, que desenvolveremos com mais detalhes adiante, visaremos apreender os campos de sentido afetivo-emocional ou inconscientes relativos subjacentes à experiência vivida. Esses, por não serem imediatamente transparentes para a consciência, requerem um trabalho de interpretação para que se tornem apreensíveis e compreensíveis. Não entendemos que essa dimensão inconsciente, como pode ser inferido de nossa rejeição às especulações metapsicológicas, seja um campo energético com base biológica ou uma realidade intrapsíquica, mas um conjunto de determinações que se constela intersubjetivamente em campos sociais e históricos precisos e concretos.

O prosseguimento do itinerário que percorremos até aqui demanda a consideração das especificidades do racismo brasileiro, vistas a partir do prisma da compreensão dos diversos níveis da colonialidade – em suas dimensões de poder, saber e ser – que, por sua vez, guiam nossa leitura do projeto de Fanon (1952) de realizar um sociodiagnóstico que permita estudar os impactos do racismo na subjetividade e na experiência vivida. Articulamos essas referências com os enfoques metodológicos de nosso grupo de pesquisa, baseados primordialmente em Politzer e Bleger e assentados nos pressupostos de uma psicanálise concreta, bem como na leitura de Winnicott, que pode ser feita com base nessa perspectiva. Tudo isso, por sua vez, nos leva à compreensão de que os dramas e as experiências humanas não podem

ser separados de seu contexto político, social, histórico, econômico e intersubjetivo.

Neste processo, devemos atentar às dimensões da colonialidade do saber e do ser. Se, como sustentam Quijano (2000, 2000^a), Mignolo (2002, 2010) e Maldonado-Torres (2007, 2008), o conhecimento serviu historicamente como um instrumento para subalternizar e desqualificar os modos epistêmicos de apreensão da realidade dos colonizados, tendo isso grande influência sobre suas experiências vividas, é necessário termos clara a dimensão ética envolvida na produção do saber. Neste ponto, devemos considerar o aspecto geopolítico do conhecimento e o fato de ser necessário incluir a diferença colonial como um lócus enunciativo capaz de, por direito próprio, produzir saber. Desse modo, abriremos caminho para um futuro descolonial, em que a heterogeneidade histórico-estrutural que compõe a humanidade poderá reivindicar sua pluriversalidade.

Antes de prosseguirmos com uma melhor definição de nossos fundamentos metodológicos, consideramos necessário fazer uma breve apreciação sobre os artigos brasileiros em psicologia que encontramos acerca do tema do racismo. Justificamos essa opção pelo fato de propiciar tanto uma visão do campo quanto o encontro de possíveis interlocutores para nossa pesquisa.

Capítulo 3

O RACISMO E A PSICOLOGIA

Realizaremos neste capítulo duas tarefas solidárias entre si. A primeira consiste na apreciação inicial dos artigos de estudos psicológicos brasileiros acerca da questão do racismo. A segunda corresponde ao reconhecimento, ainda preliminar e provisório, do modo como racismo e psicologia se articularam no contexto das pesquisas de língua inglesa. Como se verá, fomos conduzidos até as pesquisas internacionais a partir de nossas incursões iniciais no exame da produção nacional sobre o tema, uma vez que essa recorre àquelas como referências fundamentais.

3.1. Racismo na literatura psicológica brasileira

Evidentemente, a escrita desta dissertação demandou a consulta de uma literatura mais ampla que a apreciada neste momento, na medida em que nos dedicamos a estudos metodológicos que nos capacitassem a usar o método psicanalítico em pesquisa empírica, bem como a obras teóricas que são referências fundamentais para o entendimento do racismo (Fanon, 1952, 1961). Recorreremos, ainda, a estudos pós-coloniais, que favorecem uma compreensão de processos históricos e geopolíticos em cujo contexto tanto opressão quanto dominação se colocam como solo concreto a partir do qual emerge o racismo.

Uma vez que realizamos um estudo empírico sobre o tema, consideramos importante já apresentar um panorama da produção da pesquisa psicológica de artigos científicos mais acessíveis na íntegra. Conscientes das limitações inerentes ao modo como são hoje institucionalizadas as exigências do mestrado em nosso país, bem como seu objetivo no contexto da formação do pesquisador, restringimos nossa busca a artigos da base de dados Scielo, tendo em vista sua reconhecida relevância. Cientes da probabilidade de não encontrarmos uma produção copiosa, optamos por não utilizar filtros relativos a

períodos de tempo, de modo que acessamos produções que se distribuem ao longo dos 15 anos de existência da base de dados escolhida.

Como busca inicial, utilizamos as palavras-chave “racismo”, “preconceito racial” e “discriminação racial” e, a partir dos resultados, selecionamos em um segundo momento os trabalhos publicados na área da psicologia. Ainda que não tenhamos procedido à revisão direta e sistemática de teses e dissertações, vale salientar que chegamos a esse tipo de trabalho por meio da leitura de referências encontradas nos artigos da base estudada.

Como afirmado no primeiro capítulo, não foram encontrados estudos históricos que possibilitassem uma visão ampla da produção nacional da disciplina sobre a temática, o que nos forneceria um quadro de inteligibilidade maior para identificar evoluções e tendências de estudo⁶. Tampouco identificamos trabalhos que ofereçam uma análise do estado da arte da área ou uma revisão sistemática das principais linhas de estudo atuais.

Destacamos, ainda, que nenhum dos artigos aqui examinados faz referência a uma tradição de estudos sobre racismo na psicologia brasileira na qual se enquadraria, dando continuidade ou procedendo a uma crítica. Embora nenhum desses artigos vise a uma revisão bibliográfica sobre a relação entre psicologia e racismo no Brasil, é comum neles encontrar o comentário de que a disciplina produziu muito pouco sobre o tema no país. Verificamos, com mais frequência, tentativas de diálogo com teorias sobre o racismo da psicologia social norte-americana, bem como com outras ciências sociais brasileiras que estudaram a questão, ou mesmo com autores internacionais que não trataram diretamente o tema, a exemplo do filósofo francês Michel Foucault. Veremos também que existem artigos cujo objetivo principal é justamente chamar a atenção das ciências psicológicas sobre a relevância do assunto. Este quadro provoca a impressão de que o estudo sobre o racismo na psicologia brasileira realmente não constitui um campo que apresente tradição consolidada e sistematizada, embasado por produção de trabalhos que dialogariam entre si.

⁶ Como indicado em nota no primeiro capítulo, no trabalho final de redação da dissertação encontramos o artigo *Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro* sobre relações étnico-raciais (Santos et AL, 2012), que pode servir de guia inicial para desenvolver esse quadro geral.

Dada a importância da questão, consideramos como evidente a necessidade de produção de pesquisas históricas e de revisão bibliográfica crítica, uma vez que facilitariam a compreensão e a contextualização do modo como o racismo foi e é tratado pela psicologia. Anima-nos constatar que algumas iniciativas interessantes provavelmente virão a favorecer a realização destas tarefas. Lembramos, por exemplo, que recentemente o Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR)⁷, integrante da Comissão de Direitos Humanos do CRP-03, que atua na sensibilização de profissionais e estudantes de psicologia para a importância da discussão sobre a temática racial em suas práticas, lançou a segunda edição da *Cartilha Psicologia e Relações Raciais*⁸, ampliando a primeira edição de 2008 e fornecendo uma lista de produções teóricas sobre os trabalhos da psicologia brasileira – incluindo algumas fontes internacionais – sobre racismo e cultura negra. Falta um debruçar-se dos pesquisadores interessados nessa problemática sobre as produções levantadas pela cartilha, analisando-as. Contudo, um exame desta lista, ainda que preliminar, indica que um passo fundamental já foi dado.

Dentro do nosso propósito de apreciar artigos sobre racismo produzidos por pesquisadores da área da psicologia que figuram no Scielo, propomos uma organização e a análise preliminar dos trabalhos encontrados, guiados pelo intuito de aí buscar interlocutores para nossa pesquisa. Parece-nos também útil lembrar que, mediante o estudo das referências utilizadas por seus autores, a leitura dos artigos encontrados na base examinada nos levou a entrar em contato com outras obras, grande parte produzida em outros países. Sem dúvida, este trabalho teve como efeito ampliar nosso olhar como pesquisadores.

A organização dos estudos encontrados obedeceu a um critério bastante usual nas ciências humanas, qual seja, o da distinção entre produções teóricas e empíricas, tendo sido encontrados 14 artigos teóricos e 12 empíricos. Neste segundo grupo, diferenciamos sete que adotam abordagens quantitativas e cinco pesquisas qualitativas.

⁷ http://www.crp03.org.br/site/ComissaoDHumanos_GTPRR.aspx

⁸ Disponível em http://www.crp03.org.br/img/Cartilha_web_atual_reduzido.pdf

Entre os artigos teóricos, podemos diferenciar: 1) os que tratam de aspectos da história da psicologia no Brasil; 2) aqueles que apresentam a problemática do racismo e buscam chamar a atenção da psicologia sobre o tema; 3) artigos de reflexão; e 4) trabalhos de revisão.

Na primeira categoria de artigos teóricos, a dos voltados a aspectos históricos, encontramos produções que lançam luzes sobre como a ciência da psicologia foi utilizada nas primeiras décadas do século XX no país, no contexto da Primeira República e da vigência das teses do racismo científico. São eles *Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira* (Chaves, 2003); *A Psicologia racial no Brasil (1918-1929)* (Masiero, 2005); e *Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos* (Gutman, 2007).

Consideramos esses artigos importantes, pois podem nos ajudar a começar a esboçar um quadro mais amplo das relações entre psicologia, raça e racismo no país. Os dois primeiros, embora curtos, já assinalam que os saberes psicológicos foram mobilizados nas discussões correntes durante a Primeira República, época de vigência das teses do racismo científico. O último apresenta o uso da psicanálise nos estudos do médico, psiquiatra, antropólogo e folclorista brasileiro Arthur Ramos. Esse pensador, que produziu uma obra vasta, fez uso absolutamente original e heterodoxo da psicanálise, como aponta o artigo, utilizando-a principalmente em interface com a antropologia para a condução de estudos culturalistas sobre o negro brasileiro. Chegou, inclusive, a inventar conceitos próprios, como o de inconsciente folclórico. Embora não possa ser definido como um intelectual especificamente focado em estudos sobre o racismo, nossa impressão é a de que sua obra merece ser retomada e estudada.

A segunda categoria dos trabalhos teóricos é constituída por produções que buscam chamar atenção sobre a relevância do tema do racismo no campo da psicologia, incentivando o desenvolvimento de outros estudos. São eles: *Pluralidade Racial: Um Novo Desafio para a Psicologia* (Oliveira, 2002); *O político, o público e a alteridade como desafios para a Psicologia* (Azeredo 2002); *Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita*

(Nunes, 2006); *Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o "ser negro" no Brasil* (André, 2007); e *Desigualdade racial, racismo e seus efeitos* (Zamora, 2012). Retomando aspectos da história colonial e da formação em psicologia, bem como conceitos sobre negritude e dados de desigualdade racial, esses artigos buscam argumentar que a psicologia pode e deve aplicar o seu saber em estudos na área, chamando a atenção para a relativa invisibilidade histórica do racismo na história da disciplina.

Na terceira categoria de publicações teóricas encontramos os artigos de reflexão, que também podemos chamar de ensaios teóricos. Eles se caracterizam por discorrer sobre algum tema sem, necessariamente, se basear em uma pesquisa ou material empírico – ou, quando fazem referência a algum material, não o tratam segundo um enfoque metodológico explícito. Entre eles estão: *A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil* (Dahia, 2008), que discorre sobre o papel do humor e das piadas na perpetuação do racismo; *Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão* (Schucman, 2010), com considerações sobre o uso da categoria raça na produção do racismo e na luta antirracista, baseando-se nas discussões de outras ciências sociais brasileiras que não a psicologia; e *Aquarela da intolerância: racialização e políticas de igualdade no Brasil* (Fantini, 2012), que reflete sobre as imprecisões das fronteiras raciais no Brasil, ações afirmativas e multiculturalismo. Nesse último artigo, bem como naquele de Dahia (2008), aparecem referências à psicanálise e menções sobre sua possível contribuição à temática, o que, todavia, não é suficientemente aprofundado.

Ainda nessa categoria, destacamos dois artigos que nos oferecem possibilidades de interlocução mais interessantes: *O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente* (Ferreira, 2002) e *As relações cotidianas e a construção da identidade negra* (Ferreira & Camargo, 2011). Neles, o objetivo explícito é refletir sobre os efeitos do racismo na subjetividade negra. Ambos se baseiam em material empírico, mas não delineiam com precisão as estratégias metodológicas de coleta e interpretação do material. Tampouco explicitam um referencial teórico claro na psicologia. Ainda assim, oferecem considerações valiosas.

Na quarta categoria das produções teóricas, a dos artigos de revisão, destacamos três trabalhos. O primeiro deles é intitulado *Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro* (Acevedo et al, 2010). Seus autores, da área da administração de empresas, não se inserem em programas ou laboratórios de psicologia, porém o estudo foi publicado no periódico *Psicologia e Política*, avaliado como Qualis B3 para nossa área. Trata-se de uma revisão de estudos feitos na área de comunicação, que propõe um interessante modelo de leitura, conclamando para mais investigações sobre a representação midiática de negros, tema que certamente apresenta relevância psicológica. Também encontramos uma segunda revisão, *Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse* (Faro, Pereira, 2011), que tem foco em trabalhos norte-americanos, uma vez que os autores afirmam haver uma carência de pesquisas sobre a relação entre estresse e racismo no Brasil, não encontrando registro de estudos nessa perspectiva.

Entre os artigos teóricos de revisão, podemos destacar *As novas formas de expressão do preconceito e do racismo*, de Lima & Vala (2004), por sua relevante e didática apresentação das teorias mais recentes da psicologia social norte-americana e europeia, bem como de uma incipiente concepção brasileira sobre o assunto. Com relação aos Estados Unidos, os autores destacam as teorias de racismo simbólico, racismo moderno, racismo aversivo e racismo ambivalente. Já quanto à Europa, falam do preconceito sutil. Essas novas teorizações sobre o racismo, surgidas após o desmantelamento da segregação racial legal nos Estados Unidos e o movimento pelos direitos civis ou, no caso europeu, com a recente onda de imigração de habitantes das ex-colônias, caracterizam-se por buscar captar as formas de expressão do fenômeno em contextos formalmente democráticos, onde as normas sociais proíbem expressões abertas de discriminação. Todas elas mostram que o racismo não se extinguiu nessas localidades, tendo simplesmente passado por transformações, ainda que sobrevivam algumas formas de racismo mais antigas. Como dizem os autores:

Não obstante as diferenças que existam entre as novas teorias sobre o racismo, comum a todas elas é a afirmação de que as novas expressões do racismo são disfarçadas e indiretas, e

caracterizam-se pela intenção de não ferir a norma da igualdade e de não ameaçar o autoconceito de pessoa igualitária dos atores sociais. Não se quer significar com isto que as formas mais tradicionais e abertas de racismo, típicas das relações racializadas dos séculos XVIII, XIX e início do XX, deixaram de existir ou perderam em importância. (...) Também se deve referir que estas novas expressões de racismo, mais veladas e hipócritas, são tão ou mais danosas e nefastas do que as expressões mais abertas e flagrantes, uma vez que, por serem mais difíceis de ser identificadas, são também mais difíceis de ser combatidas. (Lima e Valla, 2004, p.408)

A concepção brasileira referida pelos autores é a do racismo cordial, destacado como uma possível forma de compreender a especificidade das feições que o fenômeno assume no Brasil. Eles chamam a atenção para a singularidade do nosso contexto, que se diferencia daquele que caracteriza as outras teorias apresentadas, uma vez que o modo de classificação “multirracial” brasileiro se contrapõe ao de outras sociedades que adotam classificações “bi-raciais”. Por outro lado, assumem uma postura crítica em relação ao caráter ainda incipiente do racismo cordial como teoria.

Na verdade, essa expressão foi apresentada, como indicam os próprios autores do artigo, por Turra e Venturi (1995), respectivamente gerente de opinião pública e diretor de operações do Instituto de Pesquisa Datafolha, durante a realização da pesquisa “Racismo Cordial – a maior e mais completa pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros”, publicada como suplemento do jornal Folha de S. Paulo, em 25 de junho de 1995, sendo posteriormente lançada em versão estendida em formato de livro no mesmo ano. Não corresponde, portanto, a conceito bem estabelecido na psicologia social brasileira:

A teoria do racismo cordial ainda se encontra em fase de desenvolvimento, tendo alguns pesquisadores começado a analisar, no âmbito da psicologia social, os mecanismos

históricos e psicossociais que subjazem a esta forma de racismo” (Lima e Valla, 2004, p.408).

Passemos agora aos artigos empíricos que encontramos na base Scielo. Para facilitar sua visualização, optamos por apresentá-los sob a forma de tabelas.

Tabela 1: Artigos empíricos por título

Artigos	
1	<i>A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica</i> (Câmino, L. et al., 2001).
2	<i>Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero</i> (Roso, A. et al., 2002)
3	<i>Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial</i> (Pereira, C. et al, 2003).
4	<i>A expressão das formas indirectas de racismo na infância</i> (De França & Monteiro, 2004)
5	<i>Sucesso social, branqueamento e racismo</i> (Lima, M. E. O.; Vala, J., 2002).
6	<i>Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças</i> (Oliveira Filho, P., 2005).
7	<i>A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: Projeto Mãe-Criadeira</i> (Guimarães, M. A. C.; Podkameni, A. B., 2008).
8	<i>Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial</i> (Oliveira, M. L. P. et al., 2009).
9	<i>El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas</i> (Pires, A. M. L. T., 2010)
10	<i>Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários</i> (Oliveira Filho, P. et al., 2010).
11	<i>Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo</i> (Pereira, M. E. et al., 2011).
12	<i>Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial?</i> (Nunes, A. V. L.; Camino, L., 2011)

Tabela 2: Descrição do Objetivo, Procedimento de Coleta, Procedimento de Registro e Tratamento e Análise dos Dados

Artigo	Objetivos principais	Procedimentos de coleta	Procedimentos de registro	Tratamento e análise dos dados
1	Identificação e análise de preconceito e estereótipos raciais em estudantes universitários	Questionário	Autopreenchimento	Procedimentos estatísticos
2	Análise de formas simbólicas (comerciais de televisão)	Exposição a objeto de análise	Não especificado	Análise de discurso
3	Identificação e análise da influência de um discurso justificador da discriminação sobre o preconceito racial, em suas formas mascarada e aberta, em estudantes universitários	Questionário	Autopreenchimento	Modelo da análise quantitativa das representações sociais
4	Verificação do efeito da idade na expressão das formas indiretas de racismo em crianças brancas, por meio da mensuração de atitudes	Entrevista e material de estímulo	Não especificado	Procedimentos estatísticos
5	Investigação dos efeitos da cor da pele percebida e do sucesso social no branqueamento e na infra-humanização, por meio da mensuração de opiniões	Questionário e material de estímulo	Não especificado	Procedimentos estatísticos
6	Análise de discursos de brancos acerca do modo bipolar de classificação racial	Roteiro de entrevista parcialmente estruturado	Não especificado	Análise de discurso
7	Identificação e análise dos efeitos do racismo na saúde mental de gestantes negras	Pesquisa-ação e observação participante	Relato de caso clínico	Interpretação psicanalítica
8	Compreensão dos efeitos da discriminação racial na identidade e na subjetividade de mulheres negras	Grupo dispositivo	Transcrição de áudio	Análise de discurso

Tabela 2: Descrição do Objetivo, Procedimento de Coleta, Procedimento de Registro e Tratamento e Análise dos Dados

Artigo	Objetivos principais	Procedimentos de coleta	Procedimentos de registro	Tratamento e análise dos dados
9	Mensuração das manifestações de preconceito racial em uma amostra da população brasileira, utilizando as escalas de racismo moderno e de racismo cordial	Questionário	Autopreenchimento	Procedimentos estatísticos
10	Identificação e análise do conflito entre racismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários	Entrevista semi-estruturada	Transcrição das entrevistas	Análise de discurso
11	Identificação e análise da essencialização da categoria social raça e sua importância na construção de estereótipos	Apresentação de história a ser avaliada pelo participante	Não especificado	Procedimentos estatísticos
12	Identificação e análise de como se apresentam a atitude político-ideológica e a inserção social, no contexto universitário, frente ao preconceito sutil	Questionário	Não especificado	Procedimentos estatísticos

Tabela 3: Descrição e Interpretação dos Resultados Principais

Artigo	Descrição e Interpretação dos Resultados Principais
1	Existe, entre os estudantes, um sentimento praticamente unânime (98%) de que há preconceito no Brasil; embora a grande maioria (84%) não se considere preconceituosa. A força da norma social antirracista leva as pessoas a evitar assumir atitudes pessoais preconceituosas, ainda que essa norma não as impeça de ver que no Brasil as pessoas de cor negra continuam a ser discriminadas. Não obstante, em suas respostas aos questionários, os participantes atribuem mais qualidades ligadas à modernidade aos brancos do que aos negros. Isso sugere que novas formas de categorização, que não confrontam abertamente as normas antirracistas, estão se desenvolvendo.

Tabela 3: Descrição e Interpretação dos Resultados Principais

Artigo	Descrição e Interpretação dos Resultados Principais
2	As propagandas veiculam e reforçam hierarquias entre maiorias e minorias, fortalecendo discriminações sociais. Mais grave, reforçam o problema da autodiscriminação por parte das minorias, proporcionando a internalização de imagens negativas sobre si mesmas, por meio de processos inconscientes de autodesvalorização.
3	Ao estudar o preconceito à luz das representações sociais, a pesquisa busca compreender as expressões atuais do racismo como decorrentes das novas teorias de senso comum, elaboradas pelos grupos sociais a partir de suas relações de poder sobre a natureza das relações raciais. Ao contrário das novas teorias do racismo, não se considera aqui que a expressão disfarçada do racismo se deva à internalização de normas sociais, mas sim que decorra das normas instituídas pelos grupos dominantes para justificar sua condição de maioria social. Os resultados mostram que o campo representacional é constituído pela crença na existência de um preconceito generalizado na sociedade brasileira e pelo fato de que, individualmente, as pessoas não se julgarem preconceituosas.
4	A manifestação das formas indiretas de racismo, a partir dos oito anos, está relacionada com a interiorização da norma antirracista por parte das crianças, precisamente por volta dessa idade. O responsável direto pela mudança no modo de expressão do racismo, o que não implica sua eliminação, parece ser o processo de interiorização de normas sociais.
5	Os negros que obtêm sucesso social são percebidos como mais brancos do que os negros que fracassam. Quanto mais os negros com sucesso são percebidos como brancos, mais características tipicamente humanas lhes são atribuídas. Na sociedade brasileira, desenvolve-se uma forma de representação na qual o fracasso é associado à cor negra, enquanto o sucesso, à cor branca, verificando-se a possibilidade de mudar subjetivamente a cor de um indivíduo de forma a manter intactas as crenças coletivas e as atitudes negativas associadas à categoria a qual pertence esse indivíduo. Nesse sentido, o branqueamento dos negros bem-sucedidos permite que os participantes brancos confirmem uma maior atribuição de traços positivos na descrição desse grupo e que lhes impute mais traços de cultura.

Tabela 3: Descrição e Interpretação dos Resultados Principais (cont.)

Artigo	Descrição e Interpretação dos Resultados Principais
6	Os modos bipolar e multipolar se alternam no discurso dos entrevistados. Há uma tendência para a rejeição pública do modo bipolar, o que não significa sua ausência, uma vez que os discursos produtores de bipolaridade emergem em situações específicas. O predomínio do modo multipolar pode ser usado para esconder a profunda desigualdade que caracteriza as relações entre brancos e não brancos, não sendo necessariamente utilizado de modo opressivo. A alternância entre classificações bipolares e multipolares expressa menos estruturas cognitivas rígidas do que discursos conflitantes que atravessam o campo social.
7	A população negra é submetida a situações conflituais traumatizantes pela discriminação racial que caracteriza a dinâmica sociocultural brasileira. Isso exige um esforço excessivo na manutenção e na realimentação do campo subjetivo, onerando o psiquismo e podendo ocasionar processos de adoecimento psíquicos, psicossomáticos e psicossociais. A ideia/experiência da Rede de Sustentação Coletiva é proposta como uma das estratégias possíveis para barrar os efeitos nocivos do ambiente sociocultural brasileiro sobre a saúde mental dos afrodescendentes.
8	As participantes da pesquisa utilizaram vários repertórios: o da denúncia do racismo e da discriminação racial, o dos efeitos do racismo em relação às identidades e subjetividades e, entremeadas aos demais, as estratégias que elas utilizam para enfrentar a discriminação racial. A construção do conhecimento sobre a violência racial, produzida à luz dos pressupostos teóricos da psicologia social e da saúde coletiva, precisa ser incorporada à agenda das políticas públicas para o combate à violência contra as mulheres, considerando as especificidades das mulheres negras.
9	A manifestação do preconceito moderno em relação aos afro-brasileiros é mais alta quando utilizada a escala de racismo moderno do que ao se empregar a de racismo cordial. As duas escalas diferem entre si, portanto, na captação de expressões de preconceito. A de racismo moderno é avaliada como a que capta as expressões mais sutis, simbólicas e indiretas, em comparação como a do racismo cordial. Em geral, o nível de preconceito declarado aos afro-brasileiros é médio, mas aumenta quando há possibilidade de contatos diretos.

Tabela 3: Descrição e Interpretação dos Resultados Principais (cont.)

Artigo	Descrição e Interpretação dos Resultados Principais
10	<p>Os resultados mostram o caráter polissêmico do termo raça entre os estudantes entrevistados. Constatou-se também o cuidado dispensado na tentativa de evitar definições racialistas para o termo em questão. O simples uso da palavra raça é associado implicitamente a posicionamentos racistas por alguns sujeitos. Esse mesmo cuidado foi observado quando os sujeitos atribuíam significados aos termos usados no Brasil para classificar as pessoas em grupos de cor/raça. São associados à cor, aos traços físicos, etc., mas nunca a uma essência racial, como nos moldes norte-americanos. A rejeição discursiva do racismo não é acompanhada pelo reconhecimento de que cor/raça no Brasil é um fator determinante na posição social das pessoas. De maneira coerente com o discurso da democracia racial, a associação entre cor/raça e posição social foi evitada pela esmagadora maioria dos sujeitos. É como se negros, brancos e mestiços vivessem todos em um espaço social homogêneo, pacificado e não hierarquizado.</p>
11	<p>O estudo foi conduzido com estudantes universitários brasileiros e espanhóis. Os brasileiros apresentaram maior tendência a essencializar o conceito de raça. O resultado indica a influência do contexto cultural na categorização de um grupo em função do fenótipo, elemento poderoso na racialização das relações intergrupais.</p>
12	<p>A forma como os fatores psicossociais estão relacionados com o preconceito sutil aponta uma correspondência assinalada pela literatura psicossocial, de que utilizar-se do mérito como justificativa, ou naturalização de práticas discriminatórias, auxilia na dinâmica da exclusão social, onde os sujeitos reproduzem os argumentos ou repertórios conflitantes que circulam na sociedade.</p>

A nosso ver, algumas tendências podem ser detectadas. Apenas dois artigos, *A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: Projeto Mãe-Criadeira* (Guimarães, M. A. C.; Podkameni, A. B., 2008) e *Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial* (Oliveira, M. L. P. et al., 2009) estudam os efeitos subjetivos do racismo sobre o negro. Os dois estudos empregam metodologia qualitativa.

O enfoque qualitativo está presente ainda em trabalhos que adotam perspectivas de análise de discurso para identificar como se constroem retoricamente ideias de raça. A maioria dos artigos utiliza a vertente quantitativa e investiga as modalidades e características do preconceito, focando-se no branco. Recorrem a questionários e escalas de mensuração de opiniões e atitudes e se estruturaram a partir do uso de conceitos tais como estereótipos, concepções raciais, representações sociais e percepção do preconceito. Privilegiam perspectivas sociocognitivas que, a nosso ver, simplificam de forma indevida um fenômeno certamente atravessado de modo dramático por violência e sofrimento. Consideramos tais simplificações arriscadas porque podem, no limite, insinuar a possibilidade de combater o racismo por informação e esclarecimento racional, sem trazer para a análise sua constituição histórica a partir de dominação e exploração de largos contingentes populacionais e sua manutenção atual pela estrutura e organização social, que se perpetuam sob a forma de experiências mais ou menos disfarçadas de humilhação e injustiça.

Percebemos, ao ler estes estudos, a necessidade de conhecer um pouco as tradições estrangeiras de pesquisa às quais se vinculam. Assim, guiados pelo exame das referências usadas e pelos interlocutores escolhidos, delineamos um quadro que nos ajudou a adquirir uma visão que certamente nos auxiliará tanto aqui como nos estudos que pretendemos realizar futuramente.

3.2. Racismo e Psicologia em Língua Inglesa

A nosso ver, uma vez que os estudos brasileiros frequentemente dialogam com as teorizações de língua inglesa, é importante considerar aqui os

estudos psicológicos sobre racismo realizados principalmente nos Estados Unidos e na África do Sul. Nesses países, podemos encontrar mais facilmente tradições e paradigmas identificáveis, nos estudos sobre o racismo, principalmente na vertente da psicologia social. Isso nos possibilita a construção de um quadro interpretativo, ainda que provisório, passível de favorecer a distinção de tendências presentes na literatura científica nacional que aqui focalizamos.

Com base nos escritos de Bulhan (1985), Foster (1999), Pettigrew (2004) Painter et al (2006), conseguimos distinguir as principais tendências dos estudos da psicologia norte-americana e sul-africana sobre o racismo⁹. Em um primeiro momento, que vai de 1890 até a década de 1930, esses autores são unânimes em assinalar a cumplicidade e a contribuição da psicologia para o fortalecimento do pensamento racista. Naquela época, teria dominado, de fato, uma aproximação da ciência psicológica com formas de pensamento guiadas por critérios biológicos deterministas e evolucionistas. Nesse contexto, as concepções eugênicas do darwinismo social, que pregavam a visão da inferioridade do negro, foram o paradigma dominante na psicologia da época. Com isso, o uso de testes psicométricos de inteligência, para demarcar as diferenças entre brancos e negros, serviu constantemente como justificativa para o tratamento desigual entre os grupos, dando sustentação científica, inclusive, para os aparatos estatais legais que pregavam a segregação racial.

Já ao final da década de 1930, começou-se a desenvolver um aprimoramento nas escalas de medição de atitudes e opiniões nas ciências sociais, possibilitando o início de estudos quantitativos para aferir o preconceito individual. Concomitante a isso, em um movimento liderado pelo antropólogo Franz Boas e que repercutiu no Brasil nas interpretações de Gilberto Freyre (1933/2006), inicia-se um questionamento da cientificidade dos conceitos de raça, o que resultou na opção por uma abordagem mais ambientalista para o estudo de questões de relações raciais, superando-se assim as teorizações

⁹ Painter et al (2006) chamam atenção para como os psicólogos da África do Sul, enquanto país periférico no capitalismo internacional, construíram historicamente a disciplina, tendo como constante referência a evolução desta nos Estados Unidos, absorvendo suas teorias e arquitetura disciplinar. Mas destacam, também, que em um período mais recente, dos anos de 1980 para cá, a psicologia sul-africana vem adquirindo feições cada vez mais próprias, especialmente após o desenvolvimento de abordagens críticas.

deterministas do darwinismo social. Desse modo, a explicação sobre as diferenças entre negros e brancos em testes de inteligência não mais eram vistas como resultado de diferenças biológicas intransponíveis e sim como derivadas das condições desfavoráveis impostas aos negros pela discriminação racial. Ou seja, passou-se de estudos sobre a inferioridade negra a estudos sobre o preconceito branco.

Paralelamente, começaram a ser realizadas pesquisas sobre estereótipos nos Estados Unidos, destacando-se como marco histórico importante a publicação da obra clássica de Adorno (1950), *A Personalidade Autoritária*. No período posterior a 1930, procede-se ao estudo do racismo como preconceito e estereotípias (Foster, 1999; Pettigrew, 2004), concepções igualmente utilizadas pelos psicólogos sul-africanos. Essa tradição iria frutificar, mantendo-se duradoura até os dias de hoje, o que explica o fato dos conceitos de estereótipo e preconceito serem ainda fundamentais na psicologia social.

Por outro lado, não causa estranhamento que esta tradição tenha sofrido mudanças significativas ao longo do tempo. Por exemplo, os primeiros estudos sobre estereótipos viam as personalidades preconceituosas como irracionais e levemente patológicas, caracterizadas por uma mente rígida, dogmática e intolerante à ambiguidade. Posteriormente, com a adoção de fragmentos da teoria psicanalítica, como a noção de mecanismos mentais inconscientes de frustração-agressão e de projeção, passou-se a ver o preconceito como um processo psicológico normal e universal.

Os primeiros estudos sobre preconceito e estereótipos, no entanto, foram criticados já à época, ou seja, nos anos 1950, e por gerações posteriores, tanto devido a um excessivo individualismo quanto por ignorarem as regras e o contexto social em que o preconceito ocorria, centrando-se apenas em aspectos internos e intrapsíquicos de sujeitos preconceituosos (Foster 1999; Pettigrew, 2004). Por outro lado, como destaca Foster (1999), a compreensão do preconceito racial como decorrência de leis psicológicas “normais” e “universais” pode muito bem servir como justificativa do racismo, ao vê-lo originado em um suposto modo natural de funcionamento da mente humana e não como produto de processos históricos, políticos e econômicos.

De todo modo, o que podemos assinalar é que essa perspectiva de análise se desenvolveu e, após essas primeiras críticas, passou a incluir em seus estudos considerações mais amplas sobre a interação entre indivíduos e normas sociais. Parece fundamental lembrar que, com os avanços da psicologia cognitiva e dos estudos de cognição social, a tradição sobre preconceito e estereótipos continua relevante até os dias atuais. Ela se baseia, principalmente, em uma visão positivista ou pós-positivista de ciência, e conduz estudos orientados por perspectivas quantitativas.

Outra abordagem importante do problema do racismo no mundo de língua inglesa é a que deriva das pesquisas intergrupo, desenvolvidas a partir da década de 1980. Trata-se de um enfoque fundamentado em teorias da psicologia social europeia, que começara, na referida década, a repensar e enfatizar as relações grupais, como a Teoria da Identidade Social e a Teoria das Representações Sociais. Ainda focada em estudos predominantemente cognitivos, essa abordagem permitiu uma nova interpretação de conceitos como estereótipos e preconceito, compreendendo-os como fenômenos sociais e coletivos criados por interações de dinâmicas grupais complexas, imersas em contextos sociais amplos. Assim, permitiram uma maior inclusão das dimensões estruturais das desigualdades raciais e de classe, e dos padrões ideológicos que lhes dão legitimidade. (Foster, 1999; Painter et al, 2006).

Ainda que, em um primeiro momento, tais teorias não tenham sido muito notadas nos Estados Unidos, com o tempo conquistaram vários adeptos naquele país (Pettigrew, 2004). Na África do Sul, por sua vez, foram bem recebidas desde o início por psicólogos sociais em busca de modelos que considerassem os fatores sociais de forma mais completa (Painter et al, 2006). Quando aplicadas ao estudo do racismo, as teorias intergrupo o caracterizam como uma relação de variáveis que incluem categorizações e representações, em termos de estereótipos, imagens e avaliações, além de ações de discriminação, hostilidade e marginalização. Tal relação entre variáveis explicaria as manifestações dos membros de grupos dominantes como motivadas pelo objetivo de manter sua identidade social positiva, preservando suas posições de poder e status (Foster, 1999). Essas teorias também podem ser utilizadas para explicar a formação de identidades de minorias oprimidas.

Ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, surge outra perspectiva teórica que iria influenciar os estudos psicológicos sobre racismo. Podemos chamá-la, genericamente, de psicologia discursiva ou construcionismo social (Foster, 1999). Inspirada por uma série de movimentos sociais e por novas correntes intelectuais – pós-modernismo, pós-estruturalismo, feminismo, estudos culturais – essa perspectiva criticou as teorias intergrupo por sua fé em epistemologias e metodologias empiristas e positivistas tradicionais, e por manterem uma divisão ontológica entre o social e o psicológico, esse entendido como um domínio de processos cognitivo-perceptuais e afetivos. Outro foco de crítica era o tratamento das categorias sociais como sendo estáveis e transparentes (Foster, 1999; Painter et AL, 2006).

As psicologias discursivas, por outro lado, caracterizam-se por uma rejeição metateórica do empirismo, uma abordagem da linguagem que a entende como tendo não apenas uma função representacional, mas construtiva, e um enfoque na constituição relacional, dialógica e retórica da subjetividade. Com isso, interpretam-se os processos psicológicos como posições discursivas de sujeitos múltiplos e diferentemente posicionados em contextos particulares. Os processos psicológicos, portanto, não estão “dentro da cabeça” dos sujeitos, ocorrendo em sua interação social e no uso da linguagem. Com isso, os psicólogos que se utilizam dessa perspectiva para estudar o racismo o entendem não como o reflexo mecânico de uma estrutura ideológica ou social pré-ordenada, mas como construção e reconstrução constantes de argumentos, posicionamentos retóricos e discursos presentes no campo social. (Foster 1999; Painter et al, 2006). Psicólogos que trabalham nessa abordagem costumam lançar mão de metodologias qualitativas. Evidentemente, o deslocamento de um enfoque que privilegia a interioridade psíquica para incluir a dimensão social corresponde a uma importante ampliação de visão. De toda forma, é possível que ainda prevaleça uma ênfase excessiva em aspectos sociocognitivos, que poderiam se articular produtivamente com considerações dramáticas e concretas de dimensões subjetivas em registros afetivo-emocionais. O interesse que os psicanalistas

têm demonstrado, em anos recentes, pelas perspectivas discursivas pode ensejar, a nosso ver, avanços interessantes.

Em resumo, observamos nos países de língua inglesa três abordagens principais para o estudo psicológico sobre o racismo: racismo como preconceito e estereotipização, com mensuração de atitudes e opiniões; racismo como relações intergrupo; e racismo como construção discursivo-retórica. Não se trata, obviamente, de um quadro que traça uma evolução linear, na qual uma abordagem vai substituindo a outra. Todas elas coexistem e continuam a desenvolver novas teorias e pesquisas.

Para finalizar, cumpre lembrar que estes desenvolvimentos americanos, sul-africanos e europeus influenciam marcadamente a produção nacional. Desde nossa perspectiva, posicionamo-nos de modo comprometido com uma psicologia psicanalítica concreta e com o reconhecimento da importância dos contextos geopolíticos prevalentes, historicamente configurados em processos violentos de colonização opressiva. A partir deste posicionamento, defendemos a realização de pesquisas que possam articular atenção psicológica clínica a personalidades individuais e coletivas atingidas pelo racismo, com conhecimentos de outras disciplinas humanas, tais como as Ciências Políticas, o Direito, a História e a Filosofia.

Capítulo 4

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O presente capítulo organiza-se em três partes. Na primeira delas, apresentamos uma fundamentação metodológica, com o intuito de clarificar os pressupostos de que partimos na pesquisa empírica com o método psicanalítico. A segunda parte do capítulo consiste na apresentação dos conceitos básicos utilizados neste trabalho: experiência e campo de sentido afetivo-emocional. Já a terceira parte descreve e elucida os procedimentos investigativos empregados, distinguindo procedimentos investigativos de configuração, registro e interpretação do acontecer inter-humano estudado. Deixamo-nos guiar, neste momento, por uma visão que, convergindo com as recomendações de Bleger (1963), valoriza a transparência metodológica como via do cultivo da confiabilidade e do rigor (Fontanela et al, 2011).

4.1. Fundamentação Metodológica

Visamos aqui fundamentar a pesquisa psicanalítica empírica como opção viável no contexto da pesquisa qualitativa contemporânea no campo da psicologia. Adotaremos um recorte, na tentativa de bem focalizar a questão, pela via da consideração da pesquisa psicanalítica que se realiza em nosso país no âmbito de programas de pós-graduação *strictu sensu* da área da psicologia. Nossa opção se justifica por dois motivos: devido à importância institucional desses programas no cenário da produção científica nacional e por nossa própria inserção, como integrantes de um Grupo de Pesquisa PUC-Campinas/CNPq, intitulado “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção”.

Na abertura de importante evento denominado “Estados Gerais da Psicanálise”, em Paris, Roudinesco (2003) mencionou, com clara deferência, que a psicanálise brasileira teria encontrado, nos departamentos e programas de pós-graduação *strictu sensu* em psicologia clínica, ambiente notavelmente propício ao seu desenvolvimento. Entendemos que esta tendência se manteve

e, inclusive, se ampliou na última década. Cabe mesmo considerar que se encontra atualmente consolidada, como se pode constatar examinando a produção de teses e dissertações defendidas no país, seja consultando aquelas fisicamente disponíveis nas bibliotecas, seja acessando as mais recentes nos sites das universidades ou da própria Capes. Além disso, encontramos muitos grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq engajados em estudos psicanalíticos¹⁰, sendo que este referencial também se faz solidamente presente nos grupos de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP. Tais grupos geram pesquisas que abordam diversas questões relativas ao conhecimento psicanalítico e seu uso em contextos institucionais e disciplinares variados.

Aqui, é oportuno lembrar que a psicologia é oficialmente considerada no Brasil, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como ciência humana. Entretanto, essa definição evidentemente não retrata o fato real de se constituir historicamente como um saber de fronteira entre as ciências humanas, sociais e biológicas. Tal condição gera polêmicas, ora contribuindo, ora dificultando o processo de produção de conhecimento.

Durante décadas predominou largamente, no campo da psicologia, um tipo de pesquisa que vem sendo designada como quantitativa, positivista ou objetiva, com trabalhos que se aproximam do modo de pesquisar característico das ciências exatas e biológicas. Busca-se aí o controle experimental das situações de pesquisa, visando chegar a uma observação na qual a subjetividade do pesquisador interfira minimamente nos resultados – já que todos reconhecem, atualmente, que o observador sempre afeta o fenômeno observado. O uso de tais métodos é a opção daqueles que entendem que caberia à ciência buscar explicar a realidade da maneira mais objetiva possível, cabendo ao pesquisador estabelecer as relações causais que regulariam a ocorrência dos eventos, bem como expressá-las por meio de leis gerais, em linguagem preferencialmente matemática. Na psicologia, tal perspectiva exige

¹⁰ Consulta realizada em 16 de outubro de 2013 revela que 327 dos grupos de pesquisa do CNPq, distribuídos entre departamentos e programas em ciência humanas e da saúde, mencionam a psicanálise como referencial, único ou combinado com outras perspectivas.

que consideremos a vida humana em termos de *behaviour*, motivando esforços contínuos para reduzir, simplificar e abstrair o acontecer humano, tendo em vista encaixá-lo nas exigências de controle requeridas pelo modelo experimental. O objetivo de descoberta de leis universais associa-se, por seu caráter generalizante, a uma relativa desconsideração dos contextos específicos e locais em que ocorrem as manifestações humanas.

Tal perspectiva permanece, entretanto, bastante afastada do estudo da experiência humana vivida por indivíduos e grupos, que corresponderia ao objeto que define a psicologia como ciência concreta (Poltzer, 1928). De todo o modo, este tipo de estratégia investigativa predominou no campo psicológico até os anos 80, quando um movimento identificado como pesquisa qualitativa passou a disputar espaço com as formas mais convencionais de pesquisa, ameaçando a hegemonia positivista. O termo abrange um conjunto rico e diferenciado de propostas de produção de conhecimento, de inspiração fenomenológica, que designa investigações intersubjetivas ou compreensivas. Esse tipo de pesquisa deixa de tomar o *behaviour* como alvo para se concentrar no estudo interpretativo, na compreensão da ação e da experiência humana (Parker, 2006), segundo um reconhecimento de que esta compreensão exige a consideração dos contextos vinculares, sociais, econômicos, históricos e culturais.

A emergência deste modo diferenciado de fazer pesquisa nas ciências humanas seguiu de perto mudanças sociais, políticas e culturais importantes, no bojo das quais surgiram os chamados movimentos sociais. Estes correspondem a iniciativas de minorias que passaram, desde meados do século XX, a reivindicar mais visivelmente seus direitos. Um caso emblemático talvez seja o movimento feminista, mas há que se lembrar da luta pelos direitos das pessoas com deficiências, dos afrodescendentes, dos homossexuais e dos pacientes psiquiátricos, entre outros. Tais movimentos destacaram problemáticas humanas para as quais o conhecimento produzido pelas pesquisas positivistas não apresentaram contribuições significativas. É fácil perceber as razões desse fato, uma vez que a abstração dos contextos concretos, de emergência das experiências e condutas, dificulta o avanço do debate sobre a vida de personalidades, individuais e coletivas (Bleger, 1963).

A pesquisa qualitativa que vem se desenvolvendo internacional e nacionalmente caracteriza-se pelo fato de exigir a explicitação de pressupostos teóricos, o que bem se compreende pelo seu caráter pluralista, ligado ao fato de reconhecer o valor de diferentes abordagens. Assim, enquanto os positivistas acreditaram – e seguem acreditando – em um método científico unitário, de cuja apresentação se veem compreensivelmente dispensados para apenas descrever os procedimentos utilizados, os pesquisadores qualitativos são obrigados, para permitir o debate e o intercâmbio de ideias, a uma tarefa dupla: discutir e apresentar os fundamentos de sua perspectiva metodológica e descrever as estratégias concretas por meio das quais esses fundamentos se realizam no contexto específico de cada investigação. O pesquisador qualitativo não acredita na possibilidade de produzir uma representação clara e imediata do objeto pesquisado a partir do cultivo de distanciamento do mundo humano intersubjetivo e social. Na perspectiva qualitativa, o rigor pode ser alcançado quando conseguimos explicitar pressupostos, permitindo que o debate flua de modo crítico.

São hoje várias as abordagens metodológicas qualitativas utilizadas na pesquisa psicológica: etnografia, fenomenologia, pesquisa-ação, análise de conteúdo, análise de discurso, abordagem narrativa, abordagem sócio-histórica e outras. Ora, do ponto de vista lógico, caberia, evidentemente incluir a psicanálise entre os referenciais qualitativos, se levarmos em conta o que essa disciplina vem desenvolvendo em termos de conhecimento sobre o ser humano, seja abordando indivíduos, seja investigando fenômenos sociais e culturais. Contudo, são raros os autores que, a exemplo de Turato (2003), consideram as contribuições da psicanálise:

Ainda sobre a história dos métodos qualitativos, há certo consenso na literatura em dizer que tais métodos vieram a adquirir status científico com os trabalhos dos antropólogos, vindo depois a se desenvolver entre os sociólogos e os educadores. Mas outra vertente importante a contribuir com a concepção e a prática do estudo do Homem e, nessa perspectiva com os métodos qualitativos, foi a Psicanálise. (Turato, 2003a, p.23)

Entretanto, a presença tímida da psicanálise nos periódicos internacionais de pesquisa qualitativa, nos manuais internacionalmente adotados, como o de Denzin e Lincoln (2005), ou em obras clássicas, tais como aquela de Kirk e Muller (1986), não pode deixar de causar impacto. Se, por exemplo, percorrermos os números da revista *Recherches Qualitatives*, da Universidade do Québec, importante periódico francófono, disponível na *web* desde 1999, ficaremos surpresos ao constatar que não chegam a cinco, em cerca de trezentos, os artigos que fazem uso do método psicanalítico.

Por outro lado, talvez muito mais grave do que a ausência pura e simples do referencial psicanalítico no campo das pesquisas qualitativas seja o fato de que, quando aí comparece, figura como “doutrina”, como “corpo teórico” estabelecido e fixo, e não como método investigativo, da maneira como deveria ser. Um dos textos a evidenciar este problema é o capítulo em que um dos mais importantes autores de trabalhos sobre metodologia qualitativa, Ian Parker (2006), se dedica à apresentação dessa abordagem, considerando explicitamente que a psicanálise pode figurar ao lado de outras metodologias, tais como a etnografia, a análise de discurso, a abordagem narrativa e a pesquisa-ação. Nesse texto, o autor começa recomendando muita atenção quanto à adoção de um referencial psicanalítico, argumentando que tenderia inerentemente a fortalecer visões que culpam as vítimas de situações sociais opressoras por seus próprios infortúnios. Chega, mesmo, a afirmar que a psicanálise pode se constituir como ideologia que justificaria a exploração econômica característica do sistema capitalista.

Nota-se, nas formulações que convergem com as desse autor, que elas não apenas derivam do temor de que a psicanálise sirva para desqualificar, psicopatologizar e responsabilizar vítimas, como também de que o próprio conceito de inconsciente favoreceria um verdadeiro desrespeito aos participantes. O cuidado e respeito em relação ao participante são atitudes de valor ético inegável, compartilhado por pesquisadores empenhados, epistemológica e politicamente, em se posicionar contra o uso dos participantes como objetos a serem examinados, avaliados e medidos. Entretanto, considerar que a admissão de motivações não conscientes por si só justificaria invalidação social daquilo que as pessoas comunicam nas entrevistas de

pesquisa revela, a nosso ver, desentendimento sobre a contribuição essencial da psicanálise.

Contudo, não podemos deixar de admitir, como psicólogos psicanalistas, que o mal-entendido tem suas raízes no modo como muitos psicanalistas concebem a psicanálise. De fato, quando a identificam a um conjunto estabelecido de doutrinas, adentram facilmente em um campo marcado pelo dogmatismo e pelo autoritarismo, que pode ser associado a ideias de desconsideração e invalidação da expressão do outro. Confundir a psicanálise com um conjunto de teorias instituídas corresponde, a nosso ver, a um verdadeiro atentado contra sua potencialidade heurística, contra sua possibilidade de produzir conhecimento significativo sobre o humano.

Graças às convincentes, rigorosas e fundamentais formulações metodológicas de Herrmann (1979; 2004), não temos dúvidas acerca do acerto da afirmação segundo a qual a psicanálise consiste, primariamente, num método de investigação sobre processos concretos e encarnados de produção de sentidos emocionais. Esta concepção, que nos parece preciosa, segue gerando frutos e sustentando propostas investigativas de fenômenos que ocorrem dentro e fora de enquadres de atendimento clínico. Vale aqui lembrar que a primazia da dimensão metodológica, em relação às teorias e procedimentos para atendimento clínico, parece ter sido subscrita pelo próprio Freud (1923), quando definiu o verbete psicanálise para a Enciclopédia Britânica. Aquela que até hoje é considerada a definição oficial de psicanálise, elaborada por Laplanche e Pontalis (1967), é a seguinte:

[Psicanálise] é disciplina fundada por Freud e, na qual, com ele, podemos distinguir três níveis: A) Um método de investigação que consiste essencialmente na evidenciação de significado inconsciente das palavras, das ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasmas, delírios) de um indivíduo. Este método baseia-se principalmente nas associações livres do indivíduo, que são a garantia da validade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais se não dispõe de

associações livres. B) um método psicoterapêutico baseado nesta investigação e especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo. Com este sentido se relaciona o uso de psicanálise como sinônimo de tratamento psicanalítico; exemplo: começar uma psicanálise (ou uma análise). C) Um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e tratamento. (Laplanche e Pontalis, 1967, p. 495)

Entendemos que um casamento viável e produtivo entre a psicanálise e a universidade se dá quando a primeira é adotada como método, sem obrigar adesão antecipada a teorias específicas. Este desapego doutrinário parece-nos fundamental, porque não existe possibilidade de chegar ao novo se estamos comprometidos com a defesa desta ou daquela teoria instituída. É preciso que seja possível colocar a teoria entre parênteses, em estado de suspensão, para que o novo possa emergir – justamente o mesmo movimento que o bom psicanalista clínico utiliza na relação com seu paciente. A nosso ver, psicanálise como método viabiliza uma articulação verdadeiramente fecunda com a pesquisa universitária, uma vez que esta última se define exatamente pelo cultivo de liberdade para rejeitar antigas ideias quando novos conhecimentos colocarem-nas em xeque. Trata-se, em suma, de combater modos submissos de lidar com o já estabelecido.

Mas o que se apresenta hoje como pesquisa acadêmica psicanalítica? Fabio Herrmann (1988), cuja visão nos parece atual, pronunciou-se sobre os tipos de trabalho que, no contexto acadêmico, definem-se como psicanalíticos, organizando claramente este campo. Uma delas consiste em estudos “teóricos” sobre textos psicanalíticos; outra corresponde a pesquisas positivistas que abordam temas psicanalíticos; e, finalmente, o terceiro tipo seria composto por trabalhos que fazem uso do método psicanalítico, dentro ou fora de dispositivos de atendimento.

O primeiro tipo de pesquisa corresponde a trabalhos com textos. Nestes, utiliza-se o método hermenêutico para interpretação das obras, seja este bem

ou mal definido. Em nossa experiência, são raras as boas descrições do método hermenêutico no campo da psicologia. Exceção é o trabalho de Campos (2009), que defendeu doutorado sobre representação e afeto no segundo modelo tópico e pulsional freudiano. O texto psicanalítico é, aí, objeto de estudo. Estas investigações são importantes, no entanto, têm um foco estrito em obras já consideradas canônicas, certamente interessantes. Produzem novas leituras de textos consagrados, o que pode produzir ensinamentos relevantes. Há que se notar, contudo, que aqui a psicanálise comparece como objeto de estudo sob a forma de discurso.

O segundo tipo de pesquisa se alinha com os pressupostos da perspectiva quantitativa. Aqui, é comum o uso de instrumentos como testes e escalas. Exemplo de trabalho claramente sintonizado com este tipo de proposta é um texto bastante didático de Simon (1993), no qual defende que a clínica psicanalítica seria um campo fértil de hipóteses a serem rigorosamente examinadas a partir de um desenho de pesquisa quantitativa. Esta vertente tem gerado uma produção expressiva por meio de financiamentos pelas agências de fomento, que compreensivelmente sentem-se confortáveis diante de trabalhos que prometem e entregam produtos mais palpáveis.

O terceiro tipo de pesquisa se define pelo uso do método psicanalítico em pesquisas empíricas, dentro ou fora de *settings* de atendimento. Para dialogarmos com pesquisadores das ciências humanas, conquistando espaço em periódicos que valorizam metodologias qualitativas, deveríamos considerar tais iniciativas como “pesquisa qualitativa com método psicanalítico”. As bases desse terceiro tipo de pesquisa estão bem estabelecidas, tanto numa vertente propriamente clínica, como na denominada clínica extensa, que corresponde à investigação da sociedade e da cultura (Herrmann, 1979; 2001).

A nosso ver, caberia lembrar um quarto tipo de pesquisa que igualmente faz uso da psicanálise, aquelas nas quais esta se conjuga interdisciplinarmente com outros saberes. Em nosso meio é bastante conhecida a proposta de Turato (2003,b), que caminha exatamente neste sentido:

A partir das atitudes existencialista, clínica e psicanalítica, pilares do método, que propiciam respectivamente a acolhida das angústias e ansiedades do ser humano, a aproximação de quem dá a ajuda e a valorização dos aspectos emocionais psicodinâmicos mobilizados na relação com os sujeitos em estudo, este método científico de investigação, sendo uma particularização e um refinamento dos métodos qualitativos genéricos das ciências humanas, e pondo-se como recurso na área da psicologia da saúde, busca dar interpretações a sentidos e a significações trazidos por tais indivíduos sobre múltiplos fenômenos pertinentes ao campo do binômio saúde-doença, com o pesquisador utilizando um quadro eclético de referenciais teóricos para a discussão no espírito da interdisciplinaridade. (Turato, 2003b, p. 242)

Percebemos, aí, um modo particular de se apropriar da psicanálise como referencial teórico conceitual em pesquisas empíricas, que tanto fundamentaria a proposição de instrumentos como favoreceria o que o autor reconhece, com precisão, como apoio para “...a atividade de imaginação/discussão dos resultados” (Turato, 2003b, p. 241). Consideramos que esta proposta carrega consigo o mérito de se articular ao contexto de defesa de um posicionamento pluralista que, acreditamos, é o que melhor condiz com o espírito universitário e com a pesquisa qualitativa.

Entretanto, em nosso grupo de pesquisa temos optado por realizar investigações segundo a terceira possibilidade reconhecida por Herrmann (1979; 2004), justamente por se harmonizar com nossa formação e se prestar bem aos nossos interesses, que incluem a pesquisa extensa de imaginários coletivos e da experiência emocional de indivíduos e grupos vítimas¹¹ de preconceitos, exclusão e humilhação social, e também o estudo da potencialidade mutativa de enquadres diferenciados, por meio dos quais visamos fundamentar atendimentos psicológicos em contextos institucionais públicos, ampliando o alcance terapêutico do método psicanalítico.

¹¹ Usamos o termo vítima de modo descritivo, entendendo que evitá-lo discursivamente não favorece uma colocação clara dos problemas.

Tendo em vista o objetivo do presente trabalho, que foca os efeitos do racismo sobre a experiência vivida de adultos negros, não nos deteremos na consideração das pesquisas que nosso grupo tem realizado sobre eficácia clínica ou potencialidade mutativa de enquadres diferenciados em relação ao dispositivo padrão. Preferimos, ao contrário, considerar as investigações sobre imaginários coletivos e experiência emocional de pessoas excluídas e/ou vítimas de preconceito, o que temos realizado a partir de entrevistas individuais e coletivas, organizadas em termos do uso de recursos mediadores, tais como o Procedimento de Desenhos Estórias com Tema, dramatizações, narrativas interativas e outros. Esses recursos não são usados como testes para avaliação, à moda da pesquisa positivista, mas segundo as linhas do jogo winnicottiano do rabisco (Winnicott, 1964). Por esta via, temos abordado imaginários sobre loucos, deficientes, obesos, crianças adotadas, adolescentes, idosos, negros, homens, tal como concebidos por diferentes grupos.

Nossas pesquisas sobre imaginários coletivos vêm sendo desenvolvidas desde a década de oitenta (Aiello-Vaisberg, 1995; 1999). Temos uma expressiva produção de dissertações, teses e artigos que versam sobre este tipo de estudo¹². Entretanto, mais recentemente passamos a utilizar de modo explícito o conceito de experiência emocional, à medida que aumentamos nossa interlocução com pesquisadores voltados ao estudo de experiências de injustiça e humilhação, no contexto da psicopatologia da exclusão e dos sofrimentos sociais (Renault, 2004; 2008).

O presente trabalho se centrará nesta última modalidade de pesquisa, ou seja, o estudo da experiência emocional de pessoas que têm sido vítimas de racismo. Assim, definindo nossa investigação como pesquisa empírica com método psicanalítico, alinhados com os pressupostos que guiam a pesquisa qualitativa, adotaremos a psicanálise como método investigativo para facilitar a comunicação emocional e propiciar a máxima abertura para a emergência das expressões subjetivas do outro. O trabalho busca, portanto, acolher o que

¹² O leitor pode ter clara notícia sobre o conjunto desta produção acessando o lattes de Tania Maria José Aiello-Vaisberg no www.conpq.org.br, bem como na biblioteca do sítio www.serefazer.psc.br.

surgir espontaneamente no encontro, requerendo assim uma postura ética e respeitosa frente ao sofrimento humano, apta a acolhê-lo de forma sensível e interessada. Utilizamos o método psicanalítico para compreender como o racismo é vivenciado por aqueles que o sofrem ou sofreram em sua experiência de vida. Para tanto, observaremos os preceitos de uma psicanálise concreta, que entende a experiência vivida como conduta dramática concreta, sempre contextualizada em relação à realidade histórica, social, política e cultural da qual emerge (Bleger, 1958, 1963).

4.2. Os conceitos de experiência e de campo de sentido afetivo-emocional

Para melhor definir os conceitos com que operamos, devemos retomar nosso ponto de partida, que consiste precisamente na adoção de uma perspectiva concreta, tal como preconizada por Politzer (1928) e detalhada por Bleger (1958; 1963). Tal detalhamento fundamenta-se na compreensão de que todas as ciências humanas compartilham um mesmo e único “objeto” de estudo, o ser humano. As manifestações e os atos humanos, ocorram como atividade psíquica, expressões corporais ou ações sobre o mundo externo, em âmbitos individuais ou coletivos, são objeto de diversas disciplinas, que se diferenciarão, entre si, em função dos aspectos selecionados, tomados em consideração:

Podemos decir que la psicología estudia los seres humanos, pero que indudablemente con esto no queda configurado ni delimitado con exactitud su campo de operación, porque muchas otras ciencias se ocupan del hombre y lo enfocan como objeto de estudio (historia, antropología, filosofía, sociología, etcétera). Si, de acuerdo con esto, la psicología tiene un objeto de estudio en común con muchas otras disciplinas, la identidad de cada una de éstas y la respectiva delimitación de las mismas sólo puede hacerse a través de dos caminos: considerar que cada una de ellas toma una parte del objeto para su estudio, o bien que cada una de ellas enfoca de una manera exclusiva y privativa el mismo

fenómeno, enfoque exclusivo que corresponde a un grupo, clase o nivel de cualidades del objeto. Creemos que, en términos generales, el primer criterio ha privado en la historia de la psicología, mientras que el segundo es el que desarrollaremos aquí y que no debe ser confundido con la posición que explica y admite solamente la existencia de ‘puntos de vista’ distintos para el mismo suceso o cualidad. (Bleger, 1963, p.15)

A nosso ver, é fundamental notar que, desde tal perspectiva, a psicologia não se define como estudo da mente, da alma, da psique, nem da consciência, mas sim como *estudo dos seres humanos reais e concretos* ou, como defende Politzer, da “*vida dramática do homem*”¹³ (1928, p. 43). Nesse panorama epistemológico, não se poderia admitir a existência coisificada da alma, da mente, da psique ou da consciência – o que, diga-se de passagem, é bastante diferente de reconhecer a ocorrência de fenômenos psíquicos e mentais, conscientes ou não-conscientes, pois:

... el atributo no debe ser transformado en sujeto ni en sustancia. (Bleger, 1963, p. 16)

Dessa forma, a psicologia afirmaria sua singularidade perante as demais ciências exatamente por abordar as manifestações humanas – de indivíduos ou grupos – em termos de seus sentidos ou significados afetivo-emocionais, vale dizer, como eventos dramáticos e vinculares. Nessa perspectiva, um mesmo gesto humano pode ser considerado sob diversos prismas, gerando significados também distintos: culturais, sociais, econômicos, históricos. Quando nos dedicamos ao estudo dos atos e das manifestações humanas do ponto de vista psicológico, focalizamos o acontecer humano a partir de um enquadre dramático de estudo (Bleger, 1963):

¹³ Ao propor o termo “drama”, Politzer enfatiza: “Essa vida dramática apresenta todas as características que tornam uma área suscetível de ser estudada cientificamente. Mesmo que não existisse psicologia, é em nome dessa possibilidade que ela deveria ser inventada.” (Poltzer, 1928, p. 43)

Significa realizar el estudio de la conducta en términos de experiencia, de acontecer o de suceso humano. (Bleger, 1963, p. 124)

Assim, recorrendo novamente às contribuições politzerianas, para afirmar que a psicologia deve voltar-se ao estudo da *vida no sentido dramático do termo*, ou seja, do acontecer humano experimentado como fenômeno afetivo e vincular, encontramos necessidade de compreender a ciência operacionalizada *em primeira pessoa*, passando a considerar, portanto, a experiência emocional dos envolvidos:

Ou se renuncia à psicologia ou se abandona o método da terceira pessoa quando se estudam fatos psicológicos. (Politzer, 1928, p. 64)

Ao trabalharmos alinhados à psicologia concreta, estudamos precisamente a *experiência* vivenciada por personalidades individuais ou coletivas. Desse modo, a experiência, compreendida como conduta, emergirá a partir de campos relacionais, que são sempre campos de sentido afetivo-emocional. A experiência pode, portanto, ser definida como modo de habitar dramaticamente campos de sentido afetivo-emocional, que correspondem a mundos ou ambientes “psicológicos” humanamente produzidos. Fica claro, portanto, que estes dois conceitos devem ser solidariamente utilizados.

É fundamental destacar que, ao abordarmos a experiência afetivo-emocional, tratamos de uma *dimensão* dos atos e das manifestações humanas. Tal dimensão corresponde, exatamente, à faceta do fenômeno humano de cujo estudo a psicologia como ciência se encarrega. Logicamente, as demais ciências humanas ocupar-se-ão de outras dimensões, qualidades, facetas ou características da conduta. (Bleger, 1963)

Ao admitir que os campos psicológicos, aqui preferencialmente designados como campos de sentido afetivo-emocional, são humanamente produzidos, reconhecemos que ganham forma a partir de atos puramente humanos, sejam estes simbólicos, corporais ou atuações diretas na realidade

compartilhada (Bleger, 1963). Ou seja, não derivam da interferência de forças impessoais nem sobrenaturais, permanecendo como fenômenos essencialmente humanos.

Contudo, cabe lembrar que, evidentemente, os atos humanos criam campos psicológicos e ambientes afetivo-emocionais *enquanto* também produzem, por meio do trabalho, os meios de subsistência e a cultura:

El hombre es el único de los seres vivos que puede pensarse a sí mismo como objeto, utilizar el pensamiento, concebir símbolos universales, crear u lenguaje, prever y planificar su acción, utilizar instrumentos y técnicas que modifican su propia naturaliza. Aun formando parte de la naturaliza, puede en cierta medida ser independiente de ella. Todo esto está en estrecha relación con su posibilidad – distinta de la de todos los animales – de producir sus medios de subsistencia. (Bleger, 1963, p.22)

Percebemos, assim, que a definição de *experiência*, como *dimensão dramática da conduta de seres humanos*, não pode ser enunciada sem que, simultaneamente, estabeleçamos nossa *compreensão* acerca dos campos de sentido afetivo-emocional. Estes campos são produzidos por atos humanos – condutas – e é a partir deles que novas condutas emergem. Insistimos, então, no fato de que se tratam de conceitos que não podem ser definidos de modo independente, sendo que sua interdependência deriva do fato de serem, ambos, atos ou frutos de atos humanos. Experiência e campo são, nas palavras de Bleger (1963), condutas molares que se definem, fundamentalmente, com vínculos.

Ora, o aspecto essencial da definição blegeriana de conduta reside no reconhecimento de que não existe manifestação humana desprovida de sentido, o que, aliás, corresponde ao pressuposto fundamental a partir do qual o método psicanalítico veio a ser concebido (Bercherie, 1980). Segundo tal pressuposto, todas as manifestações humanas, mesmo as mais bizarras, cruéis ou aparentemente absurdas, estão dotadas de sentido, uma vez que se

relacionam com a vida humana, considerada como dramática (Politzer, 1928). Seu sentido pode não ser compreendido imediatamente, mas isso não significa, de modo algum, que inexista. Vemos aqui a marcada e irreduzível diferença existente entre a psicanálise e a psiquiatria clássica, tendo em vista que essa última organizou-se a partir da definição do seu objeto de estudo, a loucura, como fenômeno impossível de ser compreendido pelo observador (Bercherie, 1980). Nesse preciso sentido, o método psicanalítico seria um caminho que nega a loucura inventada pela psiquiatria clássica, para aí ver sofrimento e sentido. Diz Bleger (1963):

Hemos de emplear como sinónimos los términos sentido y significado, y os referimos con ellos a la relación que tiene siempre la conducta con la vida e la personalidad total del sujeto y con una situación dada; pero lo que mejor califica el sentido es el hecho de que toda conducta es un suceso o acontecer humano, y damos el significado de la conducta cuando la referimos en términos de acontecer humano [...] Excluimos terminantemente el supuesto de que una característica del sentido de la conducta sea el hecho de que haya intención de comunicar o significar algo. Sentido no implica intención ni voluntad. (Bleger, 1963, p.98)

Prossegue, ainda, esclarecendo:

Toda conducta tiene sentido cuando la relacionamos con la vida del sujeto en las situaciones concretas en que dicha conducta se manifiesta: un movimiento de los brazos deja de ser solamente un movimiento y pasa a ser suceso humano – conducta molar – cuando conocemos su sentido: rechazo, acercamiento, saludo, etc. Toda la relación humana y toda la vida del ser humano son significativas, pero, por ser un hecho tan habitual, no distinguimos con suficiente claridad cuándo describimos y cuándo interpretamos, de tal manera que percibimos directamente el significado de una conducta cuando la describimos. Y es que todo lo que el ser humano

tiene como experiencia, posee directamente una organización, un sentido. (Bleger, 1963, p.98)

Uma vez que consideramos o pressuposto de que *toda conducta humana é dotada de sentido*, naturalmente situamos o conceito de experiência em um patamar fundamental, pois *o modo como o acontecer humano é percebido, sentido e pensado pela pessoa, mais ou menos conscientemente* – sua experiência – corresponde a um aspecto fenomênico fundamental. Estudar a experiência emocional humana consiste, pois, em tratar de produzir conhecimento sobre a dramática de vida dos participantes, *a partir de seu próprio ponto de vista*¹⁴ (Poltzer, 1928).

Ao adotar um alinhamento com relação à psicologia concreta, assumimos o compromisso de atendimento de algumas exigências epistemológicas, para podermos realizar estudos coerentes e rigorosamente embasados. Nesse sentido, compreendemos que o conceito de experiência aparece como ideia central, uma vez que assumimos a psicologia como ciência voltada à produção de conhecimento sobre a experiência emocional (Ambrosio, 2013).

No contexto da pesquisa sobre sofrimentos sociais, este será sempre o nosso ponto de partida. Nossa crença é a de que somente respeitando a percepção e a experiência vivida dos envolvidos poderemos contribuir para transformações consistentes da realidade social.

Tal perspectiva, baseada na contribuição de Poltzer¹⁵ (1928), presta-se a uma articulação coerente entre registros subjetivos e sociais, no âmbito da produção psicanalítica de conhecimento.

Destaquemos, talvez por excesso de zelo, que tudo aquilo que o ser humano vive apresenta-se como captação direta e imediata de sentido –

¹⁴ Winnicott (1945) defende a tese de que um importante processo de desenvolvimento antecede a capacidade do bebê existir como pessoa desde seu ponto de vista e, conseqüentemente, poder perceber os demais como pessoa. A seu ver, são as falhas neste processo aquilo que esclarece a psicopatologia da psicose.

¹⁵ Segundo Renault (2008), o pensamento crítico de Poltzer merece ser reconhecido como aporte pioneiro e fundamental na constituição do campo de estudos do sofrimento social.

equivocado ou correto, deste ou daquele ponto de vista, o que é absolutamente secundário. Se estamos interessados em desenvolver uma psicologia concreta, isso exige que possamos manejar com desenvoltura o conceito de experiência. Por outro lado, toda experiência emerge a partir de campos de sentido afetivo-emocional, vale dizer, de ambientes emocionais humanamente produzidos.

Finalizamos lembrando que a perspectiva da psicologia concreta resultou da percepção admirada de Politzer (1928) de que, com a Interpretação dos Sonhos, Freud (1900) inaugurava uma nova ciência, justamente porque descobria um caminho de produção de um tipo específico de conhecimento, aquele que unia um ato humano – no caso a produção de experiências oníricas – com a história da vida em primeira pessoa. Nem pura visitação dos deuses, nem mera desorganização neuronal, viu os sonhos e sua narrativa como expressão da dramática do viver. A ciência que aí surgia trataria de assuntos humanos em termos humanos, firmando-se como campo de saber que pode auxiliar indivíduos e coletivos a se relacionar melhor, afetivo-emocionalmente, com os demais e consigo mesmos, a partir da materialidade de seus corpos, em um mundo material. Daria origem, pois, a conhecimentos que se completam com outros saberes, provenientes de outras ciências humanas, da filosofia, da arte e do viver cotidiano.

4.3. Procedimentos Investigativos

Devemos a Herrmann (1979) a percepção de que o termo método nem sempre é usado de modo preciso por autores psicanalíticos. A seu ver, aquela definição de psicanálise que tem granjeado consenso entre psicanalistas de diferentes escolas, que devemos a Freud (1923) e a Laplanche e Pontalis (1967), demanda uma clara diferenciação entre os conceitos de método, teoria e técnica¹⁶, nem sempre claramente observada. Segundo Herrmann (1979), o método psicanalítico se deixa enunciar implicitamente pelas teorias e técnicas

¹⁶ Usamos o termo técnica com extrema cautela porque está habitualmente associado à arte de bem fazer independente da personalidade de quem faz. No campo em que nos movemos, expressões como técnica interpretativa ou técnica de manejo não são muito felizes. Melhor seria pensar a técnica como “arte de bem fazer”. O campo da música oferece exemplos claros, porque aí encontramos conhecimentos práticos, ligados ao respeito às qualidades materiais dos instrumentos, que devem ser apropriados pelo estudante de forma absolutamente pessoal e não mecânica, mas “musical”.

psicanalíticas, das quais seria o estrato fundador, eficaz, mas não aparente. A nosso ver, caberia aqui acrescentar que é possível fazer igual afirmação acerca dos procedimentos investigativos psicanalíticos usados na pesquisa empírica, que ocupam a mesma posição que as técnicas e as teorias em relação ao método. Portanto, este último deve ser considerado como logicamente anterior às técnicas e às teorias que dele podem ser derivadas, sendo fundamental ressaltar que o método é uno, enquanto teorias e técnicas são, por definição, múltiplas.

As teorias consistem em produtos de reflexões clínicas e/ou de especulações abstratas, realizadas a partir de material clínico gerado pelo uso de técnicas de pesquisa e/ou atendimento – sendo que nos reservamos o direito de acreditar, com Politzer (1928), que o método especulativo não seria essencialmente psicanalítico, e sim um desvio de rota.

Por seu turno, as técnicas – e, acrescentaríamos, os procedimentos investigativos da pesquisa empírica psicanalítica – abrangem conjuntos de proposições acerca de como bem encaminhar processos psicoterapêuticos ou investigativos. Diz Herrmann (1979), referindo-se ao processo de atendimento clínico:

Noções técnicas cobrem vasta gama de injunções, desde as mais gerais e abstratas até as mais concretas e passíveis de alteração. Nossa técnica compreende a livre associação e a atenção flutuante, como cerne do processo de cura (...) Em suma, técnicas são os princípios de bem fazer análise, de como encaminhá-la em adequação ao método. Vem daí que suas proposições tenham caráter normativo, expressem-se por um 'devemos'. Também por isso, conselhos técnicos colidem às vezes entre si, podendo gerar práticas melhores ou piores. (Herrmann, 1979, p.19)

Tanto teorias como técnicas derivam do método, que é essencialmente interpretativo em um sentido muito preciso, vale dizer, porque repousa sobre um pressuposto segundo o qual todas as manifestações humanas, por mais bizarras e incompreensíveis que pareçam, estão dotadas de sentidos porque,

inevitavelmente, vinculadas à vida como drama. Este pressuposto faz a exigência de um conceito para se poder manter em situações em que o sentido parece escapar. É aí que surge a hipótese do inconsciente, pensado inicialmente como fenômeno psíquico interno, uma “segunda mente, e posteriormente como conjunto de determinações que se constela intersubjetivamente, configurando mundos ou campos de sentido afetivo-emocional.

Assim, o fundamento do método é a crença de que o sentido não imediatamente perceptível está simplesmente oculto. Este sentido emergirá, sempre que possível, desde que lhe seja reconhecido valor e relação com a dramática do viver:

Ao querer estudar a conduta de uma pessoa, a primeira aproximação da psicologia foi totalmente formal, classificando as características da atenção, memória, juízo, vontade, etc, mas com isso se reduz o fenômeno psicológico a seus elementos formais e se descarna a conduta de seus elementos vitais humanos, como parte do decurso de uma vida. Freud se coloca desde o começo de maneira totalmente diferente porque estuda o sintoma em relação com a vida do paciente. A informação vinda de fora dos acontecimentos da vida não dá totalmente o sentido e a compreensão do sintoma. Só se consegue isso quando o sintoma é relacionado com os fatos tal como foram subjetivamente vividos, vivenciados pelo paciente, e o sintoma fica assim explicado em função e como parte da conduta humana. É a isso que chamamos dramática que é, em última instância, a descrição, compreensão e explicação da conduta em função da vida do paciente, em função de toda a sua história. No estudo sobre a *Gradiva*, diz Freud – todo aquele que quiser interpretar o sonhado por outra pessoa, não pode menos do que ocupar-se com o maior detalhe possível dos acontecimentos vividos pela mesma, tanto em sua vida interior como na relação social. (*Bleger, 1958, p. 112-113*)

Aceitando, pois, que o método é anterior às teorias e às técnicas, e que se define como interpretativo na exata medida em que aposta que toda conduta tem sentidos que se vinculam à história de vida, defendemos que se trata de uma forma geral que deverá se realizar de modo específico, como conjunto de “técnicas”. Na atividade científica, o uso do método psicanalítico exige a adoção de técnicas e procedimentos investigativos que, visando à produção de campos de sentido afetivo-emocional, devem seguir as linhas gerais do método.

Na prática, são múltiplas as maneiras pelas quais o método pode se concretizar em termos de procedimentos. Temos optado por uma determinada forma de organização dos procedimentos investigativos, que entendemos ser uma entre outras possibilidades. Trata-se, pois, de uma modalidade procedimental por meio da qual o método pode se expressar como fundamento. Esta forma particular de operacionalizar o método consiste na discriminação de três tipos de procedimentos, ao longo dos quais são cultivadas atitudes psicanalíticas, tais como a de associação de ideias e a de atenção flutuante. Mais precisamente, em todos os momentos do percurso investigativo, seguimos as recomendações que Herrmann (1979) considera como exemplo de técnica bem fundada no método:

1. Procedimentos de configuração do encontro com os participantes;
2. Procedimentos de registro das comunicações;
3. Procedimentos de interpretações psicanalíticas, vale dizer, da produção compreensiva de campos de sentido afetivo-emocional ou inconscientes relativos.

4.3.1. Procedimentos investigativos de configuração do acontecer inter-humano:

Dado o caráter preliminar e exploratório deste estudo, decidimos trabalhar apenas com dois participantes, que abordamos em entrevistas individuais, segundo o enquadre da “entrevista individual para abordagem da personalidade coletiva” (Ferreira e Aiello-Vaisberg, 2004).

Trata-se de uma modalidade de entrevista aberta, que guarda algumas semelhanças em relação às chamadas entrevistas não dirigidas e que têm sido consideradas como o principal instrumento nas pesquisas qualitativas do campo da saúde (Fontanella, Campos e Turato, 2006). Entretanto, enquanto estas últimas se caracterizam pelo fato de se definirem a partir de um pequeno “guia temático”, embora a entrevista, como um todo, não seja pré-determinada, o enquadre que aqui utilizamos define-se pelo uso de recursos mediadores dialógicos, que favorecem comunicações emocionais, por meio de perguntas formuladas indiretamente, de modo deslocado ou encoberto (Aiello-Vaisberg, 1995; Proshansky, 1967).

Na verdade, neste enquadre não fazemos mais do que uma única demanda que, sendo bem selecionada, geralmente provoca o participante, favorecendo associações e lembranças. Este tipo de trabalho fica claro, por exemplo, quando usamos o Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (Aiello-Vaisberg, 1999). Nesse caso, solicitamos um desenho temático e a invenção de uma história sobre a figura desenhada, sempre focalizando figuras humanas, tais como adolescentes dos dias de hoje, crianças adotadas, crianças problemas, idosos frágeis, deficientes físicos, alunos de inclusão e outros (Barreto e Aiello-Vaisberg, 2007; Avila, Tachibana e Aiello-Vaisberg, 2008; Pontes et al, 2008; Russo, Couto e Aiello-Vaisberg, 2009; Martins e Aiello-Vaisberg, 2009, 2010; Barcelos, Tachibana e Aiello-Vaisberg, 2010).

Em outros trabalhos, a questão única se concretizou de outros modos, seja por meio das chamadas “perguntas imaginativas” ou de “perguntas encobertas”. O trabalho de Fialho et al (2012) é um bom exemplo de pesquisa com pergunta imaginativa. Interessados no estudo do imaginário de universitários brasileiros sobre o continente africano, os autores propuseram, em tom lúdico, que imaginassem estar voltando de uma viagem turística até lá com todas as despesas pagas. O que imaginam que contariam na volta?

Já a tese de Martins (1998) ilustra o uso de perguntas encobertas. Focalizando o modo como endocrinologistas se relacionam com pacientes obesos, perguntou-lhes sobre os motivos pelos quais escolheram sua especialidade médica. Por este caminho indireto pode ouvir interessantes

comunicações que indicaram uma relação bastante tensa entre os médicos e pacientes que mantêm seu peso acima do medicamento recomendado.

Vale completar que o enquadre da entrevista individual para abordagem de personalidade coletiva se define, ainda, por uma segunda característica fundamental, relativa ao modo de escuta adotado durante o encontro e, quando pertinente, durante as sucessivas exposições a gravações em áudio. O participante é ouvido de um modo especial, no qual se mesclam o fato de configurar tanto uma singularidade individual como de ser um integrante de uma personalidade coletiva, de caráter transindividual (Goldman, 1974). No contexto da pesquisa empírica com o método psicanalítico, este aspecto é muito significativo, na medida em que escolhemos focalizar não aquilo que se mostra sempre único e individual, mas algo que, não deixando de ser absolutamente pessoal, é compartilhado por muitos. Esta ideia é bastante conhecida no campo do *marketing* e da publicidade, áreas que lidam com sujeitos concretos transindividuais, tais como “o esportista”, “o roqueiro”, “o idoso”, “a mulher que não quer ter barriga” e outros sujeitos coletivos, cujas ações são pessoais e concretas – a ponto de permitir que muitas empresas alcancem lucros estrondosos em suas vendas ou que certos candidatos possam se eleger a partir de campanhas que sensibilizam esta ou aquela subjetividade coletiva.

Na presente pesquisa, usamos uma instrução bastante simples, que inicialmente encobria o tema do racismo. Declaramos nosso interesse pela história de vida de pessoas bem sucedidas em suas profissões, sem mencionar que tinham sido procuradas em função do fato de serem negras. Tal demanda tinha por objetivo funcionar como recurso facilitador do diálogo, permitindo que as experiências de racismo, caso vividas, viessem à tona a partir da iniciativa do participante e não como resposta ao entrevistador. Uma vez enunciada, toda a preocupação do pesquisador se concentrou na manutenção de uma atitude receptiva e interessada, cultivando, simultaneamente, a chamada atenção flutuante (Laplanche e Pontalis, 1967). Vale ressaltar que o pesquisador se preparou previamente, do ponto de vista emocional, para aceitar a possibilidade do tema do racismo não surgir durante a conversação.

Os participantes só foram informados sobre a intenção de pesquisa sobre o racismo ao final do encontro, momento em que lhes pedimos autorização para uso do material. Assim, o risco de não poder utilizá-lo fez parte da configuração da entrevista. A opção por não informar ao participante sobre o tema da pesquisa no início da conversa se fundamenta na compreensão de que poderia suscitar posturas defensivas que impediriam o livre fluir da interação.

4.3.2. Procedimento de registro do acontecer inter-humano

As entrevistas foram gravadas em áudio, com a devida permissão dos participantes. Esta foi a primeira tarefa realizada no sentido da criação de registros de pesquisa.

Posteriormente, dedicando-nos à segunda tarefa, praticamos sucessivas escutas do áudio, cultivando sempre estados de atenção flutuante, tanto para compreender as perspectivas dos entrevistados como para permitir a experiência de sofrer os impactos emocionais que as comunicações geraram.

Não recorremos à gravação a partir de uma lógica de preservação literal do discurso, mas principalmente para permitir retomadas durante as quais se renovava o contato com as características concretas de voz, timbre, inflexões e expressividade, bem como com o conteúdo da conversa.

Após um período de cerca de seis meses, durante os quais mantivemos contato com o material exclusivamente por meio da escuta das gravações, iniciamos a terceira tarefa, relativa à elaboração dos registros, vale dizer, o trabalho de transcrição das falas. Evitamos recorrer a ajudas externas, tendo em vista preservar condições favoráveis a contatos absolutamente próximos do acontecer inter-humano em foco. Por esta via, foram elaboradas as transcrições literais daquilo que foi conversado durante as entrevistas.

A seguir, realizamos uma quarta tarefa, que consistiu em transformar as transcrições literais naquilo que denominamos relatos de entrevista. Julgamos tal modificação indispensável tendo em vista impedir que pessoas identificassem os participantes ou que eles próprios se auto-identificassem.

Consideramos este um cuidado ético fundamental, pois sabemos quão acessíveis se tornaram os trabalhos acadêmicos para o público em geral, fazendo da chance dos participantes lerem este texto uma probabilidade plausível.

Ademais, sabemos ser importante evitar que as pessoas entrem em contato com interpretações psicanalíticas sobre si mesmas fora de contextos de atendimento psicológico, em virtude de efeitos prejudiciais que este tipo de exposição pode acarretar. Mesmo no presente caso, em que estamos utilizando o enquadre da Entrevista Individual para Abordagem de Pessoaalidade Coletiva, ou seja, fazendo leituras psicanalíticas que não privilegiam a singularidade individual, tomando cada participante como integrante de uma pessoaalidade coletiva, não deixamos de fazer afirmações relativas a sentimentos, emoções, sofrimentos e defesas dos participante. Por este motivo, elaboramos relatos de entrevista que se caracterizam por expressar fielmente a experiência vivida, em registro dramático (Politzer, 1928), enquanto, por outro lado, modificamos dados concretos da vida dos participantes, transpondo acontecimentos narrados para outros cenários e circunstâncias.

Seguimos, assim, procedimento próximo ao da criação de personagens no campo literário, colocando recursos ficcionais a serviço de uma necessária proteção psicológica dos participantes, sem comprometer o rigor investigativo. Destacamos, contudo, que construímos novos personagens a partir da pessoaalidade concreta dos entrevistados, utilizando o método psicanalítico, vale dizer, cultivando atenção flutuante e associando livremente a partir das transcrições literais (Ambrosio, Cia e Aiello-Vaisberg, 2010). Desnecessário acrescentar que a pesquisa empírica psicanalítica exige uma desenvoltura no uso do método, passando, evidentemente, por uma capacitação que inclui a análise pessoal do pesquisador.

Os trabalhos se completaram com uma quinta tarefa, que consistiu na elaboração de textos que versam sobre “impactos transferenciais”, servindo como registro de impactos emocionais vivenciados pelo pesquisador, tanto durante a entrevista como ao longo das sucessivas exposições ao áudio. Aqui

também buscamos seguir o método psicanalítico de modo rigoroso, atentando para algumas operações básicas, por meio das quais se constitui a técnica mais usual – atenção flutuante e livre associação de ideias – e também procurando operacionalizá-lo por meio das palavras de ordem de Herrmann (1979; 2004): “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração de sentido”.

Finalizamos lembrando que os procedimentos investigativos de registro aqui adotados justificam-se na medida em que estamos interessados em alcançar uma compreensão acerca da experiência emocional dos entrevistados, processo que valoriza as ressonâncias afetivo-emocionais (Orange, 1995). Assim, os relatos de entrevistas e os textos de impactos transferenciais tornam tangíveis as ressonâncias emocionais vividas nos encontros com os participantes, tanto nos presenciais e como nos não-presenciais. Este aspecto é fundamental uma vez que visamos produzir interpretativamente campos de sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos, que se constelam como fenômenos de caráter intersubjetivo.

4.3.3. Procedimentos de produção interpretativa de campos de sentido afetivo-emocional:

Os relatos de entrevista e os textos de impactos transferenciais foram abordados, à luz do método psicanalítico, em termos de produção de interpretações compreensivas (Orange, 1995). Buscamos, portanto, “criar/encontrar” campos de sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos, subjacentes às manifestações dos entrevistados (Bleger, 1963; Herrmann, 1979, 2004).

Esta tarefa se cumpre, como as anteriores, a partir da observância do método psicanalítico, que se fundamenta sobre uma atitude de desapego a crenças e saberes prévios, temporariamente colocados entre parênteses. As palavras de ordem de Herrmann (1979; 2004) direcionam, aqui, certa passividade e abertura, permitindo que sentidos potenciais se constelem e se imponham. Há, certamente, uma diferença entre esta forma de interpretar e o fazer clínico. Enquanto o terapeuta está unicamente comprometido com o

cuidado individual do paciente que pede ajuda, aqui se impõe a necessidade de cultivar certa dissociação instrumental (Bleger, 1963). Desse modo, ao mesmo tempo em que se mantém aberto e expectante, o pesquisador não deixa de estar vinculado ao compromisso de pesquisa – no caso, o estudo dos efeitos do racismo sobre a experiência vivida dos participantes. Aqui, a principal questão parece ser o temor de não chegar a “criar/encontrar” sentido:

Como no consultório, também na pesquisa o psicanalista deve abrir mão de conhecimentos prévios nascidos do contato com o paciente ou com a teoria, e abrir-se ao novo, ao desconhecimento que se manifesta nessa ocasião particular. Para se contrapor ao medo de que nada de novo surja, ou à necessidade imperiosa de mostrar eficiência, há que acreditar no eterno movimento da vida, na natureza sempre pulsando em direção à representação, e ficar tranquilo de que um sentido sempre acabará por se fazer, porque é da ordem do humano que assim aconteça. A falta de paciência para aguardar essa emergência pode ocasionar uma significação falsa, apressada, defensiva, útil apenas para acalmar a ansiedade do investigador, mas que distorce em vez de dar a conhecer. (Silva, 1993, p.23)

Como vemos, ansiedade e medos acompanham o pesquisador psicanalítico, a ponto de ser possível defender que a própria ansiedade tem valor metodológico nas ciências humanas (Devereux, 1967). Contudo, há que poder lidar com estas emoções, apelando, como mostra Silva (1993), tanto para conhecimentos acerca do humano, como para outras emoções, com esperança e serenidade.

De todo o modo, há indiscutivelmente certa dificuldade na explicitação sobre em que consiste “criar/encontrar” campos de sentido afetivo-emocional ou inconscientes relativos – embora os processos de atribuição de sentido façam parte da nossa vida cotidiana. Trata-se de um exercício que praticamos muito, por exemplo, como espectadores de filmes de todos os gêneros, mas que talvez fique mais evidente naqueles voltados à solução de crimes. Somos

expostos a vários detalhes, acontecimentos, olhares, que ganharão sentido ao final, quando soubermos o que estava verdadeiramente em jogo.

Por ora, pensamos que talvez seja suficiente explicar que aguardamos a emergência relativa à percepção de algo que confere sentido ao manifesto, trazendo compreensão acerca dos vários detalhes, aparentemente casuais, que aqui denominamos campos de sentido afetivo-emocional. Os campos correspondem a tramas vinculares não conscientes, primariamente intersubjetivas, que se configuram como mundos em que vivemos. Portanto, “criar/encontrar” interpretativamente tal mundo, campo de sentido afetivo-emocional ou inconsciente relativo corresponderá à proposição de uma teoria local, que eventualmente se articulará a outras teorias, psicanalíticas e não psicanalíticas. De todo o modo, o campo produzido interpretativamente não permitirá comprovar teorias psicanalíticas, nem sustentar conclusões acerca de motivações internas que explicariam as condutas manifestas. Por outro lado, poderá ampliar significativamente nossa visão e compreensão sobre os mundos emocionais habitados por alguns negros brasileiros.

Capítulo 5

RELATOS DE ENTREVISTA E TEXTOS DE IMPACTOS TRANSFERENCIAIS

O presente capítulo é composto por dois Relatos de Entrevista e de dois Textos de Impactos Transferenciais. Os Relatos derivam de transformações das transcrições originais, que foram retrabalhadas com vistas a permitir sua publicação, sem facilitar a identificação ou a auto-identificação dos participantes. Para cumprir este objetivo, transformamos a primeira edição, derivada da escuta dos áudios, modificando o participante, em um processo análogo ao da criação do personagem no teatro, diretamente baseada nas pessoas dos participantes. Optamos por manter o material sob a forma de diálogo, considerando que, desse modo, a dramática da interação vivida fica melhor apresentada. Os Textos de Impactos Transferenciais, que correspondem a depoimentos do pesquisador sobre as ressonâncias emocionais despertadas a partir do contato direto com os participantes e das sucessivas exposições ao áudio, figuram como tentativa de compartilhar com o leitor nuances mais sutis daquilo que foi expresso pelos participantes, produzindo ressonâncias afetivas importantes.

5.1.1. Engenheiro Paulo, o tom na música e na pele

Paulo: Você está fazendo uma pesquisa para quê, é para a conclusão do curso?

Rafael: É para minha tese de mestrado.

Paulo: Ah, você tá trabalhando com mestrado...

Rafael: Estou trabalhando com história de vida para ver...

Paulo: (interrompendo) A história de vida do brasileiro não é muito diferente para algumas classes, a minha classe. Eu perdi meu pai muito cedo, com 7 anos de idade, então imagina como foi.

Rafael: O senhor nasceu em São Paulo mesmo?

Paulo: Em J., interior de São Paulo. Minha mãe era lavadeira, semianalfabeta, mas sempre batalhando para a gente caminhar para um mundo mais ou menos bom. Comecei a trabalhar ainda menino, com uns 12 anos. Fui fazer parte do time juvenil do clube da minha cidade, o Atlético. Tinha o sonho de ser esportista, um modo mais fácil de começar a vida e ganhar um pouco mais de dinheiro. Fiquei até uns 16 anos, como amador. Mas aí machuquei o joelho.

Rafael: Machucou no futebol mesmo?

Paulo: É, mas sempre gostei muito de estudar. Trabalhava no futebol meio expediente e fazia o ginásio no outro período. Daí tentei bolsa de estudo para fazer o curso de técnico em edificações. Não consegui na minha cidade, então mudei para R.P. e acabei conseguindo bolsa.

Rafael: E o senhor foi para R.P. sozinho?

Paulo: A minha mãe foi comigo. Minha irmã mais velha já estava casada e ficou em J. A gente morava num barraco. Tudo bem limpinho e ajeitado, porque minha mãe era muito caprichosa. Mesmo com bolsa, eu tinha necessidade de trabalhar. Sempre me pautei por amizades de bom nível, todos com poder aquisitivo maior que o meu. Eram amigos sinceros, que não reparavam onde você morava. Quando eu me formei em técnico de edificações nós saímos desse barraco e fomos morar de aluguel numa casa pequena, de quarto, sala, cozinha e banheiro. Aí concluí o técnico de edificações... mas, tenho pavio curto, sou nervoso, não gosto de injustiças... naquela época ainda havia um pouco de racismo.

Rafael: Na escola?

Paulo: Não, no trabalho mesmo. Você ia pra uma empresa e já era a coisa de “porra, o cara negrão...” Né? Mas eu fui... Graças a Deus, eu sempre tive uma capacidade de trabalho, de absorção com facilidade.

Rafael: E na escola, o senhor sofreu com esse problema?

(Paulo confirma com a cabeça)

Paulo: Cheguei a sofrer na universidade, logo que entrei.

Rafael: Na universidade?

Paulo: Quando entrei, tinha um rapaz de cor que era presidente da Atlética. Naquela época nós éramos três alunos de cor fazendo engenharia. Então, quer dizer, essa barreira foi quebrando. Mesmo em outras cidades do interior também cheguei a sofrer racismo em festas e eventos sociais. Mas, trabalhando sempre. Aí, com 19 anos, eu trabalhava numa firma e acabei brigando. Depois de 30 dias sem aparecer, pedi as contas, mas eles não queriam que eu fosse embora. Sei que sai e só voltei depois de quatro ou cinco meses para acertar a conta.

Rafael: E por que o senhor brigou?

Paulo: Hã?

Rafael: - O senhor brigou por quê? Pelo mesmo problema, racismo?

Paulo: Não, briguei por causa de salário, imposição de horário.

Rafael: Ah tá, questões profissionais mesmo?

Paulo: Eu sempre fui um homem de tendência socialista, sempre pensei nas pessoas de menor poder aquisitivo, de maiores problemas profissionais, sociais. Quando eu saí daquela firma, já formado como técnico em edificações, fui para um escritório de projetos e sai depois de um mês. Falei: meu Deus, o que eu vou fazer? Tinha 19 anos, fazendo cursinho, casa, ajudar a mamãe... Bom, de lá, acabei indo para uma construtora cujo chefe era negro, assim como meu amigo que me levou pra lá, onde assumi uma posição de chefia.

Rafael: O senhor já estava na faculdade nesta época?

Paulo: Não, estava fazendo cursinho. Fiquei na construtora por cerca de dois anos. Entrei em duas faculdades e, na que escolhi, seis meses depois eu já estava fazendo parte do diretório estudantil. Enfim, aí veio uma época política.

Rafael: Em que ano foi isso, o senhor lembra?

Paulo: Foi... 60, anos 60 por aí. Não, minto. 64, desculpe. Entrei na faculdade em 65, 66, e veio aquela fase brava... Aí eu tranquei três anos...

Rafael: Pelo ambiente político?

Paulo: Perdido, correndo do mundo, né?

(risadas)

Paulo: Voltei para a faculdade em 69. Nesse ínterim, trabalhei em outras empresas. Já tinha saído da primeira construtora e ido para um escritório de engenharia, onde tive o grande teste da minha vida, político inclusive. Porque eu fui transferido para um setor em que o camarada – apesar de muito meu amigo – exigia gravata, exigia horário, não admitia atraso... E eu chegava atrasado, ia ser descontado do meu salário mesmo, então... Na época dos exames finais na faculdade, falei pro meu chefe “Olha, eu tô muito apertado com os exames e o dia que eu vier de manhã, não venho à tarde, e vice-versa, porque eu preciso estudar”. Eu nem estava tão mal nas matérias, mas queria ficar independente. (...) Não sou rico, certo? Preciso trabalhar, mas eu queria estudar. É assim fiz.

Rafael: E deu certo?

Paulo: Não. Ele já tinha me dito, “se você fizer isso vou te mandar embora”. Eu era totalmente irreverente, né? Tinha que ir vestido socialmente e, na verdade, eu só colocava a gravata na hora de entrar. O resto do tempo deixava a

gravada dependurada, e o chefe não gostava... mas ele era muito meu amigo. Enfim, na semana seguinte ele me chamou: “Ó, eu não queria, mas vou te mandar embora, você é um funcionário muito bom e tal, mas disciplinarmente...”. Falei pra ele: “a única coisa que você pode fazer é me dar meu dinheiro e eu vou embora”. Aí saí da empresa e passei maus bocados por uns dois meses até ir para uma empresa familiar.

Rafael: E como foi?

Paulo: Entrei como supervisor geral de uma área, já galgando posição. Fiquei quase um ano e, justamente por essa minha forma de ser, acabei me desentendendo com um dos filhos do dono. Aí pedi demissão. Pedi demissão e de lá fui para uma grande construtora e incorporadora.

Rafael: Essa forma de ser se refere a essas questões disciplinares?

Paulo: Eu nunca fui de cumprir horário. Sempre fui um homem para quem capacidade não requer imposição de horário. (...) Na verdade eu saí porque, diante da chegada de uns camaradas vendendo títulos de capitalização, o diretor administrativo entrou na minha sala acintosamente para reclamar, dizendo: “Esses seus amigos!”. Respondi: “Que amigos? Não conheço o cara! Não fui eu que deixou entrar. Não sou o responsável pela portaria”. Ele se virou e fui atrás dele, dizendo “você é uma anta, um burro (...)”. Ele me mandou embora, óbvio. Mesmo jeito que eu saí, entrei, saí. Fui, então, para outra firma, que ficava na periferia de R.P., mas só fiquei um mês. O clima era horrível... um engenheiro alemão me olhava torto e falava para o dono da empresa “Que que esse negrão quer aqui?”

Rafael: Só retomando, o senhor falou de um racismo na escola, mas no mundo do trabalho o senhor também sofreu com isso?

Paulo: Também.

Rafael: Mas, assim, continuamente?

Paulo: Não, não foi continuamente, em algumas sim, mas olha... nunca me afetou. E eu vou explicar o porquê: eu sempre procurei ter o máximo possível de capacidade produtiva, e também obviamente conhecimento da minha profissão, pra que isso não me impedisse de trabalhar ou para falarem “olha, o fulano não é bom”. Então as pessoas as vezes falam “bom, vou mandar o cara embora? O cara é bom. Sendo negro ou não, ele é bom.”. Né? Então, sempre tive isso como norma.

Rafael: Mas o senhor sempre sentiu que esse problema existia?

Paulo: Olha, sabe que nunca... pra mim não me afetava.

(Além do trabalho como engenheiro, Paulo toca violão e participa de um grupo de chorinho, com o qual faz apresentações em R.P. e região).

Paulo:- No terceiro ano da faculdade, o chorinho surgiu na minha vida. Eu já tocava violão e aí me juntei com outros colegas e montamos um grupo.

Começamos a nos apresentar profissionalmente, fazendo faculdade e trabalhando, tudo ao mesmo tempo. Durante a semana, nossas rodas de chorinho eram frequentadas só por universitários. Às vezes eu sentia que, dentro da própria faculdade, alguns professores que olhavam, assim...

Rafael: Meio estranho?

Paulo: Meio estranho. Mas como você tem liderança natural, já estava dentro do movimento estudantil, as coisas foram tomando novos rumos. Havia na faculdade um tal de baile branco, que era do pessoal mais de direita. Já a nossa roda do choro era mais pendente pro socialismo, pra esquerda. Criamos esse tipo de coisa... e aí fomos dissipando um pouco essa parte de racismo. Naquela época, eu era muito namorador e, embora negro, raramente namorei mulheres negras... talvez uma ou duas... Namorei sempre com mulheres ao contrário (risadas), e sou casado com uma mulher branca.

Rafael: E como ficou a área profissional?

Paulo: Dali pra diante foi mudando um pouco. Quando eu saí do escritório de engenharia eu comecei a pensar seriamente no que fazer... se era mais viável um negócio próprio, se era mais viável uma outra empresa... Enfim, já tinha passado por maus bocados em algumas firmas, o meu gênio também... eu nunca fui muito de obedecer ordens... não por ser prepotente, ou por se achar melhor que os outros... não... mas eu tinha...eu sempre soube da minha real capacidade de trabalho. Então, quer dizer, chegava numa empresa, o cara era ruim, tá ganhado uma nota e eu aqui embaixo do cara... sabe, eu sempre fui assim, muito, muito... aí eu me formei, eu falei bom, o que que eu vou fazer? Nessa época eu estava... eu estava... eu já estava trabalhando com o J. S., uma pessoa que me ajudou muito. Um judeu.

Rafael: E o senhor tinha quantos anos na época.

Paulo: Na época eu tinha vinte e cinco. O J. S. tinha sido meu primeiro patrão... meu primeiro patrão foi ele. Ele se formou arquiteto e nós nos reencontramos.

Rafael: Seu primeiro patrão na época do ensino médio?

Paulo: Na época dos catorze anos. Aí, nessa época, eu comecei a querer trabalhar por conta própria e acabei caindo como projetista *free-lancer*. Como não tinha lugar onde ficar, então tava no escritório do J. S.. Aí eu atendi o J. S., que já era arquiteto, e o meu reencontro com o J. S. se deu exatamente por causa do Dr. F.Q, empresário ligado à Festa do Peão de Boiadeiro de B.. Eu estava encarregado da montagem dos palcos para os shows do evento e tinha uma construção, e o arquiteto era o J. S. Nos reencontramos, aí o negócio dos shows foi por água abaixo, e eu fui trabalhar no escritório do J. S., prestava serviço para ele (...) os clientes lá. Um pouquinho antes disso eu já estava fixo com a empresa da família do Dr. F. Q., com o meu escritório já montando, tentando montar meu escritório, mas trabalhando dentro do escritório da família dele. Aí, nesse reencontro com o J. S., eu fui pro J. S. Aí a empresa da família desmanchou o pessoal que estava com eles, eu fiquei administrando eles e ao mesmo tempo novos clientes trabalhando com o J. S. Depois ainda tentei ter

um escritório sozinho, mas aí não consegui por falta de dinheiro, e fiquei com o J. S. até os anos... 76, 77, dentro do escritório do J. S., tendo meu escritório, angariando clientes, mas, então um pouco... restrito, porque atendia o J. S... e tendo que atender meus clientes, o tempo então não era muito disponível. Quando eu consegui então montar um escritório eu montei. Montei na Rua A. B., não tive sucesso, quebrei a cabeça... voltei pra outra, mais um outro lugar... Na Av. P. K. não é que não tive sucesso, não tinha dinheiro suficiente (...)

Rafael: Para manter o escritório?

Paulo: Manter o escritório. Então aí... voltei pro J. S. Voltei pro J. S., falei “preciso voltar...”, “não, tudo bem...”. Voltei pro J. S. até... 78, 79. aí tive um entrevero com o J. S. Discutimos, não sei o que lá, aí eu fui pro Jardim S. (...) mantendo amizade com ele, mas separamos a parte comercial. No Jardim S. comecei então a ganhar um pouco mais de clientes, porque aí já tinha mais disponibilidade no escritório... prestava serviço para o J. S. à distância... e de lá do Jardim S. eu vim para a Av. P. K. novamente. Aí, em 80 foi a grande virada da minha vida. Eu já estava casado, tinha casado em 77 (...) 76, e o Dr. F. Q. me liga e fala “olha, eu preciso de você aqui em B.” “Que que houve?”, me ligou de madrugada, eu fui pra B..

Rafael: Ele só explicou chegando lá?

Paulo: Não. Falou “olha, tamos quebrado, vamos falir, você precisa vir pra cá para montar os palcos porque nós precisamos fazer os shows”.

(A empresa precisava também reformar as arenas, pois estava tudo deteriorado. Solicitaram um plano de recuperação de toda a estrutura que abrigava a festa do Peão de Boaideiro).

Paulo: Fui pra lá. Lá fiquei os primeiros quatro meses, de terça, quarta e quinta. Segunda e sexta, aqui no escritório. E tentando recuperar, graças a Deus conseguimos em oito meses, mas depois do sexto mês eu passei a ficar direto lá.

Rafael: Em B.?

Paulo: Em B.. Segunda a sexta. E deixei um amigo meu aqui no escritório, então restringiu um pouco os clientes, clientes que eu podia vir atender no final de semana, mas trabalhando em B. Fiquei em B. cinco anos.

Rafael: Cinco anos? E a esposa, foi junto?

Paulo: Não. Minha esposa ficou...

Rafael: O senhor voltava de fim de semana?

Paulo: É. Minha esposa era funcionária da prefeitura, ia ter licença não remunerada... Se tivesse tirado seria melhor. Pelo menos, menos gasto (risadas) É, porque eu fazia oito viagens pra R.P., de carro. E ainda a parte musical, chegava em R.P sexta-feira, cinco e meia, seis horas. Ficava duas horas em casa e saía para tocar chorinho.

Rafael: O senhor sempre trabalhou musicalmente? Nesse período todo?

Paulo: Sempre. Aí, eu tinha um grupo chamado Choro, Chorinho, Chorão nessa época, o grupo da época da faculdade já havia acabado, eu já tinha me apresentado até em S.P. Enfim... já tinha feito meu nome musical também. Aí, voltei pra R. P.... E voltei pra R. P. sem saber o que fazer. Fui trabalhar... voltei pro J. S. Voltei pro escritório do J. S., falei “J., tô voltando...”, ele falou “Ehh, vem pra cá, vem pra cá”. Então atendia meus clientes novamente no J. S. e... atendia o J. S. também. Aí, o J. S. me indicou pra um amigo dele, o C., e eu fui como administrador do escritório dele. Meio expediente, meio expediente meu escritório, até que chegou uma hora, tem que ficar *full time*. E atendia meus clientes lá no C., então fiquei *full time* no C.. atendendo meus clientes no C.. Aí saí do C., recebi uma proposta da construtora, do J.B., primo do C.. No C. eu fiquei até 90 como gerente geral, construímos cinco ou seis prédios. Do J.B. eu resolvi sair em definitivo para levantar meu escritório... Chega desse negócio de atender clientes, estar fixo num escritório e atender clientes não dá. Aí começou minha grande peregrinação, né?

Rafael: Isso em 90?

Paulo: (confirma) Aí, putz, aluguel... volta, voltei pro L. mais um mês, aí puta guerra, saí de vez. Voltei pro Jardim S., aí saí do Jardim S. porque não deu certo, o J. S. comprou... fui para um outro escritório, no próprio prédio. Saí de lá, vim pra (Av. L., fiquei na L... e batalhando, e o escritório não dando certo... e quando tinha dinheiro, funcionário não era conveniente... e assim (...). Até que me mudei pra GG.I. Ali falei: “não é possível... trabalhar trabalho, que que tá faltando?” Aí você senta para fazer uma auto-análise, né? Não é mais criança, né?

Rafael: Tinha quantos anos nessa época?

Paulo: Já com cinquenta...

Rafael: Cinquenta?

Paulo: Acho que sim... Não dá certo o escritório... mas, quando você começa a trabalhar e faz com seus clientes amizade muito forte, você acaba não cobrando. Cliente que me devia 10, 11 parcelas, 12, 13... não pagava, e o serviço aumentava. Até que eu resolvi dar um basta nisso. Tinha arranjado também dois sócios, que não eram muito sérios... Falei, quer saber de uma coisa? Vou ficar sozinho. Eu e uma secretária. E aí então comecei a andar. Mas sempre trabalhando. E aí, às vezes não pagava, às vezes o nome ia pro pau, (...) aí já não conseguia conta bancária, não conseguia isso, não conseguia aquilo... mas, se equilibrando. Mas hoje tenho um escritório que posso falar que estou mais ou menos sossegado... Sossegado em termos, entre aspas. Tenho cinco funcionários, trabalho com pessoas quase da mesma idade, tem uma menina só, mas...

Rafael: O senhor está aqui há quanto tempo?

Paulo: Aqui, eu tô aqui há pouco tempo, tem uns cinco meses. Mas eu fiquei uns três, dois anos na L. e depois vim pra cá porque a condição financeira é bem melhor. Mas aí a experiência... aí é que eu te digo, quanto mais sério você trabalhar, mais você vai angariar (...) Eu acho que um pouco da minha seriedade, da minha responsabilidade conquistou os clientes, né? Então, a maioria dos meus clientes não foi por anúncio, não foi por que eu fui bater na porta. Foram todos indicados. E eu procuro desenvolver um trabalho sério. Bem sério, porque eu acho que não dá para você brincar. Com engenharia, com cálculos, não se brinca. Senão a ponte cai, o prédio desaba.

Rafael: Sem dúvida.

Paulo: Então, vim desenvolvendo esse tipo de trabalho, focando já a maior seriedade possível, e inculci isso em todos os meus funcionários, e fui com muita dificuldade comprando minhas coisas. Hoje eu tenho escritório com 5, 6 computadores, tenho... enfim, mas só eu sei como isso foi difícil. Porque no nosso país, infelizmente, tudo é difícil para as pessoas que não possuem um lastro financeiro um pouco maior. É crédito, é (...), computador (...) preciso de cinco cheques adiantados (...) não tem. E eu fui aos poucos moldando isso, angariando pessoas, tentando manter confiança, procurando ser honesto. Não que eu seja o mais honesto do mundo. Não. Mas, procurando ser honesto, “olha, eu não tenho condição de fazer isso, posso fazer dessa forma...”. E isso foi me dando... um respaldo um pouquinho melhor. Criei meus três filhos, todos formados.

Rafael: O senhor tem três filhos?

Paulo: Dois rapazes e uma moça. Tem um que é advogado, fez concurso público é procurador do estado. Outro se formou em biologia, mas é baterista e até já morou fora e tocou com um grupo estrangeiro. Já a menina fez administração de empresas e fez pós-graduação em recursos humanos. E eu tenho minha mulher que tá aposentada, eu também tô aposentado, mas não consigo ficar em casa. E... essa é minha vida. Basicamente essa é minha vida agora... sempre com muita luta. Sabe? Corre aqui, teve dias que não tive dinheiro para pegar o ônibus, teve dias de pegar o carro e falar “olha, esqueci em casa, posso te pagar amanhã?” Sabe, tudo isso, esse percalço, tinha dia que, se tinha dinheiro para o empregado almoçar, eu não tinha como almoçar, então pendurava no bar da esquina, né?

Rafael: Sempre com muita dificuldade...

Paulo: É. Sempre fui pagando, dificuldade sempre houve. E há muita dificuldade porque nós estamos em um país... infelizmente... as grandes empresas conseguem manipular. Quando eu tava... estive em algumas empresas grandes... no nosso país infelizmente você tem que matar dez coelhos por dia para galgar pelo menos a pata de um né? E continua da mesma forma, eu não vejo... não vejo muita possibilidade de mudança. Entra um, sai outro, nós vivemos no meio de ladrões, a verdade é essa, não dá para esconder.

Rafael: Sim, é difícil.

Paulo: Putz, é uma barbaridade, quer dizer, não se faz nada sério.

Rafael: Parece que é feito para ser difícil, né?

Paulo: Foi feito para ser difícil, para complicar sua vida. Você vai num órgão público você é mal atendido. (...) “ah, você não pode desacatar um funcionário público”, eu não estou desacatando um funcionário público, é meu empregado, lógico que eu não vou desacatar porque eu pago. Pago imposto de renda, eu pago o salário dele. Então (...). Quer dizer, essas coisas todas me serviram como exemplo para que eu não as cometa e tivesse um pouco mais de êxito dentro do escritório. Isso não é só na parte profissional, isso eu falo no geral. Na parte social... (...) eu tenho duas profissões, sou engenheiro civil e músico. Exerço as duas. Se eu pudesse, seria só músico, é a que eu mais gosto. Mas... meu filho, o baterista, ele é muito bom. E aí? A TV manipula tudo. Então você só vê sertanejo, bundinha no chão, bundinha aqui. O nível musical, cultural, acabou. Não existe mais coisas bonitas como se fazia antes, melodias bem feitas, letras bem feitas. Sempre cai nessa... podridão que está aí (...) Aquela mesmice, o tom é ré, fala da bunda da menina ali, fala da bunda da outra lá.

Rafael: É complicado...

Paulo: Você não vê nada de qualidade, vai para a televisão não vê um programa de qualidade. Que que eu vejo na televisão? Jornal, e mesmo assim olhe lá... esportes... você não vê grandes musicais na televisão... acabou.

Rafael: Não, isso não existe mais.

Paulo: Os grandes comediantes como o C. A. já foram embora. O T. C., que era da escola dele, acabou também. Então, você vai ver o que na televisão? Eu vejo filmes, e mesmo assim TV paga, a que passa filmes antigos. Só. O resto não dá para ver. Quer dizer, eu acho que o mundo, com a globalização, está sofrendo um problema muito sério. Veio a globalização, veio a falta de ideias. O mundo perdeu a criatividade com a globalização. Tudo muito fácil: apertou F5 tá aqui. Apertou F10 tá ali, né? E eu não acho isso palpável e viável. O ser humano tem que desenvolver sua mente, com criatividade, com uma série de coisas. Tá, fazer que o mundo se torne melhor, ótimo. Mas faça ele se tornar melhor um pouco mais humano, um pouco mais solidário. Você vê um camarada caído, nego passa e fala: “é vagabundo”. Às vezes o cara está sofrendo um ataque cardíaco e ninguém vai lá socorrer.

Rafael: É, infelizmente...

Paulo: Porque o governo não sabe acabar com a criminalidade, porque bota o dinheiro no bolso. E nós? Ficamos a mercê da criminalidade e, automaticamente, nos afastamos do ser humano. Isso é um grande problema. E os mais jovens, por incrível que pareça, não entendem isso. Eu acho que o camarada quanto mais estuda, atualmente, mais robô ele fica. Fica robotizado. Mercê disso aqui (apontando para o computador). Não acho que o computador deveria servir para isso. Deveria servir para outra coisa. Mas... a verdade é essa. E a gente vai sofrendo, vai sofrendo, vai sofrendo. Eu estive na... numa reunião, reunião de música, na semana passada. Só jovens tocando. “Oh, Seu

Paulo!” Eu sou super herói... nada disso, eu sou mais um. Mas você vê a sede desse pessoal de ver coisas boas, de ver a época que passou, porque que existia. Alguns, graças a Deus, estão caminhando para essa... Mas têm muitos que falam “negão feio, vem falar merda aqui”. Falam isso.

Rafael: Mas falam isso quando o senhor chega a reuniões?!?

Paulo: Não, se falar na minha frente toma uma bofetada.

Rafael: Ah tá, não falam na frente...

Paulo: Ah, alguns falam em off lá “esse negão”. Já outros, não. Então quer dizer, tem uns lugares que eu frequento, musicalmente, espetaculares. Só garotos, mas garotos tocando coisa boa, fazendo coisas boas, sabe? Mostrando coisas boas. Você vê, é outra forma, até a forma de atendimento, de conduta do cara é diferente.

Rafael: Eu fiquei curioso: o senhor falou que, se pudesse, teria sido músico... gostaria que o senhor falasse um pouco mais da carreira de música... quais foram as dificuldades...

Paulo: Olha, a minha verdadeira paixão é a música, eu cheguei um tempo... Aqui na região, cheguei a ganhar vários prêmios, fiquei famoso mesmo. Pergunto: e alguma gravadora quis gravar? Não, porque naquela época nós estávamos começando o “vamos fazer a coisa comercial”. Qualidade deixou de lado. O negócio é vender.

Rafael: Certo.

Paulo: “Ah essa música aí é linda, mas não vai vender, porque nós não temos massa cultural para comprar”. A massa cultural que é “aí se eu te pego, aí se eu te pego”, tava começando isso nessa época. Você vai sendo passado para trás acintosamente. Gravadora fala “muito bom, vamos ver o projeto”, e aí engaveta. Porque se você gravar, você vai vender dez mil cópias. O “aí se eu te pego” vende 100 mil. Num país que a cultura não existe, você vai vender o quê? Merda enlatada. E todo mundo vai comprar, menos você, ou um ou outro, né? E é o que acontece hoje, com a televisão, com tudo isso. Eu tenho alguns amigos, o P. P. também, é um compositor que trabalha comigo, meu irmão, que me conhece há muito tempo. Você vê músicos de altíssima qualidade, pô, trabalhando... Eu tinha três filhos, que não te pedem dinheiro quando são pequenininhos, te pedem um doce, o leite, você tem que ter... e a música não dava.

Rafael: A música não proporcionava...

Paulo: Não proporcionava. Tinha que ser sucessão para ter isso. Eu não era. Eu era sucesso em uma determinada camada, uma determinada região, e que não queria cantar isso, queria cantar coisa boa. E eu estava naquela época, estava no ápice, mas já...com outras coisas de péssimo gosto surgindo e passando por cima. Aí eu falei “não, mamãe se esforçou muito para mim estudar... será que eu sou um mal profissional, um mal engenheiro? Não, não

sou. Então... Vamos exercer as duas. Uma vai completar a outra. Semana escritório, final de semana a música”. E assim foi.

Rafael: O envolvimento do senhor com a música foi desde a infância ou quando montou o grupo de chorinho na faculdade?

Paulo: Foi desde a infância.

Rafael: Desde a infância sempre foi ligado...

Paulo: Toquei violão no Clube do Papai Noel, depois parei uma época, na época dos 16, 17 anos voltei a tocar mas... constituí um grupo, depois construímos um grupo na faculdade, que era um grupo muito bom, e... mas, aquilo que eu te falei, ou eu alimentava meus filhos, minha mulher, minha mãe, minha sogra, que moravam todos comigo ou eu...caia. Resolvi não cair, seguir adiante.

Rafael: Teve que fazer essa opção, não teve jeito.

Paulo: Mas continuo tocando...

Rafael: Sim, o chorinho continuou...

Paulo: Continuo, vou, frequento, eu sou um boêmio. Se desse para viver da boemia eu vivia, mas não dá porque senão o escritório, no outro dia, não pega cedo, né? Mas adoro. A música boa, vou em qualquer canto. Ontem mesmo fomos no aniversário de um amigo nosso, que é o líder de um grupo musical. Espetacular, uma banda que toca música, né? Alta música. Não dá para você... por isso que hoje em dia você não vê altas casas com shows musicais, porque... os que estão famosos arrastam pessoas de qualquer jeito, agora, entre você comparar um show de N.C., L.A., I.S, não dá para você comprar. No entanto I. S. bota cem mil pessoas e L. A. bota mil. Agora, a qualidade na dá para comparar. Em todos os aspectos, profissional, voz, música. Não adianta. Nós vivemos numa crise cultural muito maior do que você imagina. Eu não sou contra nenhum tipo de música, mas eu costumo chamar isso aí de sertanojo, isso não é sertanejo. Sertanojo, e assim por diante. Não dá, os caras berram, não cantam, berram, né? Berram coisas de péssima qualidade, quer dizer para estourar o tímpano mesmo ou fazer lavagem cerebral. Bém, bém, bém, bém... Você acorda de manhã e já acorda com aquela porra na cabeça. Quando era bem melhor você acordar com “meu coração, não sei porquê...” com um Pixinguinha. Pô, isso você não consegue. E assim vai, assim vai a vida. Mas... se eu pudesse, ou tivesse condição de me manter só com música... Não desdenhando minha outra profissão, que foi o que me manteve, a parte da engenharia. Mas, se eu pudesse seria só música, não faria outra coisa a não ser música. Mas...não se faz. Você, que está fazendo mestrado, pós-graduação, vê se você consegue arrebentar a cabeça de alguns aí para melhorar um pouquinho.

Rafael: O senhor disse que teve muita dificuldade no começo com o seu jeito. Depois que o senhor começou a ter empresa própria, achou que diminuiu isso?

Paulo: Meu jeito continua o mesmo. Se eu tiver que falar para o cliente “você vai para o inferno”, eu falo, sem sombra de dúvidas, eu não espero pra... É óbvio que a idade vai te dando um pouco mais de comedimento, você vai raciocinando mais, você passa a pensar duas vezes antes de falar “vai pro inferno”. Mas antes não, eu não pensava muito, não estou contente, então pá... Tchou. Hoje você já pensa porque você depende de suas próprias pernas. Tem clientes chatérrimos. Tem clientes que chegam aqui e encham o saco. Estão errados, mas encham o saco. Não é? Você às vezes releva, porque você não sabe o que o camarada está passando. Também tem isso, não é? A gente às vezes tenta contornar, tirar alguma coisa. O que está acontecendo? Acaba se tornando consultor, confessor, conselheiro...

Rafael: Exerce múltiplos papéis...

Paulo: Múltiplos papéis. Mas tem clientes que não é bem o caso. Tem clientes que acham que ele te paga, então ele tem que ter algo na cabeça, e eu não tenho patrão. Patrão aqui sou eu. Ele é meu cliente e acabou. Ah, cê não gostou? Passa a mão nos seus paninhos de bunda e vai embora. Teve cliente que entraram aqui e... “Ah, eu vou embora...” Vai.. Dois dias depois voltaram. “Pô, negrão, desculpa aí”. Falei, sei, você foi em outro engenheiro e ele te cobrou duas vezes o que eu cobro, né? “Ah, não é bem isso. É que já estou acostumado com você.” Sei... A partir de agora meus honorários são tanto.

Rafael: (risadas)

Paulo: É para o camarada cair em si e saber que ele tem aqui não só um prestador de serviços, ele tem um amigo. Prefiro trabalhar com o cliente sendo um amigo e não só um prestador de serviço. Fica mais fácil, e você se torna um pouco mais próximo. E depois tem mais: o mundo vive tão desunido, quanto mais convive com uma pessoa, vai formando uma comunidade unida, sabe... Aqui tem cliente... um acabou conhecendo o outro, hoje trocam serviços entre si... Eu prefiro dessa forma, acho o mundo mais viável... Tem todos esses problemas e, para isso, precisa de dinheiro. Para manter isso, precisa de dinheiro. Para aquilo, precisa de dinheiro. Não tem muita alternativa. Você vai ficando... Eu ainda não paguei as contas. Olha o volume de contas para pagar hoje. Lógico, hoje tenho dinheiro, posso pagar. Tendo ou não tendo, tem que pagar. Não tem jeito. Funcionário, que eu pago toda hora, toda semana. Já está aqui reservado. Agora, eu me sentiria mal, como me senti várias vezes, quando não tenho. Seu funcionário depende do dinheiro. Não tenho fôlego... Não é assim. Ele depende daquilo. Aí, fica difícil. O empresário brasileiro não aprendeu a pensar no seu funcionário, né? Não aprendeu. Como o governo não aprendeu a pensar no povo. Então, o retrato é esse. Aqui eu penso aqui, ali eu penso ali, então dane-se todo mundo. Se cada um pensasse um pouquinho, nós teríamos hoje um grupo de pequenos empresários deixando esse país um pouco melhor. Mas ninguém pensa.

Rafael: O senhor falou que não tem muita esperança de que isso melhore rapidamente...

Paulo: Não tenho não. Acho que não vou chegar a ver, eu não, e tenho dúvidas se meus filhos vão chegar a ver.

Rafael: Mas o senhor acha que está melhorando alguma coisa?

Paulo: Não vejo melhoras. Nós saímos do governo F.H., do governo do PT... Melhorou. Melhorou o quê? Tem bolsa-família, bolsa isso, bolsa aquilo, criadas por um monte de vagabundos. (...) É tão desgastante, tão revoltante o que se vê neste país, não dá para comentar muito. Se faz o ladrão pela oportunidade que se tem de roubar. Quem dá oportunidade para se roubar é o próprio governo. Todo mundo rouba, pô! Não tem mais como fazer esse país melhorar. Se não houver um tranco de responsabilidade, de honestidade neste país, alguém que entre e faça o que houver, doa a quem doer, sem corporativismo, sem porra nenhuma, isso não vai melhorar nunca. Nunca. Esse é o grande problema. Não acredito que isso mude a curto prazo. Duvido muito.

Rafael: O senhor comentou sobre ter sofrido racismo. Acha o Brasil um país racista? Como o senhor avalia isso?

Paulo: Olha, eu acho o seguinte... nas classes... (...) nós somos classe E... Existe em todas elas...em todas elas.

Rafael: Existe racismo?

Paulo: (Confirma). Você pensa que não... a gente não vê, está mais ou menos com a vida consolidada para procurar emprego, para procurar menina para namorar... mas que existe, existe. Pode ser um racismo de forma econômica, ou financeira, como alguns dizem... “Ah não, o cara não gosta do cara porque não tem dinheiro”. Mentira.

Rafael: Não é só isso?

Paulo: Não é só isso. Têm caras que não gostam mesmo. Eu acho que até dentro do próprio governo. Esse... esse ministro do Supremo aí que está mexendo com o Mensalão, quanto que esse cara não foi cerceado?

Rafael: O senhor acredita que esse é um problema da sociedade brasileira?

Paulo: Também. Não pode... não é tão acintoso, tão claro, mas tem... Agora, eu não me preocupo com isso não, amigo. E não existe só do lado do Brasil, do lado de cá também. Negro também é racista.

Rafael: O senhor acha que dos dois lados...?

Paulo: O negro também é racista. Agora... volto a afirmar para você, tudo isso é um problema só: pense que você é um ser humano e que o outro tem as mesmas necessidades que você tem. Independente de cor, dinheiro, raça, credo...

(passa um helicóptero, pausa na conversa)

Paulo: Então, quer dizer, “não existe...”. Tem. Tem sim.

(Chama uma funcionária: - Minha filha, vem cá... Trata de assuntos profissionais).

Paulo: Então, quer dizer, este é o grande problema que eu vejo... Eu vejo a sociedade da seguinte forma: você tem uma confecção... é... uma concepção religiosa, eu tenho outra, ele tem outra, ele tem uma concepção financeira, eu tenho outra. Você tem uma concepção de tratamento do ser humano, eu tenho outra (...). Mas no final, o egoísmo manda em tudo. (pausa) Mas, a verdade é essa. Então, quer dizer, o egoísmo, além de mandar nessa humanidade de hoje... O mundo está perdendo um pouco da parte de acreditar que exista... solidariedade, humanismo. Todo mundo se robotizando, se materializando, esquecendo da parte...

Rafael: Então o senhor acredita que o problema principal...

Paulo: (interrompendo) Eu acho que é um problema de religião. Eu acho que o mundo hoje é muito ateu. Não sei se ateu ou à toa. Não sei se ateu ou à toa. Mas, é... eu não preciso acreditar no homem. O padre é homem. O pastor é homem. Até nas religiões o roubo é... tem algo a mais aí. Esses dias na TV eu vi a entrevista de um camarada de uma igreja dizendo que está com medo de outro pastor negrão, que saiu de lá. Aí você vai no cara e o cara tem duas fazendas, tem não sei o que lá... com o dinheiro dos incautos. Tem um outro pastor aí de cor, um negro. “É, esse cara está me deixando apavorado”. Então quer dizer, já virou um... e você vê que o povo é tão inculto que ainda vai, dá a mensalidade, a metade do salário, quinze por cento... Se você pensar bem, o negócio é esse aqui ó... é uma bola, e sobrou isso aqui da bola... o restante, meu amigo, salve-se quem puder. Concorda? O restante ó... visando só... dinheiro. Como se o dinheiro fosse livrá-lo da morte, fosse livrá-lo da doença. Quanto mais dinheiro ele tem, mais doente ele fica, né? E aí vai para a droga, vai para isso, vai para aquilo. Facilidade é muita, compra a polícia com facilidade...é isso.

(volta a falar com funcionária, que lhe entrega cartão de crédito)

Paulo: Então, quer dizer, a coisa é... é gritante... e não vejo muita condição de... não vejo... Olha, você quer mais do que isso aqui, todo mundo é obrigado a ter, você sabe quanto custa? Mais de trezentos reais. Quem é o dono disso aqui? Certificação digital para todo mundo. Quantas empresas têm nesse país? Agora, pergunto para você: é fácil ter isso aqui? Não, você tem que agendar, eles vão querer ver se a cueca do cara é da mesma cor que a outra. No banco, tem que ter PIS, qual empresário que tem PIS? Ninguém, ninguém vai fazer PIS. É criar dificuldade para arranjar facilidade. Esse é o país que nós vivemos. E não muda. Não vai mudar. É isso que eu estou te falando. Não vejo muita condição. Você, que é jovem, espero que você veja, eu não vejo.

Rafael: É, a gente vai tentando achar os caminhos...

Paulo: Eu tenho alguns professores... que já não estão mais vivos, tem alguns que ainda estão... que quando eu encontro com eles, falam: “você continua o mesmo rebelde, hein?”. Não sou rebelde, sou realista. Se você chama realista a rebeldia, então... Eu sou contra tudo que eu vejo que está errado. Não que eu seja o dono da razão, não é isso. É que são coisas que estão tão gritantes, é um erro que está tão gritante, que você fica desesperado. Eu tenho um antídoto, né, quando eu estou muito cansado, no primeiro botequim eu sento.

Na dá... Olha, a coisa está tão feia... vou te contar mais uma que aconteceu comigo: eu fui fazer um tratamento dentário, que pelo orçamento da dentista era dois mil. Você sabe (...) e acabou com a minha boca. E eu não posso gritar? É muito viu, é muito. E sabe... se você precisar de mim volte. Se tiver mais perguntas, fique a vontade.

5.1.2. Engenheiro Paulo, o tom na música e na pele: Texto de Impactos Transferenciais

Paulo é desenvolto, se coloca, mal me deixa explicar o que fui fazer e desata a falar. Começa franco, falando de dificuldades. Enfatiza “minha classe”. Fico atento, mas à vontade, sua disposição em falar envolve a atenção, preciso lhe fazer perguntas para me situar, mas ele flui. Fala da perda do pai, da pobreza, sem aparentar autocomiseração, decidido, aberto, franco. Desperta minha simpatia. Mal me situo, aparece: “naquela época tinha um pouco de racismo...” Me surpreendo até, estou ainda tentando acompanhá-lo, pergunto “na escola?”. “Não, no trabalho”. Diz não se sentir afetado, mas o desconforto é visível, embora a atitude se mantenha decidida. Também na escola, na universidade, em festas... mas mudamos o foco. Trabalho. Continuamos. Política, vida profissional. Damos risadas, o clima é amigável.

Vou junto, disposto a escutar, interessado. Vem a atitude de enfrentamento no trabalho. Mas Paulo não passa a impressão de arrogância, hostilidade, prepotência. Quando fala que não gosta de injustiça, de se submeter, parece verdadeiro. O racismo volta, espontâneo, “o que esse negrão quer aqui?”, olhares tortos. Sinto que há espaço para perguntar: é frequente? A resposta afirma e nega, diz que não afeta, mas arremata: tem que ser bom, impecável, para que isso não se torne uma desvantagem. Insisto, sinto que o clima suporta: sempre? Novamente diz que não afeta. Não acho pertinente continuar, sinto dor. Seguimos. Para a música. Percebo orgulho, prazer. Mas o assunto volta, mais difícil de nomear “alguns professores olhavam, assim...”. Completo a frase, sinto que afeta sim, bastante. O baile branco. Diz-me: tem que enfrentar. Lembro Paulo dizendo que não gosta de injustiça. Vem a roda de choro, a tendência ao socialismo, tem que dissipar essas coisas... namoros, só namorou com mulheres brancas. Não me sinto confortável para perguntar a razão. Ele também aparenta não querer continuar o assunto. Sinto que chegamos a um ponto delicado, o racismo veio, fingiu que foi, voltou.

Pela primeira vez sinto que a conversa ficou difícil. Para os dois. Mudo de assunto: voltamos para a vida profissional e deslanchamos, novamente a música, as dificuldades econômicas, os percalços da vida, as injustiças do país. Paulo fala bastante, seu discurso muda: da juventude indisciplinada à seriedade da maturidade. As dificuldades e as conquistas. A família criada, com orgulho, com superação. O país e as dificuldades. Paulo parece triste com elas, não passa a impressão de só querer parecer indignado, sente tristeza. Reclama da falta de solidariedade. “Nos afastamos do ser humano”. Nada tem um tom fingido. Me envolvo. Até que, mesmo na música, onde é reconhecido, o assunto volta: “esse negão falando merda”. Me pega de surpresa. Pergunto, “como, na sua frente?” Mas não, aí é bofetada. Afeta, ofende. Seguimos.

Reclama da decadência cultural, do fato de não ter conseguido viver da música. Fala das frustrações com a mesma franqueza com que fala das conquistas. Diz que não mudou tanto assim desde a juventude, se revolta, quer solidariedade, não aceita injustiça. Falamos de política. Em um contexto mais genérico, afastado da experiência pessoal, volto ao assunto: o Brasil é um país racista? Paulo é direto na resposta: é, em todos os níveis, em todas as classes, Mas novamente vai minimizando: “não é tão acintoso”, diz não se preocupar, emenda que o negro também é racista, apela para a humanidade comum, tenta ir por outros caminhos, o problema é o egoísmo, a falta de religião... mas volta: o pastor é racista, não dá para acreditar no homem.

O tom vai ficando desesperançoso. Pela primeira vez sinto Paulo cansado. Conta-me mais uma que aconteceu com ele: não se pode nem gritar? É muito. Sinto-o esgotado. Paulo encerra a entrevista.

5.2.1. Doutor Fernando e o peso da cor

Dr. Fernando: Bom, eu estou aqui no laboratório... entrei aqui em 1947, fazendo um pouco de tudo... sempre trabalhando na parte de análises clínicas. Entrei como mensageiro, fazendo entregas, tudo... depois fui (...) o pessoal fazendo experiência e.... passei a auxiliar de almoxarifado. Depois... mas antes de ser técnico de enfermagem em 53 eu achei... vendo o T. O. Ele tinha ido para a olimpíada e tinha ganhado medalha de bronze da natação. Aí eu achei que deveria ser atleta.

(T. O. foi bronze nas Olimpíadas de Helsinque, em 1952, recebendo a primeira medalha olímpica do Brasil em natação.)

Rafael: O senhor tinha quantos anos nessa época?

Dr. Fernando: Eu tinha... quando eu fui praticar esporte eu tinha... já tinha servido a Marinha, já tava com 21. E (...) Na Marinha já tinha natação também lá, né? As provas que teve lá... venci. Mas eu gostava mais do futebol (...) continuar jogando futebol mas, no fim, quando o T. O. obteve a primeira medalha olímpica do Brasil na natação, falei: quero ser atleta. Como eu, o T. O. era de M., então fui ao Clube Atlético de M. sozinho, no sábado... e... me apresentei lá. Eu tinha uma sunga.... estava puída, rasgada... eu costurei.... E, nesse dia, quando eu fiz a prova com o pessoal... nesse dia... fizeram um tiro de... um revezamento 4x100 m livre e me colocaram em uma equipe, lá eu fui (...) a minha equipe venceu. O pessoal gostou. Mas o treinador não estava lá, o treinador que cuidava do pessoal da natação era o treinador do T. O.... porque eles tinham ido para um campeonato. E, na terça feira eu fui lá...

Rafael: Foi outro dia novamente?

Dr. Fernando: Fui lá à noite, conhecer o técnico e... aí conversando com ele, mas... eu não treinei ainda. Eu fui lá para conversar e acertar alguns detalhes. Porque quando eu... no sábado, quando fui lá, nadei... a sunga que eu tinha

costurado arrebentou e a ponta do calção acabou roçando na pele. E eu cheguei lá “Olha estou meio machucado...”

Rafael: Arrebentou durante a prova?

Dr. Fernando: Arrebentou durante a prova! E... eu falei: “olha, eu estou um pouco arranhado na virilha, está me doendo um pouco...” Mas o treinador era manhoso. Mandou chamar o roupeiro, mandou dar sunga, óculos, touca, roupão, agasalho, deu tudo. Aí comecei a treinar natação no Clube Atlético de M., né? Então treinei lá vários anos, entrei na equipe lá comecei a treinar, treinar junto com o clube.

Rafael: Só para saber... o senhor manteve o emprego, enquanto treinava?

Dr. Fernando: Sempre trabalhando. Hoje o esporte é diferente. Antigamente, o esporte era amador, hoje não, hoje é profissional.

Rafael: Sim, hoje o senhor seria contratado...

Dr. Fernando: É. Então era diferente. Então tinha que trabalhar e treinava a noite lá no Clube.

Rafael: Tinha que conciliar as duas coisas...

Dr. Fernando: É. Aí fiz minha primeira prova lá... tirei terceiro lugar. Ai começou a minha... minha vida dentro do clube. Aí nesse mesmo ano, em 53... tinha uma prova em J. F., em Minas Gerais. E... o treinador perguntou para mim se eu queria ir pra... eu nunca tinha saído de M., mas tinha que fazer uma eliminatória.

Rafael: Só para esclarecer, o senhor nasceu em M.?

Dr. Fernando: Sim, nasci em M.. E... aí, tinha umas dez pessoas concorrendo... “Se você conseguir o segundo ou terceiro lugar você vai para J. F.”. Tudo bem. “Você vai nadar 400 metros livres”. Tudo Bem. Deu a saída, pá pá pá pá, eu (...) na virada, eu encostado no primeiro, ia passar ele... (...) “Ah, não passa que você não aguenta”. Tinha que esperar a última volta. Aí na última volta ele (...) eu fui (...) mas não deu. Mas fui segundo. Aí (...) “Bom, você vai. Você vai para a prova lá em J. F.. Mas eu queria saber por que você não passou”. “Ah, eu ia passar, mas lembrei que, antes da prova, o outro me disse que eu não aguentaria ultrapassar...” Ele perguntou: “você sabe com quem você estava competindo?”. Eu falei não, eu não conhecia ninguém. “Esse aí é o recordista brasileiro dos 400 metros livres.”

Rafael: Que coisa...

Dr. Fernando: Fui, né, para J. F., mas em J. F. não dei bola para ninguém, fui segundo colocado geral da prova, ganhei de todos eles, fui o primeiro aqui de M.. Aí começou minha vida no Clube Atlético. Depois em 54 também foi um ano... venci muitas provas né... ou venci ou segundo colocado... e... em 54... em 54 eu me preparando... 53, no fim de 53 para 54 tinha a prova importante... o campeonato estadual. Aí ...”você vai competir no campeonato estadual”. No

primeiro ano que participei eu fiquei entre os seis primeiros. No segundo ano, 1954, eu tive a felicidade de estar entre os três primeiros. Aí começou a minha vida dentro do esporte nacional. Depois participei de campeonatos regionais, do campeonato brasileiro e até de provas internacionais... viajei bastante.

Rafael: Pelo esporte o senhor viajou bastante?

Dr. Fernando: Viajei bastante. Aí começou minha vida no esporte. Teve uma vez em que fui mal em um campeonato. Aí eu falei "Ah, fui mal, mas o esporte tem isso, né? Quando você vence, todo mundo está do seu lado. Quando eu fiquei entre os primeiros, todo mundo queria me levar para casa. No ano em que fui mal, né? Não fui muito bem, aí cheguei... eu estava na casa de amigos no Rio de Janeiro, cheguei em casa 2 horas da manhã, ninguém me levou para casa. No ano seguinte, aí eu fui bem, também fiquei entre os primeiros, tinha carro para me levar... aí não aceitei né... Preferi ficar perto dos meus amigos.

Rafael: Quando vai bem, né...

Dr. Fernando: Quando vai bem... o esporte tem isso, quando você vence todo mundo bate nas suas costas, e quando você perde não tem nem... nem carro...nem...

Rafael: Carona...

Dr. Fernando: A carona para levar você para casa. Porque naquele tempo a condução era difícil né? E tinha competição que terminava tarde, né? Mas... ta. Aí foi.. fui... fiz... Fiz, viajei bastante, brasileiro, sul-americano, e... em 66, 67, eu parei o esporte. Fui mal, falei "Ah...".

Rafael: Mas o senhor já tinha vários anos de esporte, o senhor começou a nadar em 50...?

Dr. Fernando: Em 53.

Rafael: Em 53, então já fazia mais de 10 anos...

Dr. Fernando: Nadei uns 10 anos. Nadei pelo Clube Atlético de M.

Rafael: Mas, o senhor manteve o emprego durante todo o tempo?

Dr. Fernando: Durante todo o tempo. Trabalhava em dois empregos.

Rafael: Dois empregos e ainda fazendo esporte?

Dr. Fernando: Eu trabalhava no laboratório meio período. Eram 6 horas, eu também fazia meio período em uma casa de repouso.

Rafael: E o senhor fazia isso e ainda treinava diariamente?

Dr. Fernando: Treinava à noite. Mas depois eu... quando parei ... falei "vou parar o esporte, fui mal em uma prova, né?" Acho que em 60... 65, 66... foi por aí... aí eu... achei que devia estudar, né? Achei que devia estudar. Só tinha o ...

o quarto ano. Eu fiz... fiz naquele tempo o supletivo.. depois o técnico em enfermagem... Depois eu falei... queria estudar... eu queria ser biólogo. Mas depois aí... eu já trabalhava no laboratório de análises clínicas, ajudava em todo o atendimento, eu que fazia tudo... montava os laudos, o médico só chegava e assinava. Quem montava era eu.

Rafael: Como é que foi essa história com o senhor? O senhor falou que começou como mensageiro e...

Dr. Fernando: Comecei como mensageiro, depois auxiliar de almoxarifado, depois passei para o atendimento e, mais tarde, técnico de enfermagem. Mas eu que montava todos os laudos... da parte de análises clínicas...

Rafael: Mas... o senhor foi autodidata nisso de conseguir montar os laudos? Como isso ocorreu?

Dr. Fernando: Ah eu aprendi... vi... vi o... o que o outro técnico fazia, aí quando eu passei a técnico, entrei no lugar dele, aí eu já sabia montar os laudos, montava todos os laudos... o médico só chegava lá e assinava. Aí eu falei... “que eu vou fazer... não, eu vou estudar”. Fiz o cursinho. Ganhei uma bolsa para fazer o cursinho (...) Estudei e... aí... tinha aqueles simulados que fazia... O cursinho ali... falava com um, falava “estou aqui há três anos, fiz o teste e não consegui passar”. Fazia o teste, o simulado e não... “Ih”, falei, “então eu não vou fazer simulado, porque se eu não passar já vou até desistir”. Aí, não fiz simulado nenhum...

Rafael: O senhor estava querendo ser biólogo ainda?

Dr. Fernando: Queria ser... não... aí...eu já trabalhava no laboratório, aí o pessoal falou “Por que você não faz Medicina?”.

Rafael: Mas preferia ser biólogo?

Dr. Fernando: É, eu queria ser, né? Mas aí o pessoal me aconselhou “não, faz cursinho para Medicina, aí você fica aqui no laboratório, faz (...)”... Fiz o... não fiz o simulado. No dia dos exames fui, passei. Não fiz simulado, passei na primeira chamada. Aí fiz Medicina, né? Cinco anos, à noite, trabalhava em dois empregos.

Rafael: Continuou mantendo dois empregos?

Dr. Fernando: Dois empregos. Só que eu deixei o esporte.

Rafael: Eram os mesmos dois empregos?

Dr. Fernando: Mesmos dois empregos por um tempo. Depois troquei a casa de repouso por um trabalho na própria universidade onde estudava. Mais tarde voltei para a Casa de Repouso, mas aí passando visitas. Já formado, aluguei também uma sala em um consultório, onde atendia algumas horas na semana.

Rafael: Mas, e o ingresso na faculdade?

Dr. Fernando: Ai fui fui fui consegui passar. Porque era uma coisa que eu conhecia. Mas chegava em casa, chegava em casa meia noite... quando você é mais jovem, você... o professor vai lá na frente e você pega uns 70%, 80%. Agora, eu pegava uns 50%, tinha que ler logo em seguida pra... guardar alguma coisa. Foi assim que eu fiz o curso de medicina, não repeti nenhum ano. Passei. Aí, quando eu passei... formei. Aí, no laboratório... ele falou "olha..."... pessoal era clínico geral já, né?"Você quer ser o responsável pela confecção dos laudos?" Eu que fazia todos os laudos... eu montava... Aí eu comecei a assinar os laudos, né? Fiz o mestrado, tive um título de mestre pela universidade, fui o primeiro funcionário da universidade a fazer o mestrado lá dentro, com a autorização de três professores. Eles assinaram para que eu pudesse fazer o mestrado dentro da universidade.

Rafael: Por que o senhor era funcionário?

Dr. Fernando: Era funcionário. E fazia o mestrado na hora do serviço. Tinha que fazer o mestrado e continuava trabalhando nos dois empregos.

Rafael: Durante todo esse tempo mantendo os dois empregos?

Dr. Fernando: Mantendo os dois empregos. Tá, aí...continuei... aí comecei a ser o responsável na universidade por algumas aulas práticas, montava as aulas práticas. Montava e comecei a dar as aulas práticas. Todas as aulas práticas, com cachorro, sapo, rato, pombo... todas aquelas aulas práticas que hoje já não se dá mais, esse tipo, né? Eu era o responsável de todas as aulas práticas. Aí... em 94... 94 para 95... passei a trabalhar no hospital da universidade. Lá comecei a trabalhar com uma parte envolvendo avaliação física, numa área ligada à atividade física e ao esporte, né?

Rafael: O senhor retornou ao esporte, como profissional médico?

Dr. Fernando: Aí retornei ao esporte como médico.

Rafael: Isso em 95, o senhor disse?

Dr. Fernando: Em 90 e... é.

Rafael: Então o senhor já tinha vários anos de experiência dando aula...

Dr. Fernando: É... aí...em 95, aí eu parei de dar aula, quando o hospital da universidade estruturou um centro voltado à atividade física e ao esporte, aí eu parei de dar aula, né? Parei de dar aula, falei "Ah, não dá para fazer todas as coisas". Aí lá eu era o responsável que fazia avaliação física. Como a Universidade de M. era referência, chegamos a trabalhar com aquela seleção que encantou o mundo, em 80 e... 82...

Rafael: Em 82?

Dr. Fernando: Em 82. E perdeu o mundial. Eu cheguei a trabalhar com a avaliação física dos atletas... de futebol.

Rafael: Tá, o senhor trabalhou com isso também?

Dr. Fernando: Trabalhei. Trabalhei com alguns craques, fiz exame em todo esse pessoal que encantou o mundo. E o treinador era aquele... era o T. S. Mas, infelizmente, perdemos. Naquela época, se o Brasil tivesse ganho, a gente já tinha estourado. Mas perdeu, né? Aí, em 90... 95, eles acharam que eu deveria voltar para o esporte. Por que? Pessoas naquela época, em 95, achavam que pessoas com 40 anos estavam velhas para o esporte. Então... começaram a falar... quer dizer, fizeram todos os exames para ver como é que eu estava... a equipe médica (...) e comecei a treinar. Para ir para o Campeonato Brasileiro de Masters.

Rafael: Isso já fazia trinta anos já que o senhor tinha abandonado as provas de natação?

Dr. Fernando: Fazia 30 anos.

Rafael: Mas o senhor manteve algum...

Dr. Fernando: (Nega com a cabeça)

Rafael: Nada?

Dr. Fernando: Não, estava gordo.

Rafael: Ah, é? Não manteve a natação...

Dr. Fernando: Não dava tempo. Mas aí fui lá no Master, fiz uma boa marca. Na segunda vez, melhorei ainda mais. Então, o que provou? Que a idade não tem limite. Aquele pessoal que falava que... o cientista que falava que o esporte depois dos cinquenta... dos quarenta não podia mais competir, então eu voltei a nadar com 65 anos de idade. E eu estou nadando até hoje, né? Já participei até do máster sul-americano. E agora eu estou treinando, estou com 81 anos, estou treinando para ir ao mundial de másters.

Rafael: O senhor, ainda hoje, com 81 anos, está na ativa...

Dr. Fernando: Estou na ativa, continuo na ativa. Treino todos os dias.

Rafael: E, nesse tempo, o senhor viu o esporte se profissionalizar?

Dr. Fernando: É. Agora a maioria dos atletas são patrocinados. E recebem um bom dinheiro. No passado você só podia trabalhar a troco de medalhas e troféu. Se você recebesse algum dinheiro, você era profissional. Então não podia nadar mais.

Rafael: Ah, é? Tinha essa limitação?

Dr. Fernando: É, não podia nadar mais, como profissional você não podia... Se você recebesse dinheiro não podia nadar mais. Ninguém recebia. Nem os atletas que iam para as olimpíadas ganhavam dinheiro. Tinha que ser amador. Amador mesmo.

Rafael: Era uma exigência.

Dr. Fernando: É. E hoje você ganha (...) tem lugar para morar, não precisa trabalhar. Agora, o esporte é muito bom, certo? Eu tive a felicidade, fiz o esporte, parei e voltei. Mas, o estudo é fundamental.

Rafael: Sem dúvida...

Dr. Fernando: O estudo é fundamental. Então parei, fui estudar. Não tive a sorte porque não deu para estudar no início. Quer dizer (...) porque a minha família era grande, né? E... a minha mãe era cozinheira, meu pai era mecânico, então eu estudava e tinha de entregar marmitta para ajudar.

Rafael: O senhor começou a trabalhar com que idade?

Dr. Fernando – - Com 16... não, com 14 anos. Comecei a trabalhar em uma fábrica de doces, depois sai da fábrica de doces, falei “quero melhorar”, fui trabalhar em um mercadinho. Trabalhei lá uns 4 meses e depois me mandaram embora. Aí fui... fiquei 6 meses para conseguir outro emprego. Arrumei no laboratório de análises clínicas com um colega, como mensageiro. Depois fui trabalhar também na universidade e me aposentei como professor. Então a maioria dos médicos que estão aí, muitos são meus amigos, dei aula para muitos que estão aí. Todo mundo me respeita. Agora, eu sou da seguinte opinião: eu não faço questão que me chamem de doutor, não faço questão que me chamem de professor, eu quero é respeito. Eu não nasci com “Dr”. Eu não nasci com “Dr”. Eu quero é respeito. Quer me chamar de Doutor? Tudo bem. Quer me chamar de professor? Tudo bem. Do jeito que eu converso com o faxineiro ou o mensageiro, que eu fui mensageiro, eu converso com o reitor lá em cima. Se eu estiver conversando com o faxineiro e o reitor me chamar, acabo de conversar com o faxineiro aqui, para depois conversar com o reitor.

Rafael: Sim, o respeito sendo o fundamental nas relações, né?

Dr. Fernando: Sem dúvida. Porque todo mundo, desde o servente... até os professores me tratam muito bem. Essa aqui é minha história dentro da universidade. Então... depois fui para o hospital da universidade, houve uma divergência e saí de lá. Já estava aposentado (...) e falei, olha, vou fazer outra coisa. Vim aqui trabalhar... sai do hospital e agora estou atuando em outra área, o Centro de Estudos do Movimento, que é diferente né? Estou aprendendo.

Rafael: Há quanto tempo o senhor está aqui?

Dr. Fernando: Eu estou aqui faz um ano... ou dois anos.

Rafael: Ah, sim... então isso foi bem recente?

Dr. Fernando: É.

Rafael: Decidiu começar uma coisa nova agora?

Dr. Fernando: É. Então é isso aí, mas estou aprendendo. É praticamente diferente, né? Mas... trabalhar no hospital não quero mais, fiquei decepcionado com o que um diretor de lá fez comigo. Certo? Porque eu era responsável pelo setor, praticamente carreguei ele nas costas. Fiz tudo (...). Eu conheci ele como aluno, certo? Depois ele passou... foi...entrou no hospital... se formou como professor... depois fez mestrado, fez o doutorado, mas sempre ajudei ele. Depois, pelo telefone, ele chegou "Olha, passa a mão nas suas coisas". Ele pensou que eu não fosse. (...) Não foi ele que me deu nome. Não foi ele que me deu nome. Pronto, sai.

Rafael: Tá, teve uma divergência profissional...

Dr. Fernando: Por intrigas. Porque ele devia chegar... se ele me conhecia há muitos anos... ele devia me chamar e conversar. Não pelo telefone. E, infelizmente a pessoa que eu coloquei, me fez (...)

Rafael: Mas ocorreram outros casos de intriga na carreira profissional do senhor? Isso é uma coisa frequente?

Dr. Fernando: Não, só isso, outras coisas não. Nem dentro do esporte, nem dentro da profissão.

Rafael: No esporte a questão que o senhor falou era a inconstância, né? Quando se ganha, está lá em cima, quando se perde...

Dr. Fernando: Essa aqui é então a minha história dentro do esporte (mostrando fotos). Esses aqui são dois médicos que... médico não, militar.

Rafael: O senhor disse que foi para a Marinha... não quis seguir carreira na Marinha?

Dr. Fernando: Olha, eu cheguei... cheguei até cabo né?... mas... não era aquilo que eu queria.

Rafael: Não houve o desejo de seguir carreira na Marinha?

Dr. Fernando: Não, não, não. Sai, voltei a trabalhar. Porque eu fiquei lá um ano e depois voltei a trabalhar no mesmo lugar, que era no laboratório de análises clínicas.

Rafael: Dos dois empregos, depois que o senhor começou a dar aula, já formado, o senhor...

Dr. Fernando: Não, aí aquela briga, porque quando eu saí... acho que em 90 e pouco e saí lá da... do... como é que chama lá? ... da clínica de repouso. Porque havia uma divergência entre a diretoria financeira e o corpo clínico. Apesar de que eles me tratavam muito bem. Mas ali eu não teria chance... Quando eu me formei (...) Eu falei "quer saber de uma coisa?"... saí, me convidaram para dar aula. Já dava aula, na universidade, no curso de Medicina e na Enfermagem (...), me convidaram para dar aula também em uma faculdade particular, onde dei aula por dez anos.

Rafael: Ah tá, o senhor deu aula em outras faculdades também?

Dr. Fernando: Dei aula até em outras cidades...

Rafael: Então o senhor teve uma carreira de docente também em várias faculdades...

Dr. Fernando: Em várias faculdades. Mas quando eu voltei para o esporte aí foi o negócio...quando eu voltei para o esporte eu larguei de dar aula em outras faculdades e fiquei só na Universidade de M..

Rafael: E treinando...

Dr. Fernando: E treinando. Não dá para fazer tudo, né?

Rafael: É. Essa volta para o esporte... parece ter sido algo bem importante para o senhor, né?

Dr. Fernando: Para mim foi porque, olha, até hoje... já treinei hoje, né? Treino todos os dias, né? Treino... quando é mais ou menos 6h30, vinte para as 6, já estou na piscina. Hoje eu fiz... hoje foi menos, hoje treinei duas horas e meia, mas ontem eu treinei quatro horas, me preparando para o mundial de másters. Nesse esporte, você tem que ter muita disciplina. Se você não for disciplinado não adianta (...). O meu objetivo é o mundial. Então você tem que treinar todo dia.

Rafael: É, parece ter sido bem importante essa volta, né?

Dr. Fernando: É, primeiro que eu tava gordo pra chuchu...

Rafael: E provou que depois dos 40 é possível voltar...

Dr. Fernando: Depois dos 40, você pode. Tudo com disciplina.

Rafael: Claro, né? Não dá para fazer nada irresponsavelmente...

Dr. Fernando: Nada, nada, nada. Tudo com disciplina. Não tem exagero. Não tem exagero."Ah porque eu quero que...". Não. Eu fiz o que eu tinha que fazer. Eu fiz... fiz.... fiz..., obtive boas marcas e alguns títulos no Brasil e na América do Sul.

Rafael: O senhor defende a importância do estudo, não é mesmo? Acredita que esse foi um fator fundamental para a sua vida?

Dr. Fernando: É, para mim, para mim eu acho que... o pessoal, né, vem conversar comigo... eu acho que para mim o esporte... eu estou com 81 anos... Tô bem, fisicamente, tenho uma equipe médica que me acompanha. É, tenho uma equipe médica que me acompanha, porque... faço exames, faço todos os exames, trabalho aqui dentro da universidade. Primeiro que a universidade ficou responsável pela minha volta. Então toda a equipe médica que trabalhou comigo desde aquela época continua trabalhando, então... estamos aí junto.

Rafael: Mas... O que deu mais prazer na sua vida, a carreira acadêmica, os estudos, o esporte... Ou, se são prazeres diferentes, como o senhor avalia isso?

Dr. Fernando: Olha, quando eu achei que devia estudar, fui estudar. Quis ser profissional da área, fui ser profissional da área... Tudo com certa disciplina, respeitando todo mundo. Mas, em todo setor da minha carreira, eu sempre tive sucesso na medicina e no esporte.

Rafael: O senhor acha que conseguiu...

Dr. Fernando: Consegui. Estou bem. Fisicamente bem, e...como fala... há...tenho bons amigos, bons relacionamentos, enfim... entendeu? Agora, sempre tem um determinado limite, você precisa saber respeitar... tudo, todas as pessoas, sabe? Para você ser respeitado.

Rafael: Sim, sem dúvida. O senhor considera, então, que essa coisa do respeito...

Dr. Fernando: É fundamental. Porque, tem pessoas que alcançam um degrauzinho lá e já pisam no pessoal de baixo. Infelizmente, aqui no Brasil é isso.

Rafael: O senhor presenciou muito isso durante sua vida?

Dr. Fernando: (Confirma).

Rafael: Teve de lidar bastante com esse tipo de situação?

Dr. Fernando: Olha, teve uma ocasião que eu estava escrevendo na lousa... eu estava trabalhando, tava escrevendo na lousa... entra uma aluna na sala... “Você sabe quem vai dar aula?”. Pô, se eu estou escrevendo na lousa... Falei “Não”. Ué, se eu estou escrevendo na lousa lá. Falei “não”. Ela ... tá fazendo Medicina...quando eu lembro... quando começou a aula, ela me viu na sala e não sabia onde botar... entendeu? Isso aqui (mostrando a cor da pele) pesa muito.

Rafael: A cor da pele? O senhor sofreu por causa disso? Como o senhor avalia isso?

Dr. Fernando: Olha (engasgando) tem lugares....

(Neste momento, apresenta dificuldades para continuar)

Rafael: Depende do meio?

Dr. Fernando: Do meio. Por isso, você precisa saber entrar, e saber sair.

Rafael: Mas o senhor avalia isso como uma dificuldade que teve de superar na vida? Sofreu muito preconceito?

Dr. Fernando: Não, olha, acontece o seguinte: eu sempre cheguei, falei o que eu quis, o que eu quero, e sempre fui respeitado. Agora, não é todo mundo que é assim (...) Agora, sempre andei de cabeça erguida, sem cometer nada de errado, senão tudo o que você conseguiu vai por terra. Isso em todas as áreas, né, tudo. Mas tudo bem. Aqui na universidade, todo mundo me trata muito bem. Sou muito, muito bem respeitado. Nesse comitê atual, o Dr. M. eu conheci como aluno, dei aula para ele. (...) Porque, eu faço o seguinte, (...) “ah, fica em casa, não sei o que, não sei o que”. É o que eu falo, a mulher, quando ela aposenta, ela trabalha mais em casa do que no serviço. O homem, se aposentar e ficar em casa, ele acaba morrendo. Não tem nada o que fazer...

Rafael: O senhor não tem esse desejo de abandonar a vida profissional?

Dr. Fernando: Não, não.

Rafael: O senhor se sente bem trabalhando?

Dr. Fernando: É melhor assim. Agora, não é todo mundo que gosta de...

Rafael: No caso do senhor, o senhor gosta...

Dr. Fernando: Não fumo, não bebo... tudo bem. Agora, não é porque eu não fumo e não bebo que as pessoas não podem beber e fumar. Cada um... hoje em dia a pessoa aprende isso, aprende isso, aprende isso, aprende isso. Você faz se você quiser. São duas coisas que eu sou contra... eu sou contra isso. Estatuto do menor. O país tem que ter um estatuto só. Só no Brasil é isso. E estatuto dos idosos. Eu, com 81 anos, não é porque eu chego lá... porque tem pessoas, né, idoso, que chega lá, pessoa lá na cadeira do idoso, que já manda sair o pessoal para poder sentar. Não é assim. Você tem que ter respeito. Tem que ter respeito. Então, eu sou contra isso: estatuto dos idosos e estatuto do menor. O país tem que ter um estatuto só, um estatuto só. Tem que ter um estatuto só, o país. Infelizmente só no Brasil acontece isso. Outros países não têm isso, Estados Unidos, outros países, você com catorze anos, você fez, você vai para a cadeia. Aqui não... ah, antigamente era a FEBEM, agora é a Fundação Casa. Fui dar várias palestras lá, entendeu? Mas, não tem jeito. Outra: menor não pode trabalhar... eu comecei a trabalhar com 14 anos de idade, tinha carteira de menor, uma carteirinha vermelha, eu tinha uma carteira de menor. Hoje em dia menor não pode trabalhar. Só pode trabalhar depois dos 16 ou 18 anos, não sei como é. E olha, não é trabalho, é fazer, como se fala, estágio, né? Não é trabalhar. E apanhar... levar uns tapas da mãe... agora, se a mãe ou o pai bater no menor, vai na polícia, o pai vai preso.

5.2.2. Dr. Fernando e a dureza da cor: Texto de Impactos Transferenciais

Fernando me recebe amigavelmente. Tom de voz baixo, fala calma, modos suaves. O clima é educado, ameno, sem ser particularmente afetuoso. Ele parece, no entanto, solícito, disposto a conversar. Sinto-me à vontade. Seu começo humilde, seus estudos, seus empregos, a vivência no esporte, tudo é

contado sem vergonha, de modo natural, não transparecendo angústia ou sofrimento. Suas conquistas, sem arrogância. Sinto-me interessado, vou perguntando. Fernando mostra uma felicidade contida, discreta, quando fala das vitórias no esporte durante a juventude e da entrada na Universidade. Mas é fácil perceber que são importantes para ele mesmo as derrotas. A falta de carona quando ia mal e a decisão de parar o esporte são mencionadas sem se alterar, sem grandes expressões emocionais.

Seus esforços, conciliar dois empregos, esporte, depois estudos, mestrado, a passagem a professor, são contados de um modo simples, com humildade até. O retorno ao esporte na maturidade já aparece com mais orgulho, como uma conquista importante, ainda presente. A conversa vai fluída, corre, eu me sinto tranquilo, vou perguntando, me envolvo, a interação é fácil. Os valores vão aparecendo: é preciso disciplina, é importante estudar e, acima de tudo, o respeito. O respeito é fundamental. Ser respeitado, respeitar.

Quando anuncia que não nasceu Doutor, que é preciso tratar a todos com respeito, do faxineiro ao reitor, Fernando é mais assertivo, decidido em seu tom de voz e postura. Quando conta das intrigas profissionais, parece triste, como se um valor fundamental da convivência humana houvesse sido traído. As emoções afloram de modo mais evidente. Sinto que é possível continuar e perguntar: é frequente, intriga ocorre sempre? Não. Fernando muda o foco, pega fotos, é melhor voltar para as conquistas. Voltamos então para a vida profissional, esporte, sucessos. E a disciplina.

O tom é novamente mais ameno, sem exaltação emocional. Mas Fernando já é mais assertivo, reafirma valores. Voltar para o esporte parece permitir uma expressão de felicidade maior. Mas tudo com disciplina. O respeito. Fernando diz que está bem, fisicamente, tem amigos, relacionamentos bons. Mas aí tem o limite. “Agora, sempre tem um determinado limite, você precisa saber respeitar... tudo, todas as pessoas sabe? Pra você ser respeitado...”

Sinto que fala de si, de sua vida, quer falar que sofreu. Diz que quem sobe um degrau pisa em que está embaixo. Arrisco perguntar: e o senhor viu

muito isso? Não verbaliza, confirma com a cabeça. Sinto-o triste. Mas pergunto, mais direto, se teve que lidar com situações de desrespeito. Conta a história: não foi reconhecido como professor. Conta com amargura, uma pontada de raiva, indignação. Ofendido. Passa o dedo indicador da mão direita sobre a mão esquerda, não nomeia, mostra: “Isso aqui pesa muito”. Parece desolado. Pergunto, com a maior delicadeza possível, se sofreu muito com isso. “Olha”... engasga, “tem lugares...” Sua voz falha, diminui, vai sumindo... Seu corpo parece desfalecer, se encolher.

Fernando parece à beira das lágrimas. Um silêncio pesado domina o ambiente. A angústia nos toma, a ambos. Tento continuar, depende do meio? Ele retoma a voz, mas mais melancólico: “você precisa saber entrar e saber sair”. Tento continuar e pergunto se sofreu muito preconceito na vida. Fernando se recompõe um pouco, se afirma mais, tem que andar de cabeça erguida. Mas sempre com cuidado, sem errar. Para que tudo não desabe...

Ele muda o foco da conversa. Eu sinto que não cabe voltar ao tema do racismo. Fernando está mais nervoso, se impõe, com raiva: não para de trabalhar, não se aposenta. A raiva cresce. Fernando se exalta, é contra estatuto do menor, estatuto do idoso. O tom é completamente diferente do início da entrevista. Fala mais alto, com ódio, rancor. Me pega de surpresa, até. Não sei como continuar. Somos interrompidos por uma terceira pessoa, que solicita Fernando. Encerramos a entrevista. Fernando, já mais calmo, se coloca à minha disposição, diz que se precisar de algo mais posso acioná-lo. Vou embora abalado, sentindo que entrei em contato com muita dor e angústia. A gente tem que saber respeitar certos limites.

Capítulo 6

Campos de sentido afetivo-emocional: reflexões e interlocuções

O presente capítulo se divide em duas partes: a primeira consiste na definição dos campos de sentido afetivo emocional, ou inconscientes relativos, produzidos interpretativamente; a segunda apresenta reflexões que eles suscitam, bem como um diálogo com interlocutores teóricos.

Parece-nos oportuno lembrar que o modelo de pesquisa adotado, vale dizer, a pesquisa empírica qualitativa com método psicanalítico, faz uso da psicanálise exclusivamente como método. Serviu-nos, aqui, para estudar os efeitos que um fenômeno social gera sobre a subjetividade daqueles que o padecem. Nada tem a ver, portanto, com outros trabalhos psicanalíticos, realizados como pesquisa universitária, na qual se parte e se chega ao nosso autor preferido, de Freud a Lacan, passando por Bion, Winnicott e tantos outros. Diferentemente, podemos afirmar que nossa *démarche* consiste em usar o método rigorosamente, sem saber de antemão com quais autores iremos dialogar. Como se verá, surpreendemo-nos, mas assumimos o fato de que Fanon (1952; 1961), que recém descobrimos e a cuja leitura nos dedicamos com afinco, revelou-se nosso interlocutor privilegiado. Assim, nossas reflexões se farão à luz de colocações fundamentais que ele soube bem articular sobre racismo e sofrimento.

A primeira parte do capítulo, que se concentra na definição dos campos de sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos, é necessariamente concisa, pois busca apresentar e caracterizar as regras lógico-emocionais sobre as quais os campos se organizam. Lembramos que eles foram produzidos a partir das sucessivas exposições ao áudio das entrevistas, do trabalho de transcrição e de elaboração dos Relatos de Entrevista e dos Textos de Impactos Transferenciais, recursos que permitiram criar/encontrar interpretativamente os campos de sentido que subjazem como substratos da experiência emocional. Essas interpretações resultam de um procedimento que

pode ser descrito, em linguajar inspirado no pensamento winnicottiano, como "criação/encontro" de sentidos, expressão que indica uma visão segundo a qual todo ato interpretativo tem caráter paradoxal, uma vez que simultaneamente ultrapassa e se mantém fiel ao material estudado.

Neste momento de nossa análise, colocamos as teorias sobre racismo entre parênteses, em suspensão fenomenologicamente inspirada, de modo coerente com a exigência imposta pelo método psicanalítico, de desapego a doutrinas pré-estabelecidas. Procuramos assim evitar a aplicação de ideias, categorias ou conceitos já predefinidos ao material empírico. Fomos guiados, no entanto, por nosso interesse de pesquisa na elaboração de nossas interpretações. Para facilitar a compreensão deste capítulo, retomamos aqui a informação anteriormente apresentada, qual seja, a utilização do que tem sido designado como estratégia encoberta (Proshanky,1967; Aiello-Vaisberg,1995) para a investigação sobre os efeitos do racismo. Lembramos que, ao lançarmos mão de estratégias de encobrimento, bastante produtivas quando pesquisamos questões de natureza delicada e polêmica como o racismo ou outras formas de discriminação e exclusão social, acabamos por favorecer o afloramento de muitos outros aspectos da experiência emocional dos participantes.

Se nosso objetivo fosse o conhecimento e o benefício imediato de personalidades individuais, como o fazemos na psicoterapia psicanalítica, certamente criaríamos/encontraríamos muitos outros campos, diversos daqueles que aqui selecionamos. Ou seja, produzimos interpretativamente tais campos porque estamos interessados na abordagem de uma personalidade coletiva, no caso, negros brasileiros que conseguiram superar dificuldades inerentes ao nascimento em famílias pobres e alcançar realizações profissionais que permitiram ascensão social.

Cabe aqui enunciar, clara e concisamente, duas percepções importantes que a presente pesquisa proporciona:

- 1) O racismo apareceu espontaneamente nas duas entrevistas aqui apresentadas, a partir dos próprios participantes, como questão

relevante, que gera efeitos na experiência emocional e na vida de ambos.

- 2) O racismo apontado pelos participantes é experimentado emocionalmente segundo estilos individuais e singulares de lidar afetivamente com a questão.

As reflexões e interlocuções que apresentaremos a seguir, a partir da definição dos campos de sentido afetivo-emocional produzidos, concentrar-se-ão na primeira dessas percepções, uma vez que abordamos os participantes como integrantes de uma personalidade coletiva e não em um contexto psicoterapêutico que privilegiaria exatamente o estilo pessoal de ser impactado e de responder mais ou menos integradamente, do ponto de vista emocional, à discriminação que vivenciam.

6.1. DEFINIÇÃO DOS CAMPOS DE SENTIDO AFETIVO-EMOCIONAL

Parece-nos importante lembrar que, diante do rico material constituído pelos Relatos de Entrevistas e pelos Textos de Impactos Transferenciais, cabem sempre múltiplas interpretações, por meio das quais poderiam ser gerados diversos campos de sentido afetivo-emocional. Contudo, dentre os possíveis campos, o pesquisador ou clínico que faz uso do método psicanalítico deve sempre operar seleções segundo algum critério. Como sabemos, na clínica ele é o do benefício, o mais direto e imediato possível, do paciente, levando em conta sua possibilidade de fazer uso construtivo, vale dizer, menos defendido e menos dissociado daquilo que lhe é comunicado. No caso da pesquisa, o critério de seleção dos campos de sentido afetivo-emocional se configura a partir do tema investigado. Desse modo, vimos que os participantes se colocaram em relação a inúmeras questões de sua experiência emocional e história de vida, mas vamos deixá-las como uma espécie de fundo, no qual as comunicações relativas ao racismo se colocarão como figura, focalizando assim as experiências emocionais frente a manifestações de racismo.

Produzimos, interpretativamente, dois campos de sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos, que denominaremos respectivamente “aprisionado pela aparência” e “com talento, esforço e competência”.

Aprisionado pela aparência

Designamos, sob a denominação "aprisionado pela aparência", um campo de sentido afetivo-emocional que se organiza a partir da percepção de que características físicas, notadamente a cor da pele, causam impacto instantâneo nas pessoas, gerando reações imediatas de julgamento e avaliação, que apreendem, classificam, discriminam, inferiorizam e humilham.

Com talento, esforço e competência

Designamos, sob a denominação "com talento, esforço e competência", um campo de sentido afetivo-emocional que se organiza a partir da crença de que o desenvolvimento de aptidões pessoais seria um caminho pelo qual o negro poderia obter reconhecimento e respeito.

6.2. Interlocuções

O quadro geral indica que o racismo é uma realidade presente na experiência emocional da personalidade coletiva estudada, gerando impactos importantes em sua subjetividade e modo de ser. Concorda, portanto, com aqueles que reconhecem que a sociedade brasileira não está livre do racismo. Mostra também que a ascensão social não implica no fim da discriminação, pois a personalidade coletiva considerada não é prioritariamente atingida por sua condição social de pobreza, de classe ou precariedade econômica, mas por seus traços e aparência física.

É importante lembrar aqui a perspectiva de Fanon (1952, 1961) de realizar um sociodiagnóstico do racismo, levando em consideração a dimensão social que condiciona o fenômeno. Nossos achados, portanto, não podem ser abstraídos do contexto maior em que estão inseridos, ou seja, o quadro geral do racismo brasileiro e das condições de colonialidade que criam sociedades divididas racialmente, seja esse racismo segregacionista ou universalista e assimilacionista. Além do mais, os dramas e as experiências humanas estão sempre situados em universos sociais, políticos, históricos e econômicos.

Desse modo, se o racismo pode ser constatado, não deve ser reduzido a uma dimensão puramente subjetiva. Ele se expressa, atua e exerce efeitos nessa área, mas existe para além dela, remetendo a questões estruturais da organização social. As dificuldades enfrentadas por nossa personalidade coletiva, portanto, devem ser entendidas como profundamente vinculadas ao quadro mais amplo em que ocorrem.

O campo “aprisionado pela aparência”, que subjaz às duas entrevistas realizadas, demonstra que essa personalidade coletiva percebe que ser negro no Brasil implica estar, de saída, submetido a desvantagens, a julgamentos e a avaliações negativas. Um aspecto fundamental aqui, a nosso ver, é o fato de termos constatado que o fenômeno se dá de modo instantâneo e imediato. Ou seja, não se expressa apenas e necessariamente por discursos discriminatórios que apelam para categorias raciais de modo explícito e abertamente violento. Muitas vezes não é sequer verbalizado. No entanto, é sentido. Em olhares, por exemplo. O olhar já pode estar carregado de juízo. “Me olhavam de um jeito meio...”, “me olhava torto”.

O racismo também pode ser não dito de outro modo, quando, por exemplo, a pessoa não é reconhecida por estar na posição que conquistou, como se aquele lugar não lhe fosse “naturalmente” destinado. Aqui também não há um ataque direto e franco, mas as consequências emocionais podem ser extremamente danosas. Percebe-se que, neste caso, o julgamento e a avaliação que discrimina e inferioriza não está exclusivamente no nível discursivo; ela é quase um “senso comum” atuado. Tudo isso, repetimos, é sentido por nossa personalidade coletiva.

É nessa perspectiva que o campo de sentido afetivo-emocional “aprisionado pela aparência” se organiza a partir de uma percepção de que, em decorrência de suas características físicas, concretamente a cor da pele, nossa personalidade coletiva já está imediatamente imersa em um mundo no qual a simples presença causa impactos experimentados como negativos.

O racismo pode também, é claro, ser expresso verbalmente, de um modo mais claro e explícito, como quando se pergunta “O que esse negrão quer aqui?”. O efeito, no entanto, é semelhante, no sentido do que produzem em nossa personalidade coletiva

Mas, voltemos aos olhares julgadores. É este, curiosamente, o ponto de partida de Fanon (1952) em suas reflexões sobre a experiência vivida do negro. A partir de um fato aparentemente corriqueiro – um garoto lhe aponta na rua e diz para a mãe “Olhe, um preto!”, expressando em voz alta o que os adultos transmitem apenas com os olhos – Fanon passa a discorrer sobre o tipo de objetivação e esquematização a que é submetido em uma sociedade racista. Essa o aprisiona, rouba-lhe o sentido de si, ataca sua estrutura ontológica, seu ser. É, diz ele, como se o sentido já estivesse lá, preexistente, esperando-o. Todos os mitos e lendas racistas em relação ao negro – no contexto em que escreve, o fetichismo, a mentalidade primitiva, as taras raciais, etc. – já estão imediatamente implicados e presentes nas situações mais cotidianas. Fanon (1952), no entanto, indica que os conceitos ou as ideias o atacam não apenas em um nível mental, objetivo, externo. É seu próprio esquema corporal, o ser e habitar o próprio corpo, que é atingido. Assim, sente surgir, abaixo do esquema corporal, um esquema histórico-racial. A vivência do próprio corpo passa a ser uma atividade de negação, um conhecimento em terceira pessoa, reinando em torno deste uma atmosfera densa de incertezas. Nesse sentido, Fanon (1952) sente que:

Sou sobredeterminado pelo exterior. Não sou escravo da ‘ideia’ que os outros fazem de mim, mas de minha aparição. (Fanon, 1952, p 108)

Ora, claro está que na sociedade brasileira atual o racismo não se expressa em termos tão abertos quanto os descritos acima. Os resultados, entretanto, podem ser análogos: vimos, por exemplo, que em nossa personalidade coletiva a própria pele, a própria cor, pode ser descrita como “isso”, algo que “pesa muito”. Acompanhando o pensamento de Guimarães (1999) sobre o preconceito de cor como forma histórica particular de discriminação opressora aos negros brasileiros, reflexão que aponta não haver nada natural no fenótipo que o erija como um marcador social espontâneo de diferença, parece-nos que só em uma sociedade racista, que atribui valoração depreciativa para a cor de pele descrita como negra, tal relação de rejeição com a própria aparência pode surgir.

Ainda em outro ponto podemos seguir as considerações de Fanon (1952) no que se refere ao paradoxo da racionalidade em um mundo racista. Escrevendo em um período histórico em que as teses do racismo científico sobre a inferioridade biológica do negro já eram tidas como erros de avaliação, sem fundamentação na realidade, ele percebe que a razão está ao seu lado. Nada o impede de ser homem entre os homens. Sua humanidade está assegurada, pode finalmente habitar um espaço aberto com os outros, como igual. No entanto, percebe que, quando embarca em um trem, os lugares ao seu redor ficam vagos, sendo cuidadosamente evitados. Sente que continua a ser tratado de modo diferente, que continuam indicando-lhe que deve “saber o seu lugar”. Que, apesar de tudo:

O mundo branco, (...) rejeita minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, me encolhesse. (Fanon, 1952, p.107)

Fanon (1952) relata, assim, a perturbação de estar exposto a algo que lhe aparece como irracional. Se a ideologia que justificava o racismo científico havia caído, se nenhum fato natural justificava sua inferioridade, como explicar que ele continuasse sendo odiado, desprezado? Como explicar que sua

participação no mundo continuasse a ser rejeitada, tolhida, menosprezada? Suas tentativas de superar o racismo a partir da compreensão racional, do plano universal do intelecto, eram constantemente frustradas, atacadas pela experiência concreta, entrando assim em colapso.

Em nossa personalidade coletiva, e novamente considerando a diferença entre tipos de racismo, pudemos encontrar algo parecido. Os apelos racionais a uma humanidade comum, à solidariedade, à religião, ao respeito como valor fundamental da convivência humana, parecem encontrar um limite paradoxal frente à percepção de que a discriminação existe, é sentida, vivida. Razão e experiência emocional podem, assim, entrar em conflito.

O campo de sentido afetivo-emocional, ou inconsciente relativo, que denominamos “com talento, esforço e competência”, organizado a partir da crença de que o desenvolvimento de aptidões pessoais pode ser um caminho pelo qual o negro poderia obter reconhecimento e respeito, parece indicar uma tentativa de enfrentar e superar esse paradoxo, por meio da ação no mundo. Isso exige, no entanto, um esforço monumental: é preciso ser muito bom, impecável, para que o racismo não se torne uma questão, para que “não incomode”, para que tudo não desabe.

Os achados nesse campo concordam com outras pesquisas feitas sobre os impactos subjetivos do racismo. Em trabalho realizado para estudar e compreender as consequências do racismo na saúde mental da população negra brasileira, Guimarães e Podkameni (2008) indicam que a exposição ao ambiente de nossa sociocultura, caracterizada pela discriminação e intolerância racial, provoca um esforço excessivo na manutenção e na realimentação do que Winnicott (1971) designa espaço potencial. Esses autores também indicam as situações paradoxais a que a população negra é submetida – o que, segundo eles, acaba por perturbar o processo de amadurecimento e criar situações conflituais traumatizantes.

De todo modo, voltando para o nosso campo e para a crença a partir da qual se organiza, nos deparamos com alguns problemas e limitações. Além de exigir uma tensão subjetiva constante, tal postura limita os esforços de

superação do racismo ao campo individual. Não parece haver espaço, portanto, para a busca de soluções coletivas, que visem chegar às causas – sociais – do problema, ao invés de apenas atenuar seus efeitos.

Esse campo pode ser articulado, a nosso ver, com um imaginário social que tende a negar ou subestimar o racismo mediante um estratagema que quer reduzi-lo a conflitos de classe ou à discriminação enfrentada pelos mais pobres por sua condição social, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades socioeconômicas. Sem minimizar a degradante condição de pobreza a que são submetidos muitos brasileiros, entre os quais encontramos uma grande porcentagem de negros – o que é obviamente um problema enorme e urgente – pensamos que este imaginário pode reforçar esperanças de que a ascensão social eliminaria, por si só, a humilhação e traria o respeito, ecoando as concepções que acreditam que o negro não é discriminado por ser negro, mas por ser pobre.

É claro que a busca de realização pessoal, que pode incluir ascensão social, é legítima. Entretanto, os episódios de discriminação vivenciados por nossa personalidade coletiva, mesmo em espaços já conquistados profissionalmente, revelam que a ascensão social individual não impede o exercício do racismo. Ela pode até ser interpretada, pela sociedade, como um tipo de transgressão. Na verdade, mesmo sendo tolerado, nos espaços sociais que conseguiu penetrar, o negro pode continuar sendo considerado um intruso, ou estar ali “apesar” de ser negro. Claro está, também, que somente em uma sociedade racista isso pode ocorrer, dando margem a perguntas como “o que esse negrão quer aqui?” ou à crença de que “naturalmente” um negro não possa ocupar a posição de professor.

Em suas reflexões sobre a colonialidade do ser, Maldonado-Torres (2007, 2008), em estreito diálogo com as teorizações de Fanon (1952), indica que um dos aspectos que caracteriza a experiência do negro na modernidade é a conjunção da invisibilidade com a hipervisibilidade. Ou seja, ou o negro é invisibilizado, seja na história ou na sociedade – por exemplo, relegado às periferias e aos espaços marginalizados – ou se torna hipervisível, especialmente quando está em uma posição em que supostamente não

deveria estar. Esses dois modos o objetivam e esquematizam, o prendem em lugares e avaliações pré-ordenadas, como exemplificadas em nosso primeiro campo.

Claro que esses fatores não são independentes da divisão de classes da sociedade. Como aponta Guimarães (1999), no Brasil a linguagem de classe e cor foi historicamente utilizada de modo racializado, com o negro vindo a ser associado no imaginário social com a pobreza. O que estamos defendendo é que a relação entre racismo e classe social não é mecânica, e para combater o racismo devemos investigar como essas dimensões se entrelaçam e se reforçam mutuamente, de modo complexo, sem reducionismos.

Portanto, e retornando a Maldonado-Torres (2007, 2008) e ao conceito de colonialidade – do poder, do saber e do ser – devemos entender como o racismo se produz na articulação de condições materiais, representações simbólicas e dinâmicas existenciais, produzindo subjetividades que são socialmente subalternizadas. É nesse sentido que acreditamos que a ascensão individual não dá conta de combater e superar o racismo. São necessárias estratégias e mudanças mais profundas, que envolvam maior número de atores sociais.

Em nossa atual organização social, perdurarão para o negro, mesmo quando ascende socialmente, experiências emocionais de humilhação e de injustiça, que não derivam de condições psíquicas internas e que nada têm a ver com fantasias ou desejos individuais, mas que são fruto de interações inter-humanas que reproduzem dolorosamente, no cotidiano, amplos movimentos políticos de exploração e de uso instrumental de expressivas parcelas dos habitantes deste planeta por parte dos grupos dominadores.

Em outros termos, as desigualdade e opressões, bem como as questões políticas e econômicas, concretizam-se como traumas e padecimentos que dilaceram aquilo que, na esteira das formulações winnicottianas, podemos designar a aspiração básica de sentir-se vivo, real e capaz de gestualidade espontânea, criadora e transformadora de si e do mundo. Segundo esse autor, não basta sobreviver, sendo necessário poder sentir que a vida vale a pena, o

que é algo evidentemente incompatível com a humilhação, a injustiça, a opressão e o desamparo.

Finalizamos recordando um episódio relatado na biografia de um dos maiores músicos brasileiros, Alfredo Rocha Viana Filho, o Pixinguinha (Oliveira e Silva, 1998). Descrito como músico admirado por Villa-Lobos, Stokowski, Casals, Vinícius de Moraes, João de Barro, Tom Jobim, Radamés Gnattali e outros grandes nomes da música instrumental, popular e clássica (Carrasqueira, 1997), não poucas vezes viveu episódios racistas. Um acontecimento bastante conhecido de sua biografia, datado de 1922 e que ocorreu após uma exitosa turnê em Paris, diz respeito ao convite recebido para tocar no Copacabana Palace, acompanhado de seu já famoso conjunto “Oito Batutas”. Ao chegar, o porteiro lhe barra a entrada, obrigando-o a utilizar a porta de serviço. Mantendo a cortesia, o funcionário teria dito lamentar a existência da proibição do uso da entrada social por negros. O maestro responde que também lamenta o fato, mas compreende que são ordens superiores. A história ainda inclui o caso de um dos integrantes do conjunto, o Donga, ter reagido de modo diferente, contestando em voz alta, enquanto atravessava a cozinha, dizendo frases do tipo “que absurdo, que vexame, que vergonha!” Pixinguinha resolve colocar um ponto final na questão e, dizendo a ele que lamentava o ocorrido, fala que o assunto deve ser encerrado. Donga se cala, porém sugere que tantos lamentos deveriam ser transformados em uma composição. Teria nascido assim a canção “Lamentos”, uma das mais belas páginas do choro brasileiro.

Na situação vivida por Pixinguinha, notamos também aspectos do campo “com talento, esforço e competência”. Talvez, no seu caso, devêssemos acrescentar “com genialidade”. A crença de que alcançar o sucesso popular e o reconhecimento de músicos de primeira grandeza seria um caminho de superação dos sofrimentos humilhantes pode se perder em um minuto, diante de um porteiro que não enxerga o grande maestro, mas sim “um negrão que quer entrar pela porta da frente”. Observamos, nesse episódio, que não é difícil ser expulso momentaneamente do campo “com talento, esforço e competência” para cair num campo que se define como “aprisionado pela aparência”. Afinal,

o porteiro viu o grande Pixinguinha do mesmo modo como Fanon (1952) foi visto pela criança branca.

Finalizando, lembramos que essas interações inter-humanas não se fazem no vazio. Não estamos diante do simples embate entre pessoas psicologicamente preconceituosas e mal resolvidas e outras de melhor caráter. Ou seja, não se trata da pura exteriorização do que se passa em mundos psíquicos internos, relativamente descolados das condições sociais de vida. Lidamos, na verdade, com reverberações de um passado-presente, drama maior que Maldonado-Torres (2007) identifica como colonialidade do poder, do saber e do ser, que se atualiza repetidas vezes e que clama por transformação.

Capítulo 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caracterizada como estudo exploratório sobre os efeitos do racismo na experiência emocional de negros brasileiros que conheceram relativa ascensão social, a presente dissertação pode chegar à conclusão que o racismo é uma realidade presente e importante na vida da personalidade coletiva pesquisada.

O exame da constituição do racismo como problema e objeto de pesquisa no Brasil permitiu caracterizar as peculiaridades e complexidades do assunto no contexto nacional, bem como apontar para a relevância de estudos sobre o tema. O racismo se apresenta como um problema a ser investigado e confrontado por múltiplos ângulos de análise, e é um tópico que vem ganhado destaque nas discussões da sociedade civil, na produção acadêmica e na esfera governamental.

A necessidade de elaborar um enfoque investigativo que permitisse uma compreensão ampla do fenômeno nos levou à busca de referências teóricas e metodológicas, que pudessem fornecer subsídios para o delineamento do projeto de pesquisa. O conceito de colonialidade, a obra de Frantz Fanon (1952; 1961) e os princípios metodológicos da psicanálise concreta nos permitiram uma base que orientou a investigação. Uma apreciação inicial, mas suficiente para o escopo do mestrado, da produção da área da psicologia sobre o tema, tanto no âmbito de artigos nacionais, como das produções em língua inglesa, permitiu-nos situar melhor nosso trabalho no contexto do debate científico contemporâneo, para o qual nossa disciplina pode trazer subsídios relevantes.

Baseados nos referenciais metodológicos da psicanálise, realizamos uma pesquisa empírica com dois homens negros, que conheceram relativa ascensão social. Para tanto, utilizamos uma estratégia encoberta de investigação, solicitando que os participantes nos contassem suas história de vida, de forma a descobrir: 1) se o racismo aparece como evento relevante em

sua experiência emocional; 2) a partir de que campos de sentido afetivo-emocional ou inconscientes relativos se organizaria tal experiência.

Diante do material empírico, chegamos à conclusão de que o racismo aparece como uma realidade importante na história dessas pessoas e gera impactos relevantes para sua subjetividade e seu modo de ser, sendo causador de sofrimentos.

Adotando a perspectiva da psicanálise concreta, não consideramos fundamental o detalhamento minucioso, eventualmente encontrado em certos tipos de pesquisa fenomenológica, sobre como seria experimentada esta dor em nível individual. Tampouco nos interessamos por teorizações distanciadas da experiência, à moda da metapsicologia freudiana, voltadas à abordagem da angústia e do sofrimento como processos psíquicos que poderiam ser descritos em termos dinâmicos, tópicos e econômicos. Não vemos utilidade nesse tipo de construção abstrata característica da psicanálise clássica, que segue o modelo pulsional (Greenberg e Mitchell, 1984).

Outro é o nosso posicionamento, comprometido com a articulação com aquilo que é cotidianamente vivido como experiência emocional sofrida, por indivíduos e coletivos, clamando por superação e transformações que só se efetivarão a partir de atos e gestos concretos e em contextos mais amplos de organização. Assim, fugimos tanto da abstração psychologizante quanto da abstração filosófica discursiva que, embora analise com precisão, se mantém impotente, sendo que nenhuma delas contribui para a superação do racismo e de outras formas de opressão.

Seria pertinente nos indagarmos, neste fechamento, sobre as formas como a psicologia pode participar de modo produtivo para a resolução de problemas tais como o racismo. O assunto é vasto, de modo que não faremos mais do que algumas observações. Distinguimos, neste sentido, dois caminhos, a nosso ver complementares. De um lado, pensamos que trabalhos como o presente podem trazer subsídios para a clínica contemporânea dos sofrimentos sociais, enquanto, de outro, entendemos que a própria produção de conhecimento sobre a experiência emocional daqueles que são atingidos

pela discriminação pode ser útil, contribuindo para debates que devem envolver não apenas cientistas, mas também a sociedade civil e os movimentos sociais.

No plano da clínica psicológica, pensamos em termos de práticas diferenciadas, uma vez que usamos o mesmo método psicanalítico, de abertura para o estabelecimento de contato com a experiência emocional, deslocando-o ligeiramente, segundo as indicações de Bleger (1963) e Herrmann (1979), no sentido de não postular um psiquismo isolado para concebê-lo como algo que se dá entre pessoas individuais e coletivas. O inconsciente seria, nessa perspectiva, um conjunto de ambientes humanamente produzidos, que se consagram como lugares em que vivemos (Winnicott, 1971). Ao deslocar o método, também deslocamos o inconsciente e transformamos a clínica psicológica radicalmente, abandonando práticas de culpabilização individualizante por outras de reconhecimento de traumas de origem social. Nesta clínica, a culpa cederá espaço para o cuidado relativo aos sofrimentos de injustiça, humilhação, desamparo e cerceamento de liberdade.

No plano do debate contemporâneo sobre o racismo, que é uma das formas de opressão causadoras de sofrimento social, a contribuição da psicologia nos parece fundamental por conferir um tipo muito específico de visibilidade ao fenômeno. Trata-se, a nosso ver, de descrever e compartilhar experiências para tornar o problema mais humanamente tangível, sensibilizando, criando empatia, conspirando, enfim, contra visões cínicas, cada vez mais frequentes no mundo neoliberal, e que buscam a diminuição do sofrimento humano apenas quando este não contraria a lógica do mercado.

Finalizamos avaliando positivamente o trabalho que realizamos, conscientes de que cumpre exigências iniciais de um longo processo de formação como pesquisador. Todo o percurso serviu-nos para confirmar um comprometimento com o problema do racismo em si e com o rigor requerido pela pesquisa qualitativa com o método psicanalítico. Assim, acreditamos ter construído um ponto de partida suficiente para a proposição de um novo projeto que nos permita prosseguir e aprofundar o estudo da mesma temática.

Referências bibliográficas

Acevedo, C. R. et al. (2010). Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. *Psicologia Política*, vol. 10, nº 19. p. 57-73, jan./jun.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1995). O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: projeção e transicionalidade. *Psicologia USP*, São Paulo, v.6, nº 2, p. 103-127.

Alencastro, L. F. (2000). *O trato dos viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras.

Ambrosio, F. F. (2013) *O estilo clínico Ser e Fazer na investigação de benefícios clínicos de psicoterapias*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Ambrosio, F. F.; Cia, W. C.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). “O Acidente de Flic”: a apresentação do acontecer clínico como narrativa brincante. In *Anais da VIII Jornada APOIAR – Promoção de vida e vulnerabilidade social na América Latina: reflexões e propostas*. São Paulo, IPUSP, v. 01, p. 263-272.

André, M. C. (2007). Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o “ser negro” no Brasil. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, Ano XXVII, nº 2/07, p. 87-102.

Andrews, G. R.(1997). Democracia racial brasileira 1900 – 1990: um contraponto americano. *Estudos Avançados*, 11 (30), p. 96-115.

Ávila, C. F.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008). Qual é o lugar do aluno com deficiência? *Paideia*, 18 (39), p. 155-164.

Azerêdo, S. (2002). O político, o público e a alteridade como desafios para a Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22 (4), p. 14-23.

Azevedo, C.M.M. (1987). *Onda negra, medo branco – O negro no imaginário das elites: Século XIX*. São Paulo, Editora Paz e Terra.

Barcelos, T. F.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). A gravidez precoce no imaginário coletivo de adolescentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12 (1), p. 85-96.

Barreto P. C. S. (2008). O racismo brasileiro em questão: temas relevantes no debate recente. IN: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del outro*, compilado por Gladys Lechini; editado por Diego Buffa y María José Becerra. Córdoba, 1ª ed., Ferreyra Editor; Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 35-52.

Barreto, M. A. M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2007). O tornar-se adulto no imaginário coletivo de adolescentes interioranos. *Psicologia em Revista*, 16 (2), p. 310-329.

Bercherie, P. (2004). *Histoire et structure du savoir psychiatrique*. Paris, L’Harmattan, Kindle Edition.

- Bleger, J (1988) *Psicoanálisis y dialética materialista*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión. Original publicado em 1958.
- Bleger, J. (1963) *Psicologia de la conducta*. Buenos Aires, Paidós, 1977.
- Bosi, E. (2005) *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 11^a ed.
- Bulhan, H. A. (1985). *Frantz Fanon and the Psychology of Oppression*. New York., Plenun Press.
- Cabreira, J.C.; Pontes. M. L. S.; Tachibana, M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2007). O imaginário coletivo de adolescentes sobre a adolescência no mundo atual. Trabalho apresentado na I Jornada de Psicanálise e Fenomenologia, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Recuperado em 26/04/2013. <http://serefazer.psc.br/wp-content/uploads/2012/10/Texto-I-Jornada-Psicanalise-e-Fenomenologia.pdf>
- Câmino, L. et al. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, ano 1, vol.1, nº 1, p.13-36.
- Campos, E. B. V. (2009). *Representação e afeto no segundo modelo tópico e pulsional freudiano*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Carrasqueira, M. J. (1997). *O melhor de Pixinguinha*. Rio de Janeiro, Irmãos Vitale.
- Césaire, Aimé. (2011). *Discours sur le colonialisme*. Paris (1955). Présence Africaine.
- Chaves, E. S. (2003). Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da Psicologia Social brasileira. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, nº 2, p. 29-37.
- Costa, S. (2001). A mestiçagem e seus contrários – etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, S. Paulo, 13 (1): p. 143-158, maio.
- D'Adesky, J. (2001). *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas Editora.
- Dahia, S. L. M. (2008). A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, nº 3, p. 697-720, set./dez.
- Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (2005) *Qualitative Research*. London, Sage.
- Devereux, G. (1967) *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Trad. H. Sinaceur. Paris, Aubier, 1980. Original em inglês.
- Domingues, P (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online], vol.12, nº 23, p. 100-122.
- Dzidzienyo, A. (1971). *The position of blacks in Brazilian society*. Londres, Minority Rights Group.
- Fanon, F. (2005). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, Ed. UFJF. Reimpressão atualizada 2010.

- Fanon, F. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de Maria Adriana da Silva Caldas. Salvador, Livraria Fator.
- Fantini, J. A. (2012). Aquarela da intolerância: racialização e políticas de igualdade no Brasil. *Leitura Flutuante*, nº 4, p. 59-84.
- Faro, A.; Pereira, M. E. (2011). Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia*, 16(3), p. 271-278, set-dez.
- Fernandes, F. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Editora Nacional.
- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Editora Difel.
- Ferreira, J. C.; Vaisberg, T. M. J. A. (2004). O que era vidro quebrou-se. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, Porto, Portugal, v. 6, nº 1, p. 75-86.
- Ferreira, R. F. (2002). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia & Sociedade*, 14 (1), p. 69-86, jan./jun.
- Ferreira, R. F.; Camargo, A. C. (2011). As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (2), p. 374-389.
- Fialho, A. A.; Aiello-Fernandes, R.; Montezi, A. V.; Aiello-Vaisberg T. M. J. (2012). O imaginário coletivo de estudantes sobre a África: um estudo preliminar. In *Proceedings of the 1st. Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros Anais do Primeiro Colóquio Internacional Culturas Jovens Afro-Brasil América: Encontros e Desencontros*. São Paulo. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000132012000100002&lng=en&nrm=iso.
- Fontanella, B. J. B. et al. (2006). Data collection in clinical-qualitative research: use of non-directed interviews with open-ended questions by health professionals. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(5), p. 812-20.
- Fontanella, B. J. B. et al. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 27(2), p. 389-394.
- Foster, D. (1999). *Racism, Marxism, psychology. Theory & Psychology*. Sage Publications, vol. 9(3), p. 331-352.
- Franca, D. X.; Monteiro, M. B. (2004). A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, vol.22, nº 4, p.705-720, out.
- Freud, S. (1900). *La interpretación de los sueños*. Obras Completas. Trad. J. Ballesteros y Torres. Madrid, Biblioteca Nueva, 1948.
- Freud, S. (1923) Two encyclopedia articles. Trad. James Strachey. *International Journal of Psycho-Analysis*, 23,97, p. 107,1942.
- Freyre, G. (2006). *Casa Grande e Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Recife, Global Editora. (Original de 1933).
- Godinho, R. O. (2009). Normas e redistribuição: um estudo sobre condicionantes internacionais das políticas de combate ao racismo no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52 (1), p. 71-88.

- Goldman, L. (1974). El sujeto de la creación cultura. In: Varios Sociologia contra psicoanalisis. Barcelona, Martinez Roca.
- Gorender. J. (2000). Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou. São Paulo, Editora Senac.
- Gorender. J. (2010). *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. Original publicado em 1978.
- Granato, T. M. M.; Russo, R. C. T.; Vaisberg, T. M. J. A. (2009). O uso de narrativas na pesquisa psicanalítica do imaginário de estudantes universitários sobre o cuidado materno. *Mudanças (IMS)*, v. 17, p. 43-48.
- Greenberg, J.; Mitchell, S. A. *Object relations in psychoanalytic theory*. Cambridge, Harvard University Press, 1984
- Guimarães, A. S. A. (2012). Cidadania e retóricas negras de inclusão social. *São Paulo, Lua Nova*, 85, p. 13-40.
- Guimarães, M. A. C. (2001). A Questão Racial na Política Brasileira (Os Últimos Quinze Anos). *São Paulo, Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 13 (2), p. 121-142.
- Guimarães, M. A. C. (2004). O Projeto UNESCO na Bahia. Comunicação ao Colóquio “O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos Racial – Modos, temas e tempos. São Paulo, Cortez Editora
- Guimarães, M. A. C. (2004). Preconceito de Cor e Racismo no Brasil. *São Paulo, Revista de Antropologia, USP*, v. 47, p. 9-43.
- Guimarães, M. A. C. (2008). Preconceito Guimarães, A. S. A (1999). *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- Guimarães, M. A. C.; Podkameni, A. B. (2008). A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: Projeto Mãe-Criadeira. *São Paulo, Saúde e Sociedade*, v.17, nº 1, p.117-130.
- Guimarães, M. A. C. (2001). *A rede de sustentação: um modelo winnicottiano de intervenção em saúde coletiva*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Gutman, G. (2007). Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 10, nº 4, p. 711-728, dez.
- Hasenbalg, C. A. (1979). Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Graal.
- Hasenbalg, C. A.; Silva, N. V. (1988). *Estrutura Social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, Editora IUPERJ.
- Herrmann, F (1989). Interpretação: a invariância do método nas várias teorias e práticas clínicas. In: Figueira, S. A. (org.) *Interpretação: sobre o método da psicanálise*. Rio de Janeiro, Editora Imago, p. 13.
- Herrmann, F. (1979). *O Método da Psicanálise*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Herrmann, F. (2001). *Andaimos do real: Psicanálise do cotidiano*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

- Herrmann, F. (2004). Pesquisando com o método psicanalítico. In: F. Herrmann e T. Loewenkron. Pesquisando com o método psicanalítico. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Hofsbauer, A. (2006). Ações afirmativas e debate sobre o racismo no Brasil. São Paulo, Lua Nova, 68, p 9-56.
- Hofsbauer, A. (2003). O conceito de “raça” e o ideário do branqueamento no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria e Pesquisa, 42 e 43, p. 63-110.
- Ianni, O. (1978). Escravidão e Racismo. São Paulo, Editora Hucitec.
- IPEA. (2009). A construção de uma política de promoção de igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Organizadora: Luciana Jaccoud. Brasília, IPEA.
- Kirk, J.; Miller, M. L. (1986). Reliability and validity in qualitative research. London, Sage.
- Laplanche, J.; Pontalis, J. B. (1967). Vocabulário de psicanálise. Lisboa, Moraes Editora.
- Lima, M. E. O.; Vala, J. (2002). Sucesso social, branqueamento e racismo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, 2004, vol. 20, nº 1, p. 011-019, jan-abr.
- Lima, M. E. O.; Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de Psicologia, 9(3),p. 401-411.
- Maggie, Y. (2008). Pela igualdade. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3), p. 424, set-dez.
- Maggie, Y.; Fry, P. (2004). A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. Estudos Avançados, 18 (50).
- Maio, M. C. (1999). O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, nº 41, p 141-159.
- Maldonado-Torres, N. (2007). On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. Cultural Studies, 21:2, p. 240-270.
- Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, p. 71-114.
- Martins, D.F.G. (1998). Representações de endocrinologistas e obesos sobre tratamento da obesidade. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Martins, P. C. R.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Dificuldades sexuais masculinas e imaginário coletivo de universitários: um estudo psicanalítico. Barbarói, v.31, nº 2, p.19-35.
- Martins, P. C. R.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2010). “Será que ele é?” Imaginário coletivo sobre homossexualidade. Perspectiva (Erexim), v.33, p.43-52.
- Masiero A. L.(2005). A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). Estudos de Psicologia, 10(2), p. 199-206.

- Mignolo, W. (2002). The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, vol. 101:1, Duke University Press.
- Mignolo, W. (2010). *Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires, Ediciones Del Signo.
- Moraes, V. (1997). *Letra de Lamentos*. In M.J.Carrasqueira. O melhor de Pixinguinha. Rio de Janeiro, Irmãos Vitale.
- Nunes, A. V. L.; Camino, L. (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade*; 23 (1), p. 135-143.
- Nunes, S. S. (2006). Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP*, 17(1), p. 89-98.
- Oliveira Filho, A.; Silva, M. T. B. (1998). *Pixinguinha: Filho de Ogum Bexiguento*. São Paulo, Gryphus.
- Oliveira Filho, P. (2005). Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. *Estudos de Psicologia*, 10(2), p. 247-253.
- Oliveira Filho, P. et al. (2010). Racialismo e antirracialismo em discursos de estudantes universitários. *Psicologia Política*. vol. 10. nº 19, p. 25-40, jan./jun.
- Oliveira, C. M. (2002). Pluralidade racial: um novo desafio para a Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(4), p. 34-45.
- Oliveira, M. L. P. et al. (2009). Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2), p. 266-274.
- Orange. D. (1995). *Emotional understanding: studies in psychoanalytic epistemology*. New York, Guilford Press.
- Painter, D. et al. (2006). Critical psychology in South Africa: histories, themes and prospects. *Annual Review of Critical Psychology*, 5, p. 212-235, www.discourseunit.com/arcp/5.
- Park, I. (2006). Qualitative research. In: P. Banister et al, *Qualitative methods in Psychology: a research guide*. London, Open University Press.
- Pereira, A. A. (2013). *O mundo negro – Relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas Editora, FAPERJ.
- Pereira, C. et al. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), p. 95-107.
- Pereira, M. E. et al. (2011). Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo. *Psicologia & Sociedade*, 23 (1), p. 144-153.
- Pettigrew, T. F. (2004). The social science study of American race relations in the 20th Century. In: *Social Psychology of prejudice: Historical and contemporary issues*. Edit by Christian S. Crandall, University of Kansas; Mark Schaller, University of British Columbia. Lewinian Press.

- Pires, A. M. L. T. (2010). El prejuicio racial en Brasil: medidas comparativas. *Psicologia & Sociedade*; 22 (1), p. 32-42.
- Plotkin, M. (2009). Psicoanálisis y habitus nacional: un enfoque comparativo de la recepción del psicoanálisis en Argentina y Brasil (1910-1950). Bogotá (Colômbia), *Memória Social*, 13 (27), p. 61-85.
- Politzer, G. (1928). *Crítica dos fundamentos da Psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Editorial Unimep, 2004, 194p.
- Pontes, M. L. S.; Cabreira, J. C.; Ferreira, M. C.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008). Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva. *Psicologia em Estudo*, 13(3), p. 495-502.
- Proshansky, H. M. (1967). Las técnicas proyectivas en la investigación operativa: diagnóstico y medición encubiertos. In: Abt, L. E.; Bellak, L. *Psicología Proyectiva*. Buenos Aires, Paídos.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, vol. XI, nº. 2, p. 342-86.
- Quijano, A. (2000). Coloniality of Power, eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, vol. 1, nº 3, p. 533-580.
- Renault, E. (2004). *L'Expérience de l'injustice. Reconnaissance et clinique de l'injustice*. Paris, La Découverte, Kindle, 2013.
- Renault, E. (2008). *Souffrances sociales. Sociologie, psychologie et politique*. Paris, La Découverte.
- Richards, G. (1997) 'Race', racism and psychology: Towards a reflexive history. London, Routledge.
- Roso, A. et al. (2002). Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 14 (2), p. 74-94, jul./dez.
- Roudinesco, E. (ano?). Présentation. In: R. Majos (org), *Etats généraux de la psychanalyse*. (2003). Juillet 2000. Paris, Aubier Montagne.
- Russo, R. C. T.; Couto, T. H. A. M.; Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre pessoas com deficiência. *Psicologia e Sociedade*, 21 (2), p. 250-255.
- Santos, A. O. et al. (2012). *Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32 (num. esp.), p 166-175.
- Scharwcz, L. M. (1993). O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras.
- Scharwcz, L. M. (1994). Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, vol. 8 (20), p 137-152.
- Scharwcz, L. M. (2012). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo, Claro Enigma, 1ª ed.
- Schucman, L. V.(2010). Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, vol. 10, nº 19, p. 41-55, jan./jun.

Silva, M. E. L. (1993). Pensar em psicanálise. In: Silva, M. E. L. (org). Investigação e psicanálise. Campinas, Papirus.

Simon, R. (1993). Pesquisas combinando técnicas projetivas e psicanálise. In: Lino da Silva, M. E. (org.). Investigações em Psicanálise. Campinas, Papirus.

Skidmore, T. (1993). Preto no branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 – 1930). São Paulo, Companhia das Letras.

Skidmore, T. E. (1991). Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. Cadernos de Pesquisas. São Paulo, n. 79, p.5-16.

Turato, E. R. (2003a). Métodos científicos: aspectos históricos e epistemológicos. In Turato, E. R. (org). Psicologia da saúde: estudos clínico-qualitativos. Taubaté, Cabral.

Turato, E. R. (2003b). Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. São Paulo, Vozes.

Turra, C.; Venturin, G. (orgs.). (1998). Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo, Editora Ática, 2ª ed.

Winnicott, D. W. (1945). Desenvolvimento emocional primitivo. Da Pediatria à Psicanálise: Textos Selecionados. Trad. Jane Russo. São Paulo, Francisco Alves, 1978.

Winnicott, D. W. (1964). O jogo de rabiscos. In: Winnicott, C.; Shepherd, R.; Davis, M. (Orgs.). Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott. Tradução de José Otávio de Aguiar Abreu. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 230-243.

Winnicott, D. W. (1983). O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre, Artes Médicas.

Zamora, M. H. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. Fractal, Revista de Psicologia, v. 24, nº 3, p. 563-578, set./dez.

Anexo I

PLATAFORMA BRASIL



PUC
CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDO PSICANALÍTICO SOBRE A EXPERIÊNCIA EMOCIONAL DE UM GRUPO DE NEGROS BRASILEIROS: VIVÊNCIAS DE RACISMO

Pesquisador: Rafael Aiello Fernandes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 13646913.3.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 369.578

Data da Relatoria: 22/08/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de mestrado em Psicologia que aborda a temática do racismo a partir de vivências pessoais de indivíduos da raça negra a serem entrevistados pelo proponente.

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar o efeito de vivências de preconceito racial sobre a experiência de vida dos negros brasileiros e como estas vivências influenciam no desenvolvimento pessoal das pessoas envolvidas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto contempla apropriadamente os riscos ao sujeito da pesquisa e propõe um suporte psicológico caso a lembrança de fatos desagradáveis possa gerar algum desconforto para o sujeito da pesquisa. Como benefícios, o sujeito da pesquisa terá a oportunidade de relatar suas vivências a um profissional, o que poderá contribuir para a auto-compreensão dos sujeitos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem elaborado e trata de um tema relevante. Prevê a realização de entrevistas utilizando como questão disparadora a solicitação ao paciente para que fale sobre a sua experiência de vida. Trata adequadamente a questão de riscos e benefícios ao sujeito da pesquisa,

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136

Bairro: Parque das Universidades

CEP: 13.086-900

UF: SP

Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3343-6777

Fax: (19)3343-6777

E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br

PLATAFORMA BRASIL



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer: 369.578

propondo-se a estudar 25 sujeitos maiores de idade e em diversas faixas etárias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados a folha de aprovação pela instituição e O TCLE encontrando-se adequados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. Projeto aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução no. 466/12, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme a Resolução 466/12, é atribuição do CEP acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa. Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUC-Campinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

CAMPINAS, 23 de Agosto de 2013

Assinador por:
David Bianchini
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136

Bairro: Parque das Universidades

CEP: 13.086-900

UF: SP

Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3343-6777

Fax: (19)3343-6777

E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br

Anexo II

DEFESA DE DISSERTAÇÃO


Campinas, 4 de dezembro de 2013

**BANCA EXAMINADORA**

Prof^a Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg
Presidente

Prof. Dr. Egberto Ribeiro Turato
Unicamp

Prof^a Dr^a Vera Engler Cury
PUC-Campinas



Os efeitos do racismo na experiência emocional de negros brasileiros que conheceram relativa ascensão social

- ❖ Trazer subsídios teóricos e práticos para uma clínica dos sofrimentos sociais
- ❖ Contribuir para aumentar a visibilidade social do fenômeno.

- ❖ **Relatos de Entrevistas**
- ❖ **Textos de Impactos Transferenciais**

Pesquisa empírica com o método psicanalítico, a partir de duas entrevistas individuais para abordagem de personalidade coletiva

Dois campos de sentido afetivo-emocional:

**Aprisionado
pela
aparência**

**Com talento,
esforço e
competência**



Capítulo 1

O racismo como problema de pesquisa no Brasil

Capítulo 2

Fundamentação teórica: interlocutores

Capítulo 3

O Racismo e a Psicologia

Capítulo 4

Estratégias Metodológicas

Capítulo 5

Relatos de entrevista e impactos transferenciais

Capítulo 6

Campos de sentido afetivo-emocional: reflexões e interlocuções

Capítulo 7

Considerações finais

Referências Bibliográficas



Capítulo 1

O racismo como problema de pesquisa no Brasil

- ❖ Panorama da discussão sobre racismo no país no século XX

Justificativa

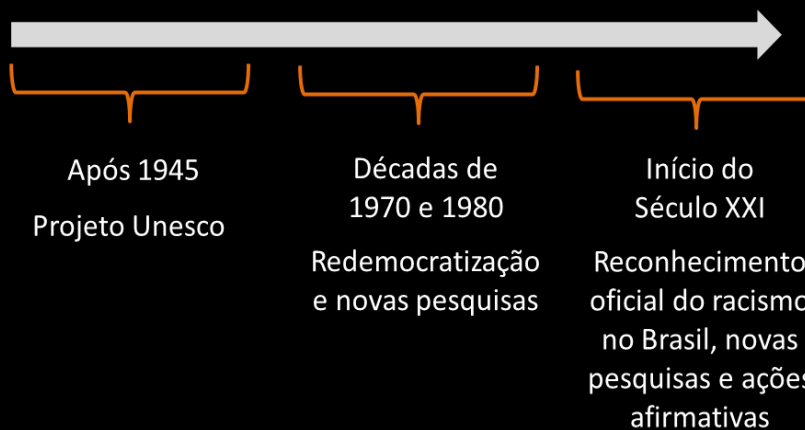
- ❖ Expor a singularidade da questão no contexto nacional
- ❖ Explicitar a relevância científica e social de estudos sobre o tema
- ❖ Traçar quadro geral

Racismo no Brasil: delimitação do fenômeno

❖ “Embranquecimento”



Racismo no Brasil: delimitação do fenômeno



O racismo hoje no Brasil



- ❖ Miscigenação hierárquica
- ❖ Combinação de inclusão e exclusão
- ❖ Racismo universalista, assimilacionista e heteróforo em relação ao negro



Capítulo 3

Fundamentação teórica: interlocutores

- ❖ Colonialidade
- ❖ Frantz Fanon
- ❖ Psicanálise concreta:
Georges Politzer e
José Bleger

Colonialidade

DO PODER

Produção de uma diferenciação racial entre populações conjugada com controle dos meios de produção

DO SABER

Dimensão epistemológica de controle do conhecimento

DO SER

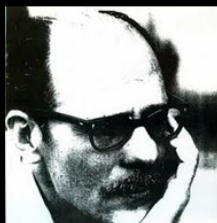
Impacto que as formas de dominação exercem sobre a experiência vivida dos sujeitos racializados e subalternizados



Frantz Fanon

- ❖ Sóciodiagnóstico
- ❖ Efeito das relações de poder sobre as dimensões mais sutis e pessoais da existência da vítima de racismo
- ❖ Ataque à estrutura ontológica, invisibilização, despersonalização
- ❖ Produção de Complexo de Inferioridade

Psicanálise concreta



José Bleger



Georges Politzer

- ❖ Retorno à concretude da experiência na psicanálise
- ❖ Condutas dramáticas concretas
- ❖ Modo de estudar a experiência vivida do racismo em sua materialidade e vinculação com condições sociopolíticas
- ❖ Estudos interpretativos e compreensivos, teorizar próximo à experiência vivida.



Capítulo 3

O Racismo e a Psicologia

- ❖ Revisão bibliográfica
- ❖ Apreciação inicial de artigos psicológicos brasileiros
- ❖ Reconhecimento preliminar das pesquisas em língua inglesa

Artigos	
1	A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica (Camino, L., et al., 2001).
2	Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero (Roso, A., et al., 2002).
3	Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial (Pereira, C., et al., 2003).
4	A expressão das formas indirectas de racismo na infância (De França & Monteiro, 2004).
5	Sucesso social, branqueamento e racismo (Lima, M. E. O.; Vals, J., 2002).
6	Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças (Oliveira Filho, P., 2005).
7	A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: Projeto Mãe-Criadeira (Guimarães, M. A. C.; Podkamenj, A. B., 2008).
8	Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial (Oliveira, M. L. P., et al., 2009).
9	El prejuízo racial en Brasil: medidas comparativas (Pires, A. M. L. T., 2010).
10	Racialismo e antirracismo em discursos de estudantes universitários (Oliveira Filho, P., et al., 2010).
11	Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo (Pereira, M. E., et al., 2011).
12	Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? (Nunes, A. V. L.; Camino, L., 2011).




Capítulo 4

Estratégias Metodológicas

A psicanálise como método

- ❖ Pesquisa psicanalítica empírica

Procedimentos

- ❖ de produção
- ❖ de registro
- ❖ de interpretação



Capítulo 5

Relatos de entrevista e impactos transferenciais

- ❖ Entrevistas a partir das quais foram selecionadas as duas aqui estudadas
- ❖ Uso de nomes fictícios para preservar identidades
- ❖ Material trabalhado ficcionalmente de forma a impedir identificação ou auto-identificação, por razões éticas e clínicas

Engenheiro Paulo,
o tom na música
e na pele



Doutor Fernando e o peso da cor



Reflexões e interlocuções

- ❖ O racismo é uma realidade presente e importante na experiência da personalidade coletiva, gerando sofrimentos
- ❖ Personalidade coletiva percebe que ser negro no Brasil implica em estar em desvantagem
- ❖ Tentativa de superar o racismo por meio de esforço e competência individuais





Capítulo 6

Campos de sentido afetivo-emocional: reflexões e interlocuções

Aprisionado
pela
aparência

Com talento,
esforço e
competência



Capítulo 7

Considerações finais

- ❖ Subsídios para a clínica dos sofrimentos sociais
- ❖ Produção de conhecimento sobre experiência emocional daqueles que sofrem discriminação
- ❖ Contribuir para o combate ao racismo no Brasil

Referências bibliográficas

BLEGER, J (1988) *Psicoanálisis y Dialética Materialista*. Buenos Aires. Ediciones Nueva Visión. Original publicado em 1958

BLEGER, J (1989). *Psicologia da Conduta*. Porto Alegre: ArtesMédicas 242p. Original publicado em 1963.

FANON, F. (2008). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Trad. de Maria Adriana da Silva Caldas. Salvador: Livraria Fator. Original publicado em 1952

FREYRE, G. (2006) *Casa Grande e Senzala – Formação da Família Brasileira Sob o Regime da Economia Patriarcal*. Recife. Global Editora. (Original de 1933)

POLITZER, G (2004). *Crítica dos Fundamentos da Psicologia: a Psicologia e a Psicanálise*. Editorial Unimep, 2004, 194p. Original publicado em 1928.



**Pesquisa realizada com
Bolsa de Mestrado do CNPq**